



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Depto. de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula – LIV
Programa de Pós-Graduação em Lingüística - PPGL

**O DISCURSO DA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE A
INVASÃO ANGLO-SAXÔNICA AO IRAQUE**

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

Orientadora: Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva

Brasília, março de 2005

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Depto. de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula – LIV
Programa de Pós-Graduação em Lingüística - PPGL

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

**O DISCURSO DA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE A
INVASÃO ANGLO-SAXÔNICA AO IRAQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Depto. de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva

Brasília, março de 2005

Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

**O DISCURSO DA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE A
INVASÃO ANGLO-SAXÔNICA AO IRAQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Depto. de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, área de concentração *Linguagem e Sociedade*, defendida e aprovada em ____ de _____ de 2005 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Doutora, Universidade de Brasília (UnB) - Presidente

MARIA CARMEM AIRES GOMES

Doutora, Universidade Federal de Viçosa (UFV)- Membro Efetivo

GUILHERME VEIGA RIOS

**Doutor, Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS) da
Universidade de Brasília (UnB) - Membro Efetivo**

MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL

Doutora, Universidade de Brasília (UnB) - Membro Suplente

Às vítimas da hegemonia estadunidense

Agradeço aos meus pais pela oportunidade de viver este momento

Ao Pedro, esposo e cientista social, pelo primeiro livro de Análise de Discurso Crítica, pelo companheirismo, atenção, carinho, dedicação, incentivo e pelas tantas indicações bibliográficas convertidas em doces presentes

A minha orientadora Denize, pela acolhida na UnB e pelo conhecimento e respeito divididos

A minha parceira de intermináveis discussões teóricas e revisões, Viviane de Melo Resende

Aos meus professores de Análise de Discurso Crítica

Aos jornalistas entrevistados

Ao CNPq

E a todos os que contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa

"Portanto a mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever"
Patrick Champagne

Resumo

Esta pesquisa, baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 2001, 2003a), investiga o discurso da mídia impressa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque no ano de 2003. Utilizando a abordagem explanatória do discurso, analisa-se, de início, a conjuntura da qual o discurso em análise é uma faceta. Em seguida, examina-se um *corpus* constituído de reportagens de revistas brasileiras sobre a invasão ao Iraque. Trata-se de um *corpus* ampliado por entrevistas com jornalistas responsáveis pelos textos, bem como por discursos do presidente dos EUA, George W. Bush. O objetivo principal é desvelar relações que constituíam a conjuntura que motivou a invasão a fim de identificar mecanismos discursivos que sustentam o poder hegemônico estadunidense em escala global. Sendo assim, por meio da verificação do posicionamento local da mídia brasileira frente às tendências globalizantes da hegemonia dos EUA, buscou-se refletir sobre a relação dialética entre semiose e outros momentos que compõem práticas sociais locais e globais envolvidas no conflito internacional. A análise lingüística centrou-se, primeiro, na investigação das maneiras de agir semioticamente em notícias, por meio da análise da intertextualidade e do gênero discursivo reportagem de revista. Segundo, na investigação das maneiras de representar o conflito internacional e as pessoas envolvidas na invasão, por meio da análise da interdiscursividade e da representação de atores sociais. Em terceiro lugar, centrou-se na investigação das maneiras de o jornalista identificar (-se), por meio da análise das avaliações e metáforas presentes nos textos do *corpus*. A análise sócio-discursiva realizada permite depreender que, em grande parte, os sentidos veiculados pela grande mídia têm caráter ideológico, ou seja, estão a serviço da dominação (Thompson, 2002a), por reforçar conhecimentos, crenças e valores que contribuem para a construção de uma identidade social negativa para iraquianos e muçulmanos, bem como contribuem para a legitimação da invasão ao Iraque.

Palavras-chave: discurso; significados do discurso; reportagem de revista; ideologia; imprensa brasileira; invasão ao Iraque; hegemonia estadunidense.

Abstract

This research, based upon Critical Discourse Analysis theoretical-methodological concepts (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 1989, 2001, 2003a), seeks to examine the Brazilian print media's discourse on the U.S-Iraqi invasion in 2003. By using an explanatory discourse approach, this study analyses from the onset, the setting in which the media's discourse is one dimension. Subsequently, a corpus made up of Brazilian newspaper reports on the Iraqi invasion is studied. This corpus is extended to include interviews with the journalists responsible for the reports as well as speeches by U.S. President, George W. Bush. The main aim is to unmask the relations, which constitute the setting that led to the invasion so as to identify the discursive mechanisms that support U.S. hegemonic power globally. In light of this, by verifying the Brazilian media's position vis à vis global trends in U.S. hegemony, the aim was to reflect upon the dialectical relation between semiosis and other moments that constitute local and global practices involved in international conflicts. The linguistic analysis focused firstly upon examining ways of acting semiotically in news through an analysis of intertextuality and the discourse genre in the newspaper report. Secondly, ways of representing the international conflict and the persons involved in the invasion were addressed through an analysis of interdiscursivity and the representation of social actors. Thirdly, focus was given to the ways in which the journalist identifies him/herself through an analysis of evaluations and metaphors present in the corpus of texts. The socio-discursive analysis carried out serves to reveal that in most instances the meanings transmitted by major media are ideological in nature. In other words, they work in favour of domination (Thompson, 2002a) given that they reinforce knowledge, beliefs and values that contribute to constructing a negative social identity for Iraqis and Moslems as well as legitimise the Iraqi invasion.

Key words: discourse; discourse meanings; newspaper reports; ideology; Brazilian press; Iraqi invasion; U.S. hegemony.

Lista de Ilustrações

QUADRO 1 – Representação de vozes na reportagem “Bush já está em guerra”.....	96
QUADRO 2 – Representação de vozes na reportagem “O califado do medo”.....	98
QUADRO 3 – Representação de vozes na reportagem “A complexa guerra do complexado Bush filho”	102
QUADRO 4 – Representação de vozes na reportagem “Sob Ataque”	105
FIGURA 1 – Arcabouço analítico das escolhas representacionais de atores sociais.....	116

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Representação dos atores sociais na reportagem “Bush já está em guerra”	120
TABELA 2 – Representação de atores sociais na reportagem “O Califado do medo”	125
TABELA 3 – Representação de atores sociais na reportagem “A complexa guerra do complexado Bush filho”	128
TABELA 4 – Representação de atores sociais na reportagem “Sob ataque”	130

Sumário

Resumo	06
Abstract	07
Lista de Ilustrações	08
Lista de Tabelas	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Análise de Discurso Crítica no cenário dos estudos sobre a linguagem	16
1.1 Estudos do discurso e poder: influências sobre a ADC	16
1.2 A constituição da Análise de Discurso Crítica	22
1.3 Análise de Discurso Crítica na modernidade tardia.....	29
CAPÍTULO 2 – A imprensa e a invasão anglo-saxônica ao Iraque segundo narrativas da modernidade tardia	38
2.1 Modernidade tardia	39
2.1.1 <i>Transformações do capitalismo: o projeto globalização neoliberal</i>	45
2.1.2 <i>A constituição jurídica da “nova ordem mundial”</i>	48
2.2 A invasão anglo-saxônica ao Iraque.....	51
2.3 Mídia e sociedade de controle	60
CAPÍTULO 3 – Percursos teórico-metodológicos	68
3.1 A metodologia qualitativa em ADC	68
3.2 Geração de dados	70
3.2.1 <i>Coleta de dados formais</i>	70
3.2.2 <i>Coleta de dados informais</i>	73
3.3 Análise dos dados segundo a ADC	74
3.4 Interesses do conhecimento em ADC	76

CAPÍTULO 4 – Ação, representação e identificação no discurso jornalístico	78
4.1 Discursos jornalísticos como ação: o gênero reportagem de revista.....	79
4.1.1 Estrutura genérica	81
4.1.1.1 <i>Composição genérica em Veja</i>	86
4.1.1.2 <i>Composição genérica em Caros Amigos.....</i>	89
4.1.2 Intertextualidade: equivalência e diferença.....	93
4.1.2.1 <i>Vozes em Veja.....</i>	96
4.1.2.2 <i>Vozes em Caros Amigos</i>	101
4.2 Discursos jornalísticos como representação	107
4.2.1 Modos particulares de representar aspectos do mundo	108
4.2.1.1 <i>Modos de representar em Veja.....</i>	109
4.2.1.2 <i>Modos de representar em Caros Amigos</i>	112
4.2.2 Representação de atores sociais.....	115
4.2.2.1 <i>Representação de atores sociais em Veja</i>	118
4.2.2.2 <i>Representação de atores sociais em Caros Amigos</i>	127
4.3 Discursos jornalísticos como identificação	132
4.3.1 Avaliações	133
4.3.1.1 <i>Avaliações em Veja</i>	134
4.3.1.2 <i>Avaliações em Caros Amigos</i>	136
4.3.2 Metáforas	138
4.3.2.1 <i>Metáforas em Veja.....</i>	139
4.3.2.2 <i>Metáforas em Caros Amigos</i>	141
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
 ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise de discurso crítica de reportagens brasileiras sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), em 2003. A pesquisa assenta-se na perspectiva epistemológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), uma linha de pesquisa que conjuga transdisciplinarmente teorias e métodos da Lingüística e da Ciência Social Crítica na análise de problemas sociais parcialmente sustentados por textos.

O objetivo da ADC de prover base científica para um questionamento crítico da vida social na modernidade tardia em termos políticos e morais implica mostrar conexões e causas que estão ocultas nas relações assimétricas de poder, assim como também implica intervir no meio social para produzir mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em desvantagem. Por meio da análise das relações dialéticas entre semiose e outros momentos que compõem práticas sociais, busca-se desvelar relações que constituem práticas sociais e identificar mecanismos que produzem relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2003a).

Esta pesquisa localizou um problema social de cunho discursivo na cobertura midiática brasileira da invasão anglo-saxônica ao Iraque em 2003. Sendo assim, buscou-se, primeiro, desvelar relações que constituíam a conjuntura que motivou a invasão e, segundo, identificar mecanismos textuais, e seus respectivos sentidos, que poderiam contribuir para a sustentação do poder hegemônico estadunidense em escala global. O objetivo principal é mapear sentidos ideológicos nos textos e verificar o posicionamento local da mídia impressa brasileira frente às tendências globalizantes da hegemonia dos EUA. A intenção não foi voltar ao debate superado acerca da parcialidade da mídia, mas refletir sobre a relação dialética entre a semiose e outros momentos que compõem práticas sociais locais e globais envolvidas no conflito internacional, bem como sobre possíveis efeitos de sentido de textos, decorrentes de

determinadas *maneiras de agir* semioticamente na atividade de noticiar, *de representar* o conflito internacional e, finalmente, *de* o jornalista *identificar* a si mesmo bem como aos atores sociais envolvidos na invasão.

Embora o texto seja o material empírico principal com o qual o analista de discurso crítico trabalha, ele não é tratado como um material estanque a questões sociais e, sim, como um processo e um produto social. Por isso, o *corpus* da pesquisa, composto por quatro reportagens das revistas *Caros Amigos* e *Veja* sobre a iminente invasão ao Iraque, publicadas respectivamente em fevereiro e abril de 2003, necessitou de uma ampliação composta por dois pronunciamentos do presidente vigente dos EUA à época, George Walker Bush; três entrevistas com jornalistas autores dos textos do *corpus* e uma com o editor-chefe de uma das revistas.

Partindo do pressuposto de que todo texto articula discursos particulares, vinculados a projetos particulares de intervenção no mundo, e de que, portanto, não existe discurso imparcial, buscou-se identificar o que existe na prática social que sustenta a hegemonia global estadunidense, bem como identificar quais textos, e de quais maneiras, instauram e sustentam a visão naturalizada de que as decisões dos EUA deveriam ser apoiadas porque seriam as únicas possíveis ou legítimas.

Para tanto, esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro, reflito sobre a constituição da ADC como teoria da linguagem como prática social. Parto das contribuições dos estudos de Bakhtin (2002[1929]; 1997[1953]) e Foucault (1977, 2003[1971]) para o irrompimento da ADC até alcançar o atual estado da arte da ADC.

No segundo capítulo, reflito sobre a conjuntura em que o discurso jornalístico sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque localiza-se, bem como sobre a prática particular da imprensa. Procuro relacionar o discurso jornalístico brasileiro sobre a invasão ao Iraque com a recente reestruturação do capitalismo e seu impacto nas relações sociais, na função da mídia,

na política, na noção de poder e Direito e na construção de subjetividades. Para tanto, apóio-me principalmente em Giddens (1991, 2002), Hardt & Negri (2004) e Fairclough (2003a), cujos estudos procuram descrever relações sociais e instituições característicos da modernidade tardia.

No terceiro capítulo, além de apresentar o processo de construção desta pesquisa, reflito sobre a ADC como o método qualitativo que estruturou, motivou e conduziu esta investigação. Discuto acerca de seus interesses epistemológicos e apresento as maneiras como o arcabouço metodológico da ADC foi aplicado a este trabalho.

No quarto e último capítulo, analiso textos jornalísticos da mídia impressa brasileira, publicados pelas revistas *Caros Amigos* e *Veja* como parte do evento social específico da invasão ao Iraque, segundo os três aspectos do significado – ação, representação e identificação – propostos por Fairclough (2003a). Por meio da verificação dos gêneros, discursos e estilos utilizados e da maneira como são articulados nos textos, realizo a conexão entre o evento social concreto da invasão ao Iraque e práticas sociais mais abstratas, como a instauração de uma suposta “nova ordem mundial”, cujo líder é reconhecido nos Estados Unidos da América (EUA).

Em relação ao aspecto acional do significado, analiso a composição do gênero reportagem de revista e aspectos da intertextualidade. Quanto ao aspecto representacional do significado, analiso os vários discursos que se articulam com o discurso jornalístico, bem como a representação de alguns atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no evento da invasão ao Iraque. O aspecto identificacional é analisado segundo avaliações e metáforas constantes nos textos do *corpus*.

Nas considerações finais, apresento os resultados da investigação acerca das marcas de outros momentos de práticas sociais envolvidas no conflito internacional presentes nos textos analisados. Reflito acerca do caráter transformador ou disciplinador da atividade

jornalística, com atenção especial voltada para os possíveis efeitos ideológicos dos sentidos presentes nos textos do *corpus*. Tais sentidos podem ter influenciado tanto a construção de uma identidade social negativa para iraquianos e muçulmanos quanto a opinião pública a respeito da legitimidade de se liderarem massacres em países que se opõem ao modelo religioso, econômico e cultural hegemônico estadunidense.

CAPÍTULO 1

Análise de Discurso Crítica no cenário dos estudos sobre a linguagem

Este capítulo envolve uma incursão pelo desenvolvimento da ADC como teoria da linguagem como prática social. A seção inicial é dedicada a estudos de Bakhtin (2002[1929]; 1997[1953]) e Foucault (1977, 2003[1971]), cujas idéias relacionaram discurso e poder e exerceram forte influência no delineamento teórico da ADC. Bakhtin (2002, 1997) é apresentado como o fundador da primeira teoria semiótica de ideologia, da noção de dialogismo na linguagem, e crítico pioneiro do *objetivismo abstrato* de Saussure. A Foucault (1997, 2003) são dados os créditos das noções de interdependência entre práticas discursivas e do aspecto constitutivo do discurso. As segunda e terceira seções do capítulo encerram um cotejo entre as propostas teóricas da Teoria Social do Discurso apresentadas em *Discurso e Mudança Social* (FAIRCLOUGH, 2001), por um lado, e em *Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis* (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e *Analysing Discourse: Textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003a), por outro. O enfoque volta-se, aqui, para a discussão teórica, sobretudo, uma vez que a reflexão sobre a ADC como método de pesquisa caberá ao capítulo metodológico.

1.1 Estudos do discurso e poder: influências sobre a ADC

Os estudos de Bakhtin (1997, 2002) representam o marco inicial da filosofia da linguagem que impulsionaria a constituição da ADC. Bakhtin (2002: 123) defendeu o fenômeno social da interação verbal como a realidade fundamental da língua, aquilo que “constitui a verdadeira substância da língua”. De acordo com os preceitos do materialismo histórico, essa filosofia marxista da linguagem apresentou como base de sua doutrina a

enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica, tendo priorizado a atividade da linguagem, bem como sua relação indissolúvel com seus usuários.

Bakhtin (2002) foi pioneiro na crítica ao *objetivismo abstrato*, orientação do pensamento filosófico-lingüístico, vinculado à proposta saussuriana. Para o filósofo marxista, as leis saussurianas da língua são essencialmente lingüísticas e estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Isso porque, para Saussure (1981[1916], as ligações lingüísticas objetivas não teriam relação com valores ideológicos, uma vez que os atos individuais de fala constituiriam simples refrações ou variações fortuitas – ou mesmo deformações – da forma normativa. Nesse sentido, como observa Bakhtin (2002: 82), dentro da doutrina saussuriana, entre o sistema da língua e sua história não existiria vínculo de motivos: eles seriam estranhos entre si.

Bakhtin (2002: 96) sustenta, dessa forma, que “a separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato” e que o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior, uma vez que se encontra situado no meio social que envolve o indivíduo. A identidade do signo como mero sinal, desvincilhado do contexto histórico, como defendia Saussure, é refutada por Bakhtin (2002: 94):

O elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*¹ (BAKHTIN, 2002), foi apresentada a primeira teoria semiótica da ideologia, segundo a qual o domínio dos signos coincidiria com o

¹ Eagleton (1997: 172) reconhece Voloshinov como o autor dessa obra e o aponta como o pai da análise do discurso, ciência “que acompanha o jogo social do poder no âmbito da própria linguagem”.

domínio ideológico. Nessa teoria, o signo é visto como um fragmento material da realidade e não a realidade propriamente – esse fragmento refrata a realidade, representando-a e constituindo-a de formas particulares e pode servir à dominação². Ao contrário da filosofia idealista e da psicologia, que situavam a ideologia na consciência, o marxismo a situa no signo, porque a própria consciência só pode existir mediante a encarnação material em signos criados no processo de interação social. Nas palavras de Marx e Engels (2002[1846]: 24-5):

Desde o começo, pesa uma maldição sobre o ‘espírito’, a de ser ‘maculado’ pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas de ar agitadas, de sons, em resumo, em forma de linguagem. A linguagem [...] é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens. [...] A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens.

De maneira inaugural, falava-se sobre a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo. O potencial móvel e evolutivo do signo, bem como o que faz dele um instrumento de refração da realidade, foi visto como oriundo do confronto de índices de valor contraditórios das diferentes classes sociais. De acordo com a tradição marxista de primazia da luta de classes, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos (MARX & ENGELS, 2002: 50)³. Com base nessa filosofia, Bakhtin (2002: 47) elucida a natureza ideológica do signo:

² Noção que pode ser claramente encontrada na concepção da ADC de discurso como representação: “A representação é uma questão claramente discursiva e é possível distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições” (FAIRCLOUGH, 2003a: 25).

³ Notadamente, essa visão inspirou o conceito de ideologia adotado pela ADC: “Ideologias são construções de práticas a partir de perspectivas particulares posicionadas que suprimem contradições, antagonismos, dilemas no sentido de seus interesses e projetos de dominação” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 26).

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente [...] Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta [...]

Bakhtin (2002) postula, portanto, que a enunciação individual, assim como a consciência, é um fenômeno puramente sociológico, dado que a enunciação individual é um elo na cadeia social de interações. A *enunciação* sobrepõe-se ao sistema interno da *língua* como objeto da lingüística e como preocupação da filosofia marxista da linguagem. Na interação, ou seja, na manifestação do discurso, a língua ganha vida e sentido. De acordo com essa perspectiva, a instância da linguagem que possibilita o vínculo entre o lingüístico e o extralingüístico é o *discurso*, como modo de interação e produção social.

Além da concepção da linguagem como modo de interação e produção social, o enfoque discursivo-interacionista de Bakhtin fornece conceitos fundamentais para a formulação da ADC, tais como os de *gênero do discurso* e *dialogismo*. Em *Estética da criação verbal* (1997), o autor defende que a diversidade infinita de produções da linguagem na interação social não constitui um todo caótico porque cada esfera de utilização da língua, de acordo com suas funções e condições específicas, elabora gêneros, ou seja, “tipos de enunciados relativamente estáveis” do ponto de vista temático, composicional e estilístico (BAKHTIN, 1997: 284).

Por conseguinte, quando interagem por meio da linguagem, as pessoas produzem enunciados que atualizam gêneros, ou uma mistura deles, dotados de um tema, uma estrutura composicional e um estilo que refletem a esfera social em que são gerados. Nesta obra, Bakhtin (1997) continua a demarcar suas diferenças em relação à “imagem totalmente distorcida do processo complexo da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997: 290-1), apresentada na doutrina de Saussure. A lingüística, até aquele momento (1953), reconhecia dois parceiros da comunicação: o locutor – ativo – e o ouvinte – passivo. Bakhtin propõe, em

oposição à percepção estática da interação verbal, sua visão dialógica da linguagem, segundo a qual mesmo os discursos aparentemente não-dialógicos – como textos escritos – sempre são parte de uma cadeia dialógica, respondendo, antecipando e elegendo respostas, bem como no sentido de que o discurso é internamente dialógico, polifônico.

Conforme essa visão, a interação não envolve apenas as vozes do locutor e do ouvinte, mas opera polifonicamente, por meio da retomada de vozes anteriores e posteriores da cadeia de interações verbais e envolve um tipo de “compreensão responsiva de ação retardada”. Segundo essa perspectiva, o locutor é sempre um respondente, enquanto o ouvinte, imediata ou posteriormente à interação comunicativa, assume uma atitude responsiva: “cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (BAKHTIN, 1997: 290-1).

Essa noção de várias vozes que se articulam e debatem na interação mostrou-se crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica. A partir dela, tornou-se possível analisar as contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito, por exemplo, a selecionar determinadas vozes e trabalhá-las de determinadas maneiras num universo de outras possibilidades.

A concepção dialógica da linguagem foi incorporada, em meados de 1970, nos trabalhos de Foucault – cujas idéias balizaram fundamentos da ADC. Como registra Fairclough (2001: 64-88), as grandes contribuições de Foucault para a formulação da Teoria Social do Discurso foram a visão constitutiva de discurso, a ênfase na interdependência das práticas discursivas e a elucidação da natureza discursiva do poder, da natureza política do discurso e da natureza discursiva da mudança social.

Foucault (2003: 10) esclarece a natureza constitutiva do discurso, ou seja, mostra que a linguagem constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais. Para Foucault, o discurso não é

um conjunto de signos, elementos significantes que remetem a conteúdos e representações, mas uma prática social que forma sistematicamente o social.

Foucault priorizou, em suas teorizações sobre o discurso, a primazia da interdependência entre as práticas discursivas. Para o autor, analisar discursos corresponde a especificar sócio-historicamente as formações discursivas, os sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições. Como registra o próprio autor em dois momentos:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2003: 8-9).

[...] de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias de controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais (FOUCAULT, 2003: 66).

A idéia de regulação social sobre “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada”, como sugere Maingueneau (1997: 22), implica relações interdiscursivas entre as formações discursivas e relações entre o discursivo e o não-discursivo e dá origem ao conceito fundamental para a ADC de *ordem de discurso*, qual seja, a totalidade das práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas (FAIRCLOUGH, 1989: 29).

Em *Vigiar e Punir* (1997), Foucault discute a totalidade das práticas discursivas disciplinadoras de escolas, prisões e hospitais. O autor alerta que nessas instituições são utilizadas técnicas de natureza discursiva para “adestrar” e “fabricar” indivíduos ajustados às necessidades do poder que dispensam o uso da força. Em suas palavras:

A disciplina *fabrica* indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 1997: 153).

Ao sugerir que o poder, na sociedade moderna, é exercido por meio de práticas discursivas institucionalizadas, Foucault (1997) contribui para o estabelecimento do vínculo entre discurso e poder, e para a noção de que mudanças em práticas discursivas, como o aprimoramento das técnicas de vigilância, são um indicativo importante de mudança social. Entretanto, Foucault (1997, 2003) apresentou uma visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, em que a ação humana era unilateralmente constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar, e sua análise do discurso negligenciava a análise empírica de textos. Para atender aos propósitos da Teoria Social do Discurso, cujo foco repousa na variabilidade e mudança, bem como na luta social, Fairclough (2001[1992]) realiza revisões na teoria foucaultiana, o que será discutido na próxima seção.

1.2 A constituição da Análise de Discurso Crítica

A ADC surgiu no início da década de 1990 quando se reuniram, em um simpósio realizado em janeiro de 1991 em Amsterdã, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak (WODAK, 2003: 21). Embora haja diferentes abordagens de análises críticas da linguagem, neste trabalho foi adotada a abordagem teórico-metodológica de Norman Fairclough. Seus livros *Language and Power* (1989) e *Discourse and Social Change* (2001[1992]) apresentam uma concepção de linguagem como forma de prática social atrelada às noções de poder e ideologia, o que se aproxima do enfoque discursivo-interacionista de Bakhtin (1997, 2002).

No início da década de 1990, essa abordagem da ADC começava a se constituir como uma ciência crítica sobre a linguagem que poderia contribuir para a conscientização sobre os efeitos sociais de textos e para mudanças sociais que superassem relações assimétricas de poder, parcialmente sustentadas pela semiose:

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém torna-se consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989: 85)⁴.

Essa idéia encontra inspiração na postulação de Bakhtin (grifo meu, 2002: 47), discutida na seção 1.1, de que “*nas condições habituais da vida social*, esta contradição oculta [a luta pelo poder] em todo signo ideológico não se mostra à descoberta” e pode se tornar senso comum e servir à instauração, sustentação ou transformação de relações assimétricas de poder. Os analistas críticos do discurso acreditam que a desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade a fim de desvelar relações de dominação. Fairclough (2001: 28) explica que a abordagem ‘Crítica’ implica mostrar conexões e causas que estão ocultas e implica também intervenção social para produzir mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em desvantagem.

Em *Discourse and social change*, Fairclough (2001: 89) propõe reunir a análise de discurso lingüisticamente orientada e a teoria social na composição de um quadro teórico adequado para o estudo das mudanças sociais. A concepção de *linguagem* como uma prática de representação do mundo e de ação sobre o mundo e sobre os outros, e o enfoque na mudança, na ação individual e na transformação social geraram uma revisão das contribuições teóricas de Foucault para a formulação da Teoria Social do Discurso. A análise textual passa a figurar como parte da análise do discurso e a relação determinista da estrutura sobre a ação é

⁴ Os originais em língua estrangeira foram traduzidos pela autora.

substituída por um enfoque dialético, em que o discurso constitui o social, mas também é constituído por ele.

Para evitar determinismos sociológicos ou textuais, Fairclough (2001: 100-1) propõe uma abordagem teórico-metodológica tridimensional, que reúne três tradições analíticas que vinham sendo trabalhadas de maneira discreta: 1. a tradição interpretativa ou microsociológica, que considera a prática social como aquilo que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em sentidos comuns compartilhados (relacionada à dimensão do discurso como prática social); 2. a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais (como prática discursiva); e 3. a tradição das análises textual e lingüística detalhadas (como texto).

A dimensão do discurso como prática social relaciona-se ao conceito de hegemonia, discutido a seguir, e trata de questões de interesse na análise social, tais como as características institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a prática discursiva. A prática discursiva é a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo dos textos. O conceito de intertextualidade, “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001: 114), viabiliza a compreensão das práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas.

Na dimensão textual, considera-se que o texto internaliza traços das práticas discursiva e social e, por meio da análise lingüística de quatro categorias principais, a saber – vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual – identificam-se e interpretam-se relações sociais e possíveis estruturas de dominação no discurso. A análise textual baseia-se nos

fundamentos da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1985)⁵, segundo os quais todo discurso desempenha três macrofunções simultâneas, inerentes a qualquer discurso: a ideacional, a interpessoal e a textual. Na macrofunção ideacional, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença, por meio da representação particular do mundo; na interpessoal, o discurso contribui para a constituição de relações sociais, e a função textual diz respeito à maneira como as informações são organizadas e relacionadas no texto, sendo assim, as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que são também escolhas sobre o significado (e a construção, manutenção ou subversão) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001: 104).

Primeiro, a abordagem tridimensional evita o determinismo sociológico ou o textual da análise e, segundo, a concepção dialética de poder como luta hegemônica resolve a dificuldade de a ADC trabalhar com a visão determinista e pessimista segundo a qual os sujeitos são formados unilateralmente por estruturas sociais fixas e tornam-se, portanto, incapazes de agir e intervir nas práticas cristalizadas de ação.

Na concepção de Gramsci (1988, 1995 [1955]), o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. Belligni (grifo meu, 2002: 579) define hegemonia como “a *capacidade* de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, *constitui-se* em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país”.

⁵ A discussão mais detida sobre a Lingüística Sistêmico-Funcional foi reservada para a seção 1.3, uma vez que o enquadre mais recente da ADC também é subsidiado por suas noções.

A despeito de Billigni argumentar que este é o significado que se depreende da “teoria da Hegemonia”, de Gramsci, não parece muito apropriado falar em *capacidade* de direção e em *constituir-se* em classe dirigente. Hegemonia é um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis, portanto, envolve mais articulação e aliança entre forças sociais do que *capacidade* e implica, ao contrário de *constituir-se*, em caráter definitivo, a necessidade de ser continuamente renovada, recriada, defendida e sustentada.

Para um grupo manter-se temporariamente em posição hegemônica, portanto, é necessário estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, por meio da difusão de uma visão de mundo particular pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse de um grupo em aliança com o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997: 108). A esfera responsável por essa difusão ideológica é a sociedade civil, no âmbito da qual as classes buscam ganhar aliados para os seus projetos através da manutenção da direção e do consenso⁶. Dessa forma, parece mais apropriado falar em *direção* em vez de *dominação* hegemônica. Segundo Eagleton (1997:105-6), há distintas maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. A ideologia é *uma* maneira de assegurar o consentimento, por meio de lutas de poder levadas a cabo no nível do momento semiótico.

O conceito de ideologia da Teoria Social do Discurso provém dos estudos de Thompson (2002a). Na teoria social crítica de Thompson (2002a), o conceito de ideologia é inerentemente negativo. Ao contrário das concepções neutras, que tentam caracterizar fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente,

⁶ Coutinho (1996: 53-4) explica que Gramsci ampliou o conceito marxista de Estado, por meio da distinção entre duas esferas da superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. A última designa o conjunto de aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis, através dos quais a classe dominante mantém e exerce o monopólio legal ou da violência. Sociedade civil, por sua vez, designa o conjunto das instituições responsáveis pela representação de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, que compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação, as organizações profissionais, as instituições de caráter científico e artístico etc.

enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular, a concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

As formas simbólicas⁷ são ideológicas somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Thompson (2000a: 81-9) apresenta cinco modos gerais pelos quais a ideologia pode operar simbolicamente para instaurar e sustentar relações de dominação, quais sejam: *legitimação*, que estabelece e sustenta relações de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio; *dissimulação*, que oculta, nega ou obscurece relações de dominação ou as representa de uma maneira que desvia a atenção ou desconsidera relações e processos existentes; *unificação*, que constrói simbolicamente uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das divisões que possam separá-los; *fragmentação*, que segmenta grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio aos grupos dominantes ou dirige forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador; e *reificação*, que consiste na retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural e atemporal. Cada modo geral opera por meio de determinadas estratégias típicas de construção simbólica, que serão localizadas no *corpus* de pesquisa e discutidas no capítulo 4.

Diante do exposto, é possível levantar pelo menos dois motivos centrais para a ADC considerar *poder* em termos de *hegemonia*: por apontar para a possibilidade de mudança, porque “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988: 423), e por abordar o discurso como um meio de se lutar pela

⁷ “Por ‘formas simbólicas’, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2002a: 79).

obtenção do consenso. Essa concepção de poder baseia-se no princípio dialético, segundo o qual o mundo não é um conjunto de coisas acabadas, mas um complexo de processos em articulação e modificação ininterrupta. Uma nova articulação oriunda da agência do sujeito (na ação) pode reestruturar, transformar ou destituir o poder hegemônico vigente (na estrutura). A visão estruturalista⁸ de sujeito como um efeito das formações discursivas dá lugar à posição dialética entre o discurso e a subjetividade: os sujeitos sociais são tanto moldados pelas práticas discursivas quanto capazes de remodelá-las e reestruturá-las. A dialética entre estrutura e ação permite ver o discurso como ação capaz de constituir o social – o conhecimento, as relações sociais e as identidades – e ser constituído por ele.

A combinação dos conceitos de intertextualidade e hegemonia provê uma abordagem harmônica para uma teoria social dialética do discurso, cujo enfoque recai sobre lutas articulatórias e contradições. O conceito de intertextualidade de Bakhtin (1997)⁹, assim como a noção foucaultiana de ordens do discurso – a totalidade das práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas – possibilitam o tratamento da presença, ausência e articulação de outras vozes, discursos e gêneros¹⁰ em um texto específico, como uma forma de luta hegemônica. Segundo Fairclough (2001: 29), a seleção de textos prévios e tipos de texto que são articulados em um evento discursivo particular e a maneira como são articulados dependem de como o evento se situa em relação às hegemonias

⁸ Giddens (1987: 282) explica que Foucault insere-se na tradição filosófica do pós-estruturalismo, a qual, embora tenha reagido contra algumas ênfases típicas do pensamento estruturalista, ainda assim aproveita certas idéias. O autor destaca algumas características persistentes e definitivas do estruturalismo e do pós-estruturalismo: a tese de que a lingüística estruturalista é de importância fundamental para a filosofia e a teoria social como um todo; a ênfase na natureza relacional das totalidades; a descentralização do sujeito; a preocupação com a escrita; o interesse no aspecto temporal como algo constitutivamente integrante da natureza dos objetos e eventos. Segundo o sociólogo, o que “a ciência social ortodoxa fez foi tratar-nos como se nosso comportamento fosse resultado de causação estrutural ou limitação estrutural, como se derivasse diretamente de forças sociais [...] O que temos de fazer na teoria social é recuperar a noção do agente humano conhecedor (GIDDENS, 2001:102).

⁹ Intertextualidade é um termo que não aparece nos estudos de Bakhtin. Foi cunhado por Kristeva (1974[1969]): “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade*” (KRISTEVA, 1974: 64).

¹⁰ Cf. definição dos termos na seção 1.3.

e lutas hegemônicas. A articulação pode ser disciplinadora ou transformadora em relação às lutas pelo poder.

O enquadramento teórico-metodológico proposto em *Discourse in Late Modernity* (1999), em parceria com Lilie Chouliaraki, e em *Analysing Discourse* (FAIRCLOUGH, 2003a) amplia a abordagem da dimensão macro e microsociológica do discurso e, por conseguinte, sugere algumas revisões, que serão discutidas a seguir.

1.3 Análise de Discurso Crítica na modernidade tardia

O enquadre de ADC de 1999/2003 manteve conceitos-chave da Teoria Social do Discurso, como *hegemonia*, *dialética entre ação e estrutura*, *ordem de discurso*, *intertextualidade*, dentre outros. Entretanto, essa proposta teórico-metodológica sugere mais enfaticamente o trabalho transdisciplinar com as teorias sociais e encontra inspiração no realismo crítico, uma epistemologia contemporânea da ciência social crítica.

Nesse enquadre, a ADC erige-se: (i) numa visão científica de crítica social; (ii) no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia e (iii) na teoria e na análise lingüística e semiótica. A visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ser motivada pelo objetivo de prover base científica para um questionamento crítico da vida social. O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia justifica-se pela apresentação da ADC como uma contribuição para as propostas sistemáticas da pesquisa social crítica sobre o momento discursivo de práticas sociais da modernidade tardia, período em que a linguagem passou a ocupar o centro do modo de produção do novo capitalismo (cf. subseção 2.1.1). A teoria e a análise lingüística e semiótica, por sua vez, auxiliam a prática explanatória a respeito das conseqüências e efeitos sociais que podem ser desencadeados pelos sentidos de textos.

A proposta de unir as tradições analíticas microssociológica, macrosociológica e da análise textual e lingüística continua a dar contornos ao posicionamento epistemológico da ADC. O diálogo crescente entre a Lingüística e a Ciência Social Crítica, nas bases teóricas da ADC, foi determinante no processo de abertura da disciplina, que culminou no movimento da centralidade do discurso para a percepção de discurso como um momento de práticas sociais¹¹.

O aprimoramento da concepção da “linguagem como prática social” (FAIRCLOUGH, 2001: 90) para a concepção da “linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003a: 3) recebe contribuições de Williams (1979: 165), para quem “a linguagem [...] não é apenas um meio: é um elemento constitutivo da prática social”, e de Harvey (1996)¹², que concebe a constituição da vida social em torno de práticas. A semiose é vista como um elemento inerente às práticas sociais, seja como parte da atividade ou como representações discursivas sobre ela¹³, que constitui outros elementos da vida social, assim como é formado por eles.

O título do livro de 1999 em si já encerra uma aproximação maior entre a Lingüística e a Ciência Social: *discurso na modernidade tardia* enquadra-se no tema próprio das ciências sociais: “ações humanas historicamente constituídas” (GIDDENS, 2001: 15). Por isso, a ADC, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999: 114), deve ser entendida como um princípio recontextualizante que traz consigo outras práticas teóricas sob uma perspectiva dialética. Categorias de teorias sociológicas são operacionalizadas para funcionar na ADC, o que significa não apenas aplicar outras teorias, mas superar as fronteiras entre as disciplinas e

¹¹ A discussão desta seção é realizada com base em Resende & Ramalho (no prelo).

¹² Citado em Chouliaraki & Fairclough (1999).

¹³ Cf. discussão sobre reflexividade no Capítulo 2.

transformá-las no trabalho de desconstrução de mecanismos semióticos que podem produzir ou sustentar relações de dominação.

A orientação para a possibilidade de mudança encontra apoio na operacionalização de conceitos oriundos da Ciência Social Crítica, como os de *prática social* (inspirado na filosofia marxista da *práxis*) e *internalização* (HARVEY, 1996); *articulação* (LACLAU & MOUFFE, 2004) e *hegemonia* (GRAMSCI, 1988; 1995) e na epistemologia do realismo crítico, cujo expoente é reconhecido no filósofo contemporâneo Bhaskar (1989).

O realismo crítico considera a vida (social e natural) um sistema aberto, constituído por várias dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica –, e todas têm suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida, social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de tal forma que nunca se excluem ou se reduzem um ao outro. Com base nesse pensamento e no conceito de práticas sociais do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), o enquadre de 1999/2003 de ADC reconhece a vida social constituída em torno de práticas, que correspondem a maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para interagirem. Toda prática social articula diferentes elementos da vida – ação e interação; relações sociais; pessoas (e suas crenças, valores, atitudes, histórias, etc.), mundo material e semiose (discurso)¹⁴ (FAIRCLOUGH, 2003a: 205).

Quando esses elementos são reunidos, tornam-se momentos da prática, cada qual com seu poder gerativo e mecanismos particulares, que se relacionam dialeticamente sem se reduzirem um ao outro. Esse encontro dialético irreduzível entre os momentos da prática

¹⁴ Fairclough (2003a: 26) distingue duas acepções do termo *discurso*: como substantivo abstrato, significando linguagem e outros tipos de semiose como elementos da vida social e, mais concretamente, como um substantivo contável, significando modos particulares de representação de parte do mundo. Embora *semiose* possa se referir também a outras modalidades semióticas, como efeitos sonoros e imagens, a fim de evitar imprecisões, doravante usarei o termo semiose para tratar da primeira acepção da palavra discurso.

ocorre pela *internalização* e pela *articulação*, que asseguram que a estrutura social hegemônica seja um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 25). *Articulação* refere-se a toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que resulta na modificação da identidade dos mesmos como resultado dessa prática (LACLAU & MOUFFE, 2004: 142-3), o que implica que todos os elementos (não-discursivos e discursivos) da prática social entram continuamente em relações mutáveis uns com os outros.

A semiose tem sua própria força gerativa e interioriza elementos da ação social, das relações sociais, das crenças das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na prática particular, e do mundo material em que se desenvolve a ação, além de ser interiorizada por eles em diferentes formas de articulação. Dessa forma, a semiose é vista como *um* momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise. De acordo com Bhaskar (1989: 12), a realidade é estratificada, logo, a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo. Os momentos da prática social estão internamente relacionados em vários níveis, de modo que a análise do momento semiótico deve ser vinculada à análise dos outros momentos da (rede de) prática.

O jogo de articulação e internalização entre os momentos de práticas sociais pode ser ampliado para se aplicar à articulação externa, aquela que se estabelece entre práticas na formação de redes de práticas relativamente permanentes ou *conjunturas*. A abordagem de redes de práticas é importante em ADC por, no mínimo, dois motivos: as práticas assim compreendidas são determinadas umas pelas outras, e cada prática pode articular outras, com diversos efeitos sociais. As redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder, e as articulações entre práticas estão ligadas a lutas hegemônicas. Desse modo, permanências de

articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, e tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas.

O foco em práticas transcende à oposição entre ciência social *interpretativista* e *estruturalista* em favor do que Bourdieu e Wacquant (1992: 11)¹⁵ chamaram de *estruturalismo-constitutivista*: uma maneira de ver e pesquisar a vida social como constringida pelas estruturas sociais e, ao mesmo tempo, como um processo ativo de produção que transforma as estruturas sociais. Dessa forma, a concepção dialética da semiose como forma de luta hegemônica se fortalece sob a égide da Ciência Social.

Essa perspectiva possibilita a abordagem dialética entre semiose e outros momentos de práticas sociais, segundo o princípio constitutivo da semiose, e viabiliza o projeto gramsciano da possibilidade de mudança social decorrente do caráter relativo das permanências, uma vez que os modos complexos como os momentos articulam-se numa prática específica podem determinar a reprodução ou a transformação de tal prática. Os arranjos persistentes e cristalizados em normas de ação que respondem pela permanência e reprodução da organização social são freqüentemente colocados em risco pelo elemento ativo da ação individual na rearticulação dos momentos das práticas.

Além do jogo de articulação e internalização entre os momentos da prática particular e entre as práticas constituídas em rede, existe mais um nível, em que os próprios recursos internos de um momento específico da prática social articulam dialeticamente. Esse último nível é particularmente importante para a ADC, porque o movimento articulatório entre o momento semiótico e os demais momentos de uma prática social é refletido nos recursos internos da semiose, quais sejam: gêneros, discursos e estilos. O enquadre teórico-metodológico de 1999/2003 prioriza a análise dos recursos internos do momento semiótico no

¹⁵ Citado em Chouliaraki & Fairclough (1999).

processo de articulação entre os vários momentos interdependentes da *práxis* social. Esses recursos são tratados como os *principais tipos de significado da semiose*.

A ADC sempre teve a LSF (HALLIDAY, 1985) como principal recurso para a análise textual. O paradigma funcionalista da Lingüística preocupa-se com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social e frisa a importância do papel do contexto social na compreensão da natureza das línguas (NEVES, 1997: 41). Nesse paradigma, a língua é vista como instrumento de interação social, que existe em função de seu uso na interação humana (HALLIDAY, 1985: xxviii- xxix). Uma gramática funcional é uma gramática natural, porque ela pode ser explicada pela referência ao modo como a língua é usada, sendo assim, seu objeto de estudo são os usos da língua, os quais são responsáveis pela forma e pela transformação do sistema.

A LSF teoriza a linguagem de uma maneira mais próxima da perspectiva da ciência social crítica do que outras teorias da linguagem, uma vez que relaciona o social e o lingüístico. Toda sentença em um texto é vista como produção semiótica (função textual) que constrói o mundo (função ideacional) ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais entre seus produtores e outros atores que ocupam este mundo (função relacional). Sendo assim, o social é trazido para o tecido gramatical da linguagem, ou seja, os demais momentos da prática social são internalizados pela linguagem, de modo que a constituição semiótica do social e pelo social está constantemente em questão na análise lingüística.

A LSF, assim como outras teorias a que a ADC recorre, tendem a ser operacionalizadas de maneira transdisciplinar. A macrofunção interpessoal, por exemplo, foi subdividida em identitária e relacional, porque, segundo Fairclough (2001: 91-176), a questão da identidade é um aspecto discursivo de mudança cultural e social muito importante que tem sido negligenciado. O enfoque sobre práticas sociais no enquadre de 1999/2003 também resulta numa operacionalização da abordagem multifuncional da linguagem. A ADC continua

a apoiar-se no princípio de que textos desempenham simultaneamente as funções ideacional, interpessoal e textual, no entanto, propõe-se uma abordagem baseada na relação do texto com o evento, com o mundo físico e social e com as pessoas envolvidas no texto. O texto é visto segundo os *principais significados da semiose*, quais sejam, *acional*, *representacional* e *identificacional*. Conforme Fairclough (2003a: 27) registra, o significado acional aproxima-se da função interpessoal de Halliday (1985) e incorpora a função textual; o significado representacional corresponde à função ideacional e o significado identificacional, por sua vez, incorpora traços da função interpessoal.

Esses significados correspondem às principais maneiras como a semiose figura em práticas sociais: como modos de agir, modos de representar e modos de ser, bem como aos elementos que compõem as ordens de discurso: gêneros, discursos, estilos. Gêneros constituem “o tipo de linguagem ligado a uma atividade social particular”; discursos implicam “o tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular” e estilos (ou vozes, segundo o termo original usado no livro), o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado a sua identidade” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 63).

Fairclough (2003a) explica que, por meio da fala e da escrita, agimos e interagimos, logo, a semiose figura primeiro como parte da *ação*. Diferentes gêneros correspondem, então, a diferentes modos de (inter)agir discursivamente. Em segundo lugar, a semiose figura na *representação* do mundo material, de outras práticas sociais ou em representações auto-reflexivas da própria prática particular, que se realizam discursivamente e que variam conforme as diferentes perspectivas ou posições dos sujeitos nas práticas sociais. Em terceiro e último lugar, a semiose figura na *identificação*, na constituição de modos particulares de ser, ou seja, identidades sociais ou pessoais particulares, que se relacionam ao estilo. Embora os três aspectos do significado sejam apresentados separadamente para fins analíticos e, de certa

forma, sejam diferentes, eles são dialeticamente relacionados, ou seja, cada um internaliza os outros: representações (discursos) particulares podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação (gêneros) e inculcadas em maneiras particulares de identificação (estilos), por exemplo. A distinção entre os três aspectos do significado não exclui a fluidez e a internalização entre eles.

Dessa forma, cada campo social¹⁶, de acordo com o capital de que dispõe, tem maneiras particulares relativamente estáveis de agir, representar e identificar semioticamente, que resultam em ordens de discurso, ou seja, na “articulação socialmente estruturada de práticas discursivas que constitui a faceta discursiva da ordem social de um campo social” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 114). A maneira como um determinado campo (e sua ordem de discurso) se posiciona em relação aos demais, dentro de um texto, expressa como o evento se situa em relação à luta ideológica em termos de causa e efeito. Como elementos de eventos sociais, textos têm causas que os moldam – de um lado, estruturas e práticas sociais; de outro, agentes sociais – e também têm efeitos. Os significados dos textos acarretam mudanças em crenças, atitudes, valores, conhecimentos, ações, relações sociais e no mundo material. No entanto, somente por meio da avaliação cuidadosa de significado e contexto, é possível atribuir efeitos a textos. A análise textual isoladamente não provê meios suficientes para se ter acesso aos efeitos ideológicos de textos na sustentação ou transformação de ideologias.

Para acessar esses efeitos, a ADC funda-se em três focos analíticos, cada qual com sua prática teórica respectiva: (i) análise da interação comunicativa textualmente orientada, por meio da análise interacional e da análise lingüística e semiótica; (ii) análise

¹⁶ Chouliaraki & Fairclough (1999: 101) operacionalizam o conceito de *campo*, de Bourdieu: “uma rede de posições definidas por uma distribuição particular de capital que confere ao campo [do jornalismo, por exemplo] sua lógica prática específica”. O capital pode ser econômico, social ou cultural e é passível de ser convertido em *capital simbólico*, desde que seja reconhecido como tal e tenha os efeitos de formas de poder.

interdiscursiva, que identifica os recursos discursivos (gêneros, discursos, estilos) utilizados na interação e os mapeia em ordens do discurso e (iii) análise socialmente orientada das estruturas sociais e práticas sócio-culturais das quais a interação é uma faceta (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 113). Cabe ao pesquisador, por meio do tratamento do objeto, delimitar as teorias da ciência social adequadas para a realização da análise socialmente orientada das estruturas e práticas sócio-culturais em que o problema discursivo insere-se.

Para desenvolver esta pesquisa, foi necessário recorrer, sobretudo, a teorias sociais sobre a constituição da “nova ordem social” hegemônica imperial liderada pelos EUA; as características institucionais da modernidade tardia; a ampliação e monopólio das redes de comunicação e a identidade de resistência à imposição do discurso hegemônico dos EUA. O foco nas relações dialéticas entre a semiose e outros momentos de práticas sociais, primeiro, permitiu que os textos jornalísticos sobre a invasão ao Iraque fossem analisados como ação, representação e identificação, em relação dialética com a prática social da imprensa brasileira e com a conjuntura sociopolítica e cultural do regime de relações globais do Império, o centro que sustenta a globalização de malhas de produção e tenta envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem mundial (HARDT & NEGRI, 2004: 37), e, segundo, forneceu recursos para a avaliação do posicionamento dos textos na luta hegemônica e seus possíveis efeitos ideológicos.

Uma vez que a vitória do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização sobre outras possíveis ordens econômicas, políticas e sociais é, parcialmente, uma questão de tentativa de universalização de um discurso particular, a agenda da ADC deve contemplá-la de forma a desvelar as relações de dominação a fim de ultrapassá-las.

CAPÍTULO 2

A imprensa e a invasão anglo-saxônica ao Iraque segundo narrativas da modernidade tardia

Este capítulo busca especificar a configuração da conjuntura em que o discurso jornalístico sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque localiza-se, bem como da prática particular da imprensa, da qual a semiose é um momento dentre outros três, quais sejam, atividade material especificamente semiótica da imprensa; relações sociais, poder e instituições, e, finalmente, crenças, valores e desejos envolvidos na atividade de noticiar.

Uma vez que tratar da semiose na modernidade tardia implica refletir sobre o “novo capitalismo”, a mais recente de uma série de reestruturações radicais por meio das quais o capitalismo tem mantido sua continuidade fundamental (FAIRCLOUGH, 2003a), o discurso do jornalismo brasileiro sobre o conflito internacional precisa ser relacionado com essa recente reestruturação e seu impacto nas relações sociais, na função da mídia, na política, na noção de poder e Direito e na construção de subjetividades.

Na primeira seção, reflito, sobretudo com base nas narrativas de Giddens (1991, 2002), Hardt & Negri (2004), Harvey (1992), Bourdieu (1998) e Fairclough (2003a), sobre as relações sociais, poder e instituições característicos da modernidade tardia. Na segunda seção, apoiando-me principalmente em Harvey (2004) e Hardt & Negri (2004), busco compreender a invasão anglo-saxônica ao Iraque como parte das lutas hegemônicas travadas na modernidade tardia. Nessa passagem do texto, reflito, mormente com base em Castells (2001) e Jameson (2001), acerca das identidades de resistência à ordem social hegemônica na modernidade tardia. Finalmente, na terceira seção, com base em Thompson (2002b), Fairclough (2003a), Bourdieu (1992, 2003), dentre outros, examino o papel da imprensa na manutenção ou

transformação das relações assimétricas de poder na modernidade tardia, bem como as pressões econômicas que afligem esse setor de atividade essencialmente discursivo.

2.1 Modernidade tardia

Nas palavras de Giddens (2002: 221), a modernidade tardia compreende a “presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade”. O autor estabelece quatro dimensões institucionais básicas da modernidade¹⁷ (GIDDENS, 1991: 64-5): o capitalismo; a vigilância; o poder militar e o industrialismo. O capitalismo implica acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos. A vigilância compreende o controle da informação e supervisão social, por meio do monopólio dos meios de violência por parte dos estados modernos capitalistas. O poder militar concerne ao controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra, em que se relacionam poder militar e industrialismo. Esta última dimensão institucional implica a transformação da natureza e o desenvolvimento do “ambiente criado”. O autor aponta a transformação das tecnologias de comunicação como um dos mais importantes efeitos do industrialismo:

As tecnologias mecanizadas de comunicação influenciaram dramaticamente todos os aspectos da globalização desde a primeira introdução da impressora mecânica na Europa. Elas formam um elemento essencial da reflexividade da modernidade e das discontinuidades que destacaram o moderno para fora do tradicional (GIDDENS, 1991: 81).

Giddens (2002: 22) esclarece que, em vários aspectos fundamentais, as instituições modernas apresentam certas discontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos

¹⁷ “Modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991: 11).

em decorrência de seu dinamismo, do grau de interferência nos hábitos e costumes tradicionais¹⁸ e de seu impacto global. Às dimensões institucionais apresentadas subjazem as três principais fontes do dinamismo da modernidade: a separação de tempo e espaço; os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional.

A separação de tempo e espaço implica a condição moderna para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de tempo-espaço, incluindo sistemas globais. Ela é condição principal do processo de desencaixe e da organização racionalizada da vida social moderna pela reflexividade institucional, os quais passo a apresentar.

O deslocamento das relações sociais de contextos e práticas locais e sua reestruturação em extensões indefinidas de tempo-espaço dependem de dois mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas e sistemas especializados (sistemas peritos), que separam a interação das particularidades do lugar. *Fichas simbólicas* são meios de troca que têm um valor padrão, sendo assim intercambiáveis numa pluralidade de contextos, como o dinheiro, e *sistemas especializados* ou *peritos*, por sua vez, consistem em modos de conhecimento técnico que têm validade independente dos praticantes, dos clientes que fazem uso deles, do tempo e do espaço. Esse conhecimento técnico tem uma existência realçada na modernidade tardia e afeta rotineiramente a vida social. Segundo Giddens (1991, 2002), a experiência mediada tornou a vida cotidiana mais influenciada pela informação e conhecimento e, nesse cenário, a construção das auto-identidades passou a se sujeitar às revisões da reflexividade institucional. Nas palavras de Giddens (realce meu, 1991: 88),

¹⁸ Segundo Giddens (1991: 107), *tradição* diz respeito às maneiras pelas quais crenças e práticas são organizadas, especialmente em relação ao tempo. A tradição contribui de maneira básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vincula esta confiança a práticas sociais rotinizadas.

Os indivíduos em cenários pré-modernos, em princípio e na prática, poderiam ignorar os pronunciamentos de sacerdotes, sábios e feiticeiros, prosseguindo com as rotinas da atividade cotidiana. Mas este *não é o caso no mundo moderno, no que toca ao conhecimento perito*¹⁹.

Reflexividade institucional, por sua vez, refere-se ao fato de, na modernidade, a atividade social e as relações materiais com a natureza serem intensamente revisadas pelos atores à luz de novo conhecimento ou informação. Esse tipo de reflexividade difere-se do monitoramento reflexivo inerente à ação humana, mas, no contexto da modernidade tardia, passa a influenciar cada vez mais tal monitoramento. Giddens (2002: 28-9) explica que o dinamismo da modernidade está diretamente envolvido com o aumento na mediação da experiência que a comunicação de massa¹⁹ propiciou. Segundo o autor, os antigos jornais desempenharam um papel importante na separação entre tempo-espaço, mas esse processo só teria se tornado um fenômeno global em decorrência da integração da mídia impressa e eletrônica. A televisão, o cinema, os vídeos, os jornais, as revistas, bem como outros meios impressos seriam tanto expressões das tendências globalizantes, desencaxadoras da modernidade, quanto instrumentos dessas tendências. O autor aponta duas características básicas da experiência transmitida pela mídia nas condições da modernidade: o efeito colagem e a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana.

A primeira diz respeito à justaposição de itens heterogêneos de conhecimento ou informação num texto ou formato de comunicação eletrônica. Histórias separadas são exibidas lado a lado num espaço-temporal transformado. A segunda concerne à infiltração de eventos exteriores e remotos na atividade diária e à familiaridade com eles gerada pela experiência mediada.

¹⁹ Thompson (2002b: 30) explica que, embora a palavra “massa” possa sugerir quantidade e passividade dos receptores das formas simbólicas, o termo *comunicação de massa* não se refere à quantidade de indivíduos que recebe os produtos simbólicos, mas ao fato de esses produtos estarem disponíveis em princípio para uma grande pluralidade de destinatários.

Conforme o autor (GIDDENS, 2002: 50-74), em contextos pré-modernos, a tradição oferecia um meio de organizar a vida social especialmente ligado a preceitos ontológicos²⁰. Eram necessárias transições de vários estágios da vida, mas elas eram governadas por processos institucionalizados e o papel do indivíduo neles era relativamente passivo, ao passo que viver na modernidade tardia significa “viver num ambiente de oportunidade e risco, concomitantes inevitáveis de um sistema orientado para a dominação da natureza e para a feitura reflexiva da história” (GIDDENS, 2002: 104). Diante de riscos humanamente criados, como a escassez de recursos naturais ou a ameaça de uma guerra global, por exemplo, e de múltiplas escolhas sobre setores do estilo de vida²¹ a adotar, disponibilizados pela mediação da experiência, o indivíduo se vê permanentemente guiado por suas próprias construções reflexivas. Giddens (1991, 2002) tem uma visão otimista das características da modernidade tardia e vê o poder, nesse contexto, mais como possibilidade de ação do que constrangimento dela:

O que está envolvido não é apenas a reapropriação [de conhecimento] mas, em certas circunstâncias e contextos, o *empoderamento*. Juntamente com o desencaixe, a expansão dos sistemas abstratos cria quantidades crescentes de poder – de poder que os homens têm de alterar o mundo material e transformar as condições de suas próprias ações. A reapropriação desse poder oferece oportunidades genéricas não disponíveis em eras históricas anteriores (GIDDENS, 2002: 130).

A despeito de Giddens ressaltar que esse *empoderamento* se dá apenas “em certas circunstâncias e contextos”, os estudos do sociólogo não conferem a devida importância à possibilidade de as características da modernidade tardia significarem a vitória do discurso

²⁰ Segurança ontológica é definida pelo autor como “a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (GIDDENS, 1991: 95), que garantem um “sentido de continuidade e ordem nos eventos, inclusive daqueles que não estão dentro do ambiente perceptual imediato do indivíduo” (GIDDENS, 2002: 223).

²¹ Nas palavras de Giddens (2002: 79), “um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão a forma material a uma narrativa particular da auto-identidade”.

hegemônico particular do novo capitalismo, que, assim como os demais modelos desse sistema de produção, gerou benefícios para uma elite e exclusão social para a maioria das pessoas.

A leitura de Giddens a respeito das alterações da experiência humana e das relações sociais no contexto da modernidade tardia, quando se constituíram formas mais complexas de práticas sociais baseadas em novos tipos de interação, foi central para o desenvolvimento desta pesquisa, que buscou mapear mecanismos ideológicos na cobertura da mídia impressa brasileira sobre um conflito internacional. Entretanto, a experiência mediada não pode ser considerada somente como um ganho para a *ação* humana, que se desprenderia cada vez mais das amarras da *estrutura social*, como propõe o autor. É preciso contextualizar práticas específicas e analisar se as novas formas de organização das práticas sociais, que pressupõem desencaixe espaço-temporal da semiose, contribuem para relações de dominação ou, ao contrário, para o aumento da reflexividade como condição de resistência.

Fairclough (2003a) e Chouliaraki & Fairclough (1999) utilizam o conceito de *reflexividade* de Giddens para teorizarem sobre a dupla possibilidade de a monitoração reflexiva da ação contribuir para a reprodução ou transformação das relações de poder assimétricas. Todavia, os autores ponderam que Giddens (1991) apresenta explicações generalizadas sobre a construção reflexiva do “eu” na modernidade tardia e privilegia uma posição social particular (branco, macho, de classe média) em vez de considerar que existem pessoas posicionadas muito diferentemente, de acordo com classe, gênero, raça, idade ou geração, e, portanto, com diferentes possibilidades de acesso a tal construção reflexiva (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 126-7).

Ao que parece, Castells (2001) também discorda do caráter global do planejamento reflexivo da auto-identidade teorizado por Giddens. “Exceto para uma elite,” explica Castells (2001: 27), “o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível e, nesse cenário, a busca

pelo significado da vida e pela auto-identidade ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas”. Lash (1997: 147), por sua vez, critica a preocupação exclusiva de Giddens com a ação social reflexiva em detrimento da estrutura e questiona “como é possível uma mãe solteira, que vive num gueto urbano, ser ‘reflexiva’? [...] partindo da ‘necessidade’ da ‘estrutura’ e da pobreza estrutural, quanta liberdade esta mãe do gueto possui para autoconstruir sua própria ‘narrativa de vida’?”

As narrativas de Giddens foram muito importantes para a realização desta pesquisa, entretanto, em função do escopo emancipatório da ADC, foi necessário adaptá-las a uma visão mais crítica das características sociopolíticas e culturais da modernidade tardia e da alteração das relações sociais no contexto do que vem sendo denominado *globalização*. Enquanto para Giddens (1991: 69) globalização é “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”, para a ADC é expressão da reformulação do capitalismo, que atende aos interesses particulares de uma elite financeira ou, como define Bourdieu (1998: 54), “a extensão do domínio de um número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais”, que alterou a vida social, a noção de poder e de Direito, dentre outras. Nas palavras do autor:

Se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é bem real: é o dos mercados financeiros. Graças à diminuição de um certo número de controles jurídicos e do aprimoramento dos meios de comunicação modernos [...] caminha-se para um mercado financeiro unificado [...] dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos [...] (BOURDIEU, 1998: 53).

As características da modernidade tardia são vistas nesta pesquisa como luta hegemônica pela sustentação de um *status* universal para um interesse particular, ou seja, como a relativa permanência de uma visão política, social, econômica e cultural hegemônica que hoje, por meio do desencaixe dos signos, sustenta relações de dominação globalizadas.

2.1.1 Transformações do capitalismo: o projeto globalização neoliberal

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (cujo nome original é Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) foram criados, em julho de 1944, durante a Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, New Hampshire, que reuniu 44 países para discutir os problemas monetários e financeiros e estabelecer o “liberalismo global” que deveria reger, sob a liderança dos Estados Unidos, a nova ordem econômica mundial que surgiria no pós-Segunda Guerra. O acordo de Bretton Woods definiu, ao menos publicamente, que o FMI e o Banco Mundial seriam instituições responsáveis pela manutenção da paz e pela concessão de recursos aos países que enfrentariam declínio econômico decorrente da Segunda Guerra Mundial.

Em oposição a essa alegação pública, Hardt e Negri (2004: 285-6) explicam que o sistema Bretton Woods baseava-se em três elementos fundamentais: (i) a ampla hegemonia dos Estados Unidos sobre todos os países não socialistas, assegurada pela escolha estratégica de um desenvolvimento liberal, baseado em comércio relativamente livre e, acima de tudo, pela manutenção do ouro (uma vez que o país possuía cerca de um terço do total mundial) como garantia do poder do dólar; (ii) a exigência do acordo de estabilização monetária entre os EUA e os outros países capitalistas dominantes (da Europa e Japão) e (iii) o estabelecimento de uma relação quase imperialista dos EUA com todos os países subordinados não socialistas.

O período pós-guerra, de 1945 a 1973, teve como base o sistema fordista de produção em massa. O processo de implantação do sistema foi complicado e só em 1945 teria

se tornado plenamente constituído e estabilizado: o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou relativamente estáveis de crescimento econômico; os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornou-se remota. Tudo isso se abrigava sobre o poder econômico e financeiro hegemônico dos EUA. O acordo de Bretton Woods transformara o dólar na moeda-reserva mundial e vinculava o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana.

Entretanto, a fragilidade do fordismo se revelaria na deflação de 1973-1975. Harvey (1992: 135-187) a localizou na rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa; dos mercados na alocação e nos contratos de trabalho e dos compromissos do Estado com seguridade social, direitos de pensão etc. O sistema de equilíbrios políticos e econômicos inventado em Bretton Woods mergulhara na mais completa desordem, e o que restou foi apenas a hegemonia dos EUA (HARDT & NEGRI, 2004: 287). A forte deflação obrigou a reestruturação das relações econômicas e a mudança de paradigma na definição do comando mundial do capitalismo, mas o capitalismo tem a capacidade de superar crises através da transformação radical de si mesmo, de modo que a expansão econômica possa continuar (FAIRCLOUGH, 2003a: 4). A crise, portanto, é uma condição normal para o capitalismo, que indica sua tendência e seu novo modo de operar. No caso da crise do fordismo, o novo modo de operação do capital baseava-se na *globalização*:

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram nessa época ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992: 139-40).

Bill Gates, co-fundador da Microsoft Corporation, leva esta tendência [de as redes de informação liberarem a produção das coações territoriais] ao extremo quando prevê um futuro no qual as redes vão superar inteiramente as barreiras à circulação e permitir o surgimento de um capitalismo ideal, 'livre de atritos': 'a superestrada da informação ampliará o mercado eletrônico e fará dele o intermediário definitivo, o revendedor universal' (HARDT & NEGRI, 2004: 317).

A partir da crise da economia capitalista dos anos 70, as idéias neoliberais começaram a ganhar terreno e surgiu um novo regime de acumulação, definido por Harvey (1992) como *acumulação flexível*. O regime capitalista de acumulação flexível apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual e a compressão espaço-temporal (HARVEY, 1992: 140).

A reformulação neoliberal do modelo capitalista envolveu, dentre outras coisas, a aceleração do tempo de *giro do capital*: o tempo de investimento do capital na produção, associado com o tempo de circulação da troca e a produção do lucro. A rigidez do fordismo e sua linha de montagem foram substituídas pelo novo modelo de produção, baseado na flexibilidade e em *redes*, propiciadas pela dissolução de fronteiras espaço-temporais. A produção de bens de consumo materiais e duráveis foi substituída pelo *trabalho imaterial*, que produz bens imateriais como serviço (de saúde, entretenimento, por exemplo), produto cultural, conhecimento ou comunicação, que, ao contrário de geladeiras ou carros, têm vida útil menor e aceleram o consumo e o tempo de giro do capital.

Hardt e Negri (2004: 300) apontam três momentos distintos na sucessão de paradigmas econômicos desde a Idade Média: o primeiro, no qual a agricultura e a extração de matérias primas dominaram a economia; um segundo, no qual a indústria e a fabricação de bens duráveis ocuparam posição privilegiada; e um terceiro, o atual, no qual a oferta de

serviços e o manuseio de informações estão no centro da produção econômica. Tais paradigmas econômicos convergem com os três estágios da mudança social propostos por Giddens, Beck e Lash (1997): da tradição para a (simples) modernidade à modernidade reflexiva (tardia), e contribuem para a definição do momento quando teríamos transitado da modernidade para a sua fase mais radical da modernidade tardia, quando o novo modelo econômico capitalista passou a se sustentar por meio da informação e, portanto, da linguagem, conforme registra Fairclough (2003b: 188):

A linguagem e a semiose possuem uma considerável importância na reestruturação do capitalismo e em sua organização em nova escala. Por exemplo, a totalidade do conceito de 'economia baseada no conhecimento', uma economia em que o conhecimento e a informação adquirem um novo e decisivo significado, implica uma economia baseada no discurso: o conhecimento se produz, circula e é consumido como os discursos.

A reestruturação do capitalismo em escala global significou a vitória hegemônica do *Império*, um modelo global de autoridade fundado na hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos, sobre o qual tratarei na subseção 2.1.2.

2.1.2 A constituição jurídica da “nova ordem mundial”

As instituições intergovernamentais internacionais, como a ONU e o FMI, fracassaram em sua missão “original”: a primeira falhou na tentativa de manter a paz e a segunda na concessão de recursos aos países que enfrentavam um declínio econômico, de modo a permitir sua reestruturação a ponto de reduzir o desemprego ao máximo (STIGLITZ, 2002: 41-2). A mudança mais drástica nessas instituições ocorrera na década de 1980, quando Ronald Reagan e Margaret Thatcher pregavam uma ideologia de livre mercado nos Estados

Unidos e no Reino Unido. O FMI e o Banco Mundial tornaram-se instituições missionárias que cuidavam de impor os ideais liberais aos países pobres, que precisavam muito de seus empréstimos e concessões. O FMI que no começo baseava-se no conceito de que, em geral, os mercados funcionam mal, passara a defender a supremacia do mercado. Inicialmente fundamentado na crença de que era preciso pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas, o FMI passa a conceder recursos somente se os países se engajarem em políticas como corte dos gastos, aumento de impostos e elevação das taxas de juros (STIGLITZ, 2002: 39).

Diante desse quadro histórico, é possível sustentar que, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi sendo constituído um modelo global de autoridade fundado na hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos, cuja sumidade seria alcançada na modernidade tardia. De acordo com Hardt e Negri (2004), vivemos a ordem social do *Império*, que não divide semelhanças com o *Imperialismo*:

Em contraste com o Imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (HARDT & NEGRI, 2004: 12).

Os autores utilizam *Império* como um conceito, e não como metáfora, que se caracteriza fundamentalmente pela ausência de fronteiras, isto é, o poder exercido pelo Império não tem limites. O conceito postula, primeiramente, um regime que abrange a totalidade do espaço. Em segundo lugar, não caracteriza um regime histórico nascido da conquista, e, sim, uma ordem que suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existente. Em terceiro lugar, o poder de mando do Império funciona em todos os registros da ordem social, descendo às profundezas do mundo social.

Em quarto lugar, apesar de banhar-se continuamente em sangue, o conceito de Império é sempre dedicado à paz – uma paz perpétua e universal fora da História.

A hegemonia dos EUA como polícia do mundo remonta à Segunda Guerra Mundial, mas foram as guerras contra o Iraque em 1991 e 2003 que marcaram o início dessa “nova ordem mundial”²² imperial, para a qual os EUA foram convocados para atuar como líderes. Hardt & Negri (2004: 331) apontam esse marco na Primeira Guerra do Golfo, em 1990, ao passo que Harvey (2004: 31) o localiza na invasão ao Iraque no ano de 2003. A primeira opção, no entanto, parece mais viável, uma vez que a autorização aos Estados Membros da Comissão Especial das Nações Unidas para usar “todos os meios necessários” para liberar do Kuwait, foi dada em 1990, quando os EUA intervieram no conflito entre Kuwait e Iraque (LAMAZIÈRE, 1998: 9). A invasão anglo-saxônica ao Iraque em 2003 foi uma segunda investida dos EUA como guardião do neoliberalismo globalizado.

O final da Guerra Fria do mundo capitalista contra o mundo socialista, em 1989, marcado pela vitória do primeiro, inaugura uma era em que os EUA foram convocados a zelar pela manutenção do mundo capitalista, sob a guarda de uma nova noção de Direito universal. A Primeira Guerra do Golfo pode ser vista como a primeira oportunidade de os EUA mostrarem sua capacidade para exercer tal tarefa hegemônica. Lamazière (1998: 17-8) explica que a invasão ao Kuwait pelas tropas iraquianas deu-se em pleno clima de euforia pós-guerra fria, por isso a intervenção dos EUA teve objetivo disciplinador e pedagógico. Ao intervir na Primeira Guerra do Golfo, os EUA demonstraram serem o único poder capaz de administrar justiça internacional sob a tutela de uma nova concepção jurídica, adaptada aos moldes do novo capitalismo. Esse tipo de intervenção passou a ser assegurado pelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, aprovadas em 1990 e em 1991. Em linhas gerais, a

²² Essa expressão foi usada pelo presidente dos EUA George Bush (pai) em um Discurso sobre o Estado da União em janeiro de 1991 (LAMAZIÈRE, 1998: 22).

Resolução 678, de 1990, autoriza os Estados Membros a usar “todos os meios necessários” (LAMAZIÈRE, 1998: 9) para liberar o Kuaite, e a Resolução 687, de 1991, impõe um conjunto de severas medidas ao Estado invasor do Kuaite (o Iraque), cujas passagens reproduzo a seguir:

A Resolução 687, do Conselho de Segurança da ONU [...]

8- Resolve que o Iraque aceitará incondicionalmente a destruição, remoção ou inutilização, sob supervisão internacional, de: (A) Todas as armas químicas e biológicas e todos os estoques de agentes e todos os subsistemas e componentes relacionados aos mesmos e todas as instalações de pesquisa, desenvolvimento, apoio e fabricação; (B) Todos os mísseis balísticos com alcance superior a 150 quilômetros e componentes principais dos mesmos e instalações de reparo e produção; [...]

17- Resolve que todas as declarações iraquianas feitas desde 2 de agosto de 1990, repudiando sua dívida externa, são nulas e inválidas, e exige que o Iraque cumpra escrupulosamente todas as suas obrigações relativas ao serviço e à amortização da dívida externa; [...]

32- Exige que o Iraque informe o Conselho de que não cometerá nem apoiará qualquer ato de terrorismo internacional nem permitirá que qualquer organização dedicada à comissão de tais atos opere dentro do seu território e que condene de forma indubitável e renuncie a todos os atos, métodos e práticas de terrorismo; [...]

34- Resolve manter-se atento à questão e tomar outras medidas posteriores que forem necessárias para a implementação desta Resolução e para garantir paz e segurança na área (realces meus, ONU, 2004).

A Resolução 687 assegura o monopólio legítimo do uso da força aos EUA, o único Estado Membro do Conselho de Segurança da ONU com poder de veto e a superpotência econômica e militar capaz de “liderar a definição das regras que regerão a globalização e a montagem de um novo ordenamento mundial nos planos político e econômico” (LAMAZIÈRE, 1998: 28). Sendo assim, a partir de 1990, foi delegado aos EUA um suposto direito universal de lutar contra ameaças à hegemonia capitalista, sob a égide do princípio da “guerra justa”, que justificou a invasão anglo-saxônica ao Iraque em 2003.

2.2 A invasão anglo-saxônica ao Iraque

Em se tratando de argumentos que buscam legitimar e justificar guerras, é relevante lembrar o significativo papel da mídia na recontextualização do discurso hegemônico e na

conseqüente influência sobre a opinião pública em favor dos invasores. Morelli (2001) discute dez mecanismos básicos da propaganda de guerra assegurada pelos meios de comunicação, desde a Primeira Guerra Mundial, para justificar conflitos bélicos e interesses particulares de grupos hegemônicos.

De acordo com a historiadora, a propaganda de guerra tenta, em primeiro lugar, convencer a opinião pública de que o invasor não quer a guerra, mas que essa se mostra como a única solução para o conflito político. Em segundo lugar, procura legitimar a idéia de que o adversário do invasor é o único responsável pela guerra. Em terceiro, tenta convencer a opinião pública de que o adversário é um ser execrável. O quarto mecanismo envolve a tentativa de convencer a opinião pública de que a finalidade da guerra encerra apenas nobres causas, de sorte que os verdadeiros motivos da guerra sejam ocultados. O quinto mecanismo tenta assegurar a opinião de que o adversário comete atrocidades voluntariamente, mas os erros dos invasores são involuntários. Em sexto lugar, busca-se convencer a opinião de que o adversário utiliza armas não autorizadas. O sétimo mecanismo de propaganda de guerra procura mascarar o sofrimento da população do país invasor, mostrando que os invasores supostamente sofreriam poucas perdas ao passo que o adversário sofreria muitas. Em oitavo lugar, a mídia dissemina a idéia de que artistas e intelectuais apóiam as causas do invasor. A nona estratégia consiste em apresentar a causa bélica como sagrada e, por último, assegurar a imagem de traidores para aqueles que põem em xeque as propagandas de guerra.

Cabe, aqui, destacar que essas estratégias levantadas por Morelli (2001) são essencialmente discursivas e muitas delas, senão todas, foram utilizadas exaustivamente pelos EUA e pelo aparato informacional do Império para justificar a invasão ao Iraque. Entretanto, no caso específico dessa invasão parece possível conjecturar que, além de contar com a propaganda de guerra, os EUA contaram com uma formação jurídica global que os ajudaram a legitimar o massacre no Iraque.

Essa formação jurídica implica um poder unitário, supostamente responsável pela manutenção da “paz social” por meio da produção de suas próprias verdades, a exemplo da verdade segundo a qual o capital necessita não apenas ter livre permuta com outros países, mas precisa também transformá-los efetivamente em países capitalistas. Para atingir seus objetivos, ao poder único é dada a força necessária para conduzir, quando preciso, “guerras justas” nas fronteiras contra os bárbaros e, no plano interno, contra os rebeldes, a exemplo dos iraquianos, que precisariam ser “civilizados” e “modernizados”, o que significa capitalização, isto é, incorporação ao ciclo de produção e acumulação capitalistas. Quando não é possível manter a disciplina capitalista somente por meio do consenso, como no caso do Iraque, o Império lança mão do uso legal da força e executa supostas “guerras justas”.

Tradicionalmente, o conceito da *bellum justum* (“guerra justa”) baseia-se, primordialmente, na idéia de que, quando um Estado se vê diante de uma ameaça de agressão que pode pôr em risco sua integridade territorial ou sua independência política, tem um *jus ad bellum*, que significa direito de ir à guerra (HARDT & NEGRI, 2004). Tal conceito tradicional, que envolve a banalização da guerra e a celebração da luta como instrumento ético, reaparece na modernidade tardia, com algumas inovações. Hoje, a “guerra justa” não é atividade de defesa ou resistência, e, sim, uma atividade justificável por si mesma, em função da legitimidade do aparelho militar e da eficácia da ação militar na conquista da “ordem e da paz”, que significam, na verdade, a luta pela sustentação da hegemonia da globalização neoliberal.

O sistema de segurança é essencial para o bom funcionamento do sistema econômico tanto do ponto de vista global – não contaminação das relações econômicas entre Estados Unidos, Japão e União Européia por considerações político-estratégicas, pela lógica do amigo/inimigo – como local – manutenção do abastecimento do petróleo a preços razoáveis, bem como dos fluxos de transporte (LAMAZIÈRE, 1998: 31). Uma vez que o papel do

Império é disciplinar a sociedade global e assegurar a ordem necessária para o funcionamento da economia neoliberal globalizada, parece que o poder de Saddam sobre a região do mundo mais rica em petróleo, o recurso natural que mantém em movimento a infraestrutura industrial do mundo, representava uma ameaça ao sucesso da “nova ordem”. Sendo assim, a manifestação do movimento radical do islã político em 2001 contra a política estadunidense parece ter sido usada pelos EUA como justificativa para ocupar a rica região petrolífera.

Em 2001, os EUA perseguiram os seguidores da al Qaeda no Afeganistão e destruíram seus campos; os sobreviventes se dispersaram e Bin Laden não foi preso. Em fevereiro de 2003, os EUA acusaram o Iraque de conluio com o movimento islamista e, em março, a força imperial liderou uma invasão apoiada pela Grã-Bretanha²³, destituiu o regime ba'athista e ocupou o Iraque. A estratégia de acusar Saddam de ter ligações com a al Qaeda, um movimento radical do islã político, funcionou, pois a opinião pública estadunidense em geral aceitou a suposta conexão entre a al Qaeda e o regime de Saddam e se construiu um inimigo suficientemente perigoso para justificar uma invasão militar destinada a destitui-lo do poder. Os republicanos consolidaram seu poder político e George Walker Bush parece ter se libertado da aura de ilegitimidade que o rodeava desde sua questionável primeira eleição. Ressalte-se que assim como nunca foi comprovada ligação do Iraque com Irã e Coréia do Norte, também nunca se comprovou ligação do Iraque com a al Qaeda.

Embora a ONU não tenha autorizado publicamente a invasão, as Resoluções 678 e 687 reservam, de maneira indireta, esse direito aos EUA. É notável como essas resoluções foram exaustivamente usadas nos discursos de George W. Bush para justificar uma invasão em favor da “paz e segurança mundiais” contra países que “produzem ou estocam armas de

²³ Ao contrário da designação “anglo-saxônica”, usada neste trabalho, Demant (2004: 292) a nomeia mais adequadamente como “invasão norte-americana-britânica-australiana”. Porém, se “guerra do Iraque” é inadequado porque encerra cunho ideológico, o nome conferido por Demant também parece pouco funcional. Por isso, optei pela designação “anglo-saxônica”.

destruição em massa”, ou que “apóiam organizações dedicadas ao *terrorismo*”, que escamoteava a verdadeira intenção de usar o direito universal outrora lhe outorgado para assegurar sua posição hegemônica militar e econômica. Como questiona Harvey (2004: 37):

Que meio melhor os EUA poderiam empregar para mostrar sua competência e assegurar sua posição hegemônica do que controlar o preço, a produção e a distribuição do recurso econômico chave de que dependem seus competidores? E que meio melhor para consegui-lo do que aquele de que os Estados Unidos continuam sendo o todo poderoso, o poderio militar?

Como se pode inferir, a ordem social da modernidade tardia não é um fenômeno inerte da natureza ou uma evolução natural e irreversível sem intervenção de agentes sociais ou ideologias e, sim, construção e sustentação de um discurso que favorece um grupo particular. Trata-se de um grupo que procura sustentar a globalização neoliberal e envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem hegemônica por meio de “uma poderosa função policial contra novos bárbaros e escravos rebeldes que ameaçam sua ordem” (HARDT & NEGRI, 2004: 37). Os novos bárbaros e escravos rebeldes mais recentes que ameaçaram a ordem do Império são reconhecidos, respectivamente, nos movimentos radicais do islã político, sobretudo a al Qaeda, liderada por Osama bin Laden, e nos iraquianos que resistiram à ocupação anglo-saxônica.

Versar a respeito do movimento do islã político numa discussão sobre a invasão ao Iraque pode sugerir convergência com o discurso hegemônico, entretanto, é importante levar adiante essa discussão, primeiramente, porque esse movimento caracteriza uma forte resistência às mazelas geradas pela hegemonia da política imperial, trazendo à tona potenciais focos de mudança. Em segundo lugar, porque não se deve esquecer que a maioria iraquiana é muçulmana e vem sofrendo, além da violência física, uma deplorável suplantação cultural.

A modernização globalizada que o projeto neoliberalista imperial impõe não é aceita por alguns povos e significa, para muitos, a degradação da própria cultura. Nessa tentativa de

lutar pela identidade própria num mundo quase padronizado por estilos de vida criados pelo Império, surge a identidade defensiva islamista, popular e ideologicamente conhecida por “fundamentalismo muçulmano”. Demant (2004: 14) esclarece que a origem da palavra *muçulmanos* é *muslimim* e significa seguidores de Maomé. A designação engloba todos os povos que aderem ao *Islã*, um movimento monoteísta amplo que abrange todas as esferas da vida, pois é uma religião, ao mesmo tempo em que é uma comunidade e um modo de viver, bem como uma tradição que regulariza todos os aspectos da vida. O fator político é o que distingue os *muçulmanos* dos *islamistas*, que transformam o islã de religião em *ideologia*, no sentido de conjunto de idéias pelas quais o militante deve lutar.

Ao tratar da violência do imperialismo cultural norte-americano em países pobres, Jameson (2001) aponta o islã como a única tradição religiosa que demonstra ter energia para resistir à globalização e à ocidentalização. Nas palavras do autor (JAMESON, 2001: 40), “Apenas algumas correntes no interior do islamismo posicionam-se efetivamente em oposição programática à cultura ocidental, ou certamente ao ‘imperialismo cultural’ ocidental”.

Ações de resistência de movimentos radicais do islã político contra alvos ocidentais já haviam sido realizadas antes de 2001, como em 1981, quando o embaixador do Líbano foi assassinado; em 1983, quando explosivos foram lançados contra soldados ocidentais no Líbano; em 1988, quando houve uma ofensiva islamista contra uma discoteca em Berlim e outros. Entretanto, a ocupação do território sagrado da Arábia; a intensificação do processo de paz execrado pelos islamistas e a manutenção norte-americana das sanções que penalizavam os iraquianos durante e após a Primeira Guerra do Golfo (DEMANT, 2004: 288) impulsionaram uma terceira geração islamista, cujo líder é reconhecido em Osama bin Laden²⁴ (DEMANT, 2004: 245-91).

²⁴ Demant (2004: 288) propõe a existência de três gerações de movimentos islamistas: a primeira, de 1970 e 1980; a segunda, a partir de 1980 e a terceira, a partir da última década do século XX.

Essa geração marca uma nova etapa dos movimentos islamistas, cuja ideologia é radicalmente antiocidental e, ao contrário de outros grupos anteriores, que visam primariamente a inimigos dentro da própria sociedade, a terceira geração considera que a luta precisa ser levada ao coração do inimigo, qual seja, o próprio ocidente. Sendo assim, essa geração islamista constitui uma reação antimoderna que, contudo, pertence à modernidade, visto que suas ações tendem a se desenvolver em nível global por meios modernos, como fitas que disseminam sermões de manifestações coordenadas por telefone, fax, e-mail e outros recursos disponibilizados pela modernidade, de tal forma que o movimento social usa armas da modernidade contra o próprio mundo moderno.

Demant (2004: 350) explica que os islamistas da mais recente geração lutam em nome de uma transformação de todo o sistema internacional, o qual se baseia em Estados soberanos que mantêm entre si um mínimo de ordem por meio de instituições e procedimentos consensuais. Os islamistas rejeitam os princípios que subjazem a esse sistema, a saber, independência e inviolabilidade do Estado, soberania do povo, liberdades individuais, direitos humanos entre outros. Eles desejam substituir esse sistema, reconhecidamente de cunho ocidental, pela *umma*²⁵ islâmica não-territorial, suprema sobre todas as outras comunidades, porque, no Islã, Deus é soberano ao homem, logo, essa soberania é incompatível com a democracia²⁶. Sendo assim, o islã, para os islamistas, não é apenas uma religião, mas um sistema ideológico abrangente e absolutamente incompatível com a democracia ocidental que o Império lhes impõe por meio do consenso em nível global e da força em nível local.

²⁵ O ecúmeno muçulmano universal (DEMANT, 2004: 397).

²⁶ Segundo a teoria clássica do pensamento político, *Democracia* é o Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania (BOBBIO, 2002: 319).

Embora essas teorizações sobre “o outro” ajudem a compreender as ações desse tipo de movimento social, é imprescindível considerar a própria autodefinição do movimento, uma vez que “os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos: eles são o que dizem ser. Suas práticas (e, sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição” (CASTELLS, 2001: 94). A al Qaeda (A base), por exemplo, se autodefine como uma organização internacional de ideologia antiocidental que recruta não só jovens pobres e desnorteados como nas outras gerações, mas também íntegros pais de família de classe média para lutar contra os crimes cometidos pelos ocidentais contra o mundo muçulmano. Numa *fatwa*²⁷ publicada em 1998, o líder do movimento atribuiu aos norte-americanos três crimes específicos contra Deus: a ocupação da terra sagrada da Arábia, o apoio dado à ocupação judaica de Jerusalém e o sofrimento imposto aos iraquianos, em forma de sanções políticas dos EUA, após a Primeira Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, os mesmos crimes que deram origem ao movimento.

Cabe, aqui, destacar que o poder concreto desse movimento não repousa em suas crenças, mas na reconstrução de sua identidade defensiva (cf. discussão sobre reflexividade na seção 2.1) Castells (2001: 27) defende que, na modernidade tardia, ou sociedade em rede, não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica da associação e representação em sociedades e culturas específicas, por isso a construção da identidade não ocorre somente por meio do planejamento reflexivo, preconizado por Giddens (2002), mas também por meio da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais, como a religião.

A identidade de resistência tem origem na construção social da identidade num contexto marcado pelo poder: “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras

²⁷ Decisão jurídica, regra religiosa no Islã (DEMANT, 2004: 391-5).

de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (CASTELLS, 2001: 24). Entretanto, esse movimento contrário à modernização inatingível e aos efeitos negativos da globalização neoliberal tem sido representado ideologicamente pela mídia em geral como um movimento de *terroristas*, por meio de uma “crua redução conceptual e terminológica radicada numa mentalidade policial” (HARDT & NEGRI, 2004: 56).

A despeito de não existir um consenso quanto ao significado político da palavra “terror” ou “terrorismo” (CARDOSO, 2004: 48; COMBS, 1997: 8), o termo denota ações capazes de promover imobilização por meio da imposição violenta do temor. Para Bobbio (2003: 341), a *paz* atual repousa exclusivamente no equilíbrio do *terror*. A confiança no poder das novas armas é tal que provoca a paz de impotência, uma situação que, desde o advento da guerra atômica, é chamada de “equilíbrio do terror”, aquilo que “reina entre unidades políticas das quais cada uma tem a capacidade de infligir golpes mortais à outra” (BOBBIO, 2003: 344).

Combs (1997: 7) define “terrorismo” como um termo político que deriva do *Estado* de terror e não de grupos ou indivíduos, como o significado a ele atribuído atualmente. A autora propõe que o “terrorismo” seja tratado em termos de ação, em vez de grupos de pessoas, a qual envolve um ato de violência, audiência, criação de um estado de medo, vítimas inocentes, e motivos políticos.

Em consonância com o argumento de Harvey (2004: 12), segundo o qual “um estado de persistente insegurança e a perpetuação do clima de medo parecem ser para W. Bush e seus conselheiros a via mais fácil para uma reeleição e a consolidação do poder político global fundado num potente aparato militar e numa economia de guerra permanente”, defendo a possibilidade de atribuir a designação de “terror” e “terrorismo” também à política de “guerra justa” praticada pelo Império. Isso porque todas as características levantadas convergem com

os traços do estado de medo universal imposto pelo Império, a única unidade política mundial que detém, legalmente, a permissão de agir violentamente por motivos particulares contra vítimas inocentes, criando um estado de medo com o apoio de um aparato comunicacional que garante audiência em escala global. Sendo assim, a diferença entre os atos políticos praticados pelo Império e pelo movimento radical do islã político repousa na legitimidade do uso da força delegada exclusivamente aos EUA.

2.3 Mídia e sociedade de controle

Além de dispor de um alicerce jurídico, o Império também dispõe de uma máquina comunicacional de alta tecnologia que representa uma fonte de normatividade, legitimação e sustentação da hegemonia. Hardt e Negri (2004: 42-60) asseveram que a ordem social do Império baseia-se num modelo de *sociedade de controle*, um pouco diferente da *sociedade disciplinar* moderna discutida por Foucault (1997). Nesta última, o comando social era construído mediante uma rede difusa de instituições, como a prisão, a fábrica, o asilo, bem como a escola, que produziam e regulavam costumes, hábitos e práticas produtivas. Esse paradigma de poder é bem ilustrado pelo sistema Panóptico de tecnologia biopolítica. Em linhas gerais, uma estrutura de vigilância prisional em que, por meio de um jogo de luzes, o prisioneiro encontra-se completamente visível, mas não pode visualizar os guardas. Com o passar do tempo, esse jogo de luzes torna desnecessária a presença física do guarda no presídio, pois esse já se encontra interiorizado em cada prisioneiro, que se torna “o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 1997: 203).

Na sociedade disciplinar, os efeitos das tecnologias biopolíticas eram parciais, pois o ato disciplinar se desenvolvia somente em instituições voltadas para a imposição da disciplina. Na sociedade de controle atual, em contraponto, o poder é exercido por sistemas de

comunicação e redes de informação que organizam internamente as práticas diárias e comuns, e não se restringe a locais estruturados de instituições sociais, mas se estende em redes flexíveis e flutuantes e torna-se completamente biopolítico. Todo o corpo social é abarcado pela máquina do poder, cuja extensão é indeterminada. Nesse sentido, “o poder é expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais” (HARDT & NEGRI, 2004: 44), de forma tal que todos, independentemente de instituições que freqüentem ou a que se vinculem, podem se tornar guardas do Império.

O controle é exercido, em parte, pelo que Giddens (2002) nomeou *experiência mediada*, pois a legitimação da “nova ordem mundial” provém, dentre outras origens, das indústrias de comunicação, como defendem Hardt & Negri (realce meu, 2004: 53):

A produção comunicativa e a construção da legitimação imperial marcham lado a lado e não podem mais ser separadas. [...] A máquina constrói tecidos sociais que esvaziam, ou tornam ineficaz, qualquer contradição; cria situações nas quais, antes de neutralizar coercitivamente a diferença, parece absorvê-la num jogo insignificante de equilíbrios autogeradores e auto-reguladores.

Esse posicionamento é semelhante ao de Fairclough (2003a), que considera os meios de comunicação de massa parte do *aparato de regulação*, que inclui qualquer atividade em uma instituição ou organização dirigida para a regulação ou o manejo de qualquer outra (rede de) prática(s) social(is). No contexto informacional do novo capitalismo, a economia baseada no discurso é parcialmente responsável pela produção de novas identidades, novos estilos de vida e ideologias que, de alguma forma, sustentem o consenso e a hegemonia do Império. A nova forma de produção baseada na comunicação amplia o alcance da ideologia hegemônica imperial, conforme registra Lash (1997: 163):

Os símbolos conceituais, os fluxos de informação através das estruturas de informação e comunicação [...] representam *um novo fórum para a dominação capitalista*. Neste caso, *o poder* não está mais fundamentalmente localizado no capital como meio de produção material. Em vez disso, *está baseado no complexo poder/conhecimento* – agora bastante vinculado a empresas supranacionais.

Dessa forma, o Império também tenta assegurar sua hegemonia por meio de alianças com indústrias de comunicação que, no caso da invasão ao Iraque em 2003, controlaram o sentido do imaginário em escala global, construindo inimigos e visões ocidentais que estigmatizaram a identidade social do povo médio-oriental, a fim de justificar o massacre de inocentes ingleses, estadunidenses, iraquianos, afegãos, dentre outros.

A “separação de tempo e espaço”, celebrada por Giddens (2002) como uma forma moderna de libertação, pode implicar, ao contrário, tanto ação à distância de uma representação particular de mundo, passível de estar vinculada a interesses ideológicos, quanto um novo tipo de desigualdade e de concentração de poder. Isso porque a suposta liberdade que as novas tecnologias de informação oferecem não alcança todo o mundo. Há, por exemplo, menos linhas telefônicas na África negra do que só na cidade de Tóquio e o número de computadores pessoais no mundo mal ultrapassa 200 milhões para uma população total de 6 bilhões de pessoas (RAMONET, 2001: 76)

Na modernidade tardia, uma parte significativa da ação e interação tornou-se mediada, visto que as relações sociais envolvem participantes distantes no tempo e espaço e dependem de tecnologia de comunicação. Essa mediação criou um tipo de situação interativa que Thompson (2002b: 79) classificou, em função de seu baixo grau de reciprocidade interpessoal, “quase-interação mediada”, que se refere às relações estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão e revistas entre outros) que implicam uma extensa disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo. Por meio da quase-interação mediada, as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores potenciais e constitui uma forma de interação monológica,

isto é, o fluxo da comunicação é predominantemente de sentido único, mediada em uma via (FAIRCLOUGH, 2003a). Tal situação aumentou significativamente a capacidade de transmitir mensagens potencialmente ideológicas em escala global, através do desencaixe espaço-temporal, e de recontextualizar tais mensagens numa multiplicidade de locais.

Fairclough (2003a: 31) defende que a quase-interação mediada possibilitou um movimento mais dinâmico de recontextualização de discursos em “cadeias de gênero”. Nas palavras do autor:

O conceito de “cadeias de gêneros” tem importância particular: gêneros diferentes que são regularmente ligados, envolvendo transformações sistemáticas de um gênero a outro. Cadeias de gêneros contribuem para a possibilidade de ações que transcendem diferenças de espaço e tempo, ligando eventos sociais em diferentes práticas sociais, diferentes países, diferentes tempos, facilitando a acentuada capacidade de “ação à distância”, que é vista como um traço da “globalização”, e então facilitando também o exercício do poder.

No caso da cobertura brasileira da invasão ao Iraque em 2003, no movimento dessa cadeia de gêneros, os discursos do Império, de W. Bush, do exército norte-americano, da CNN e outros discursos hegemônicos transformaram-se em notícias, primeiramente divulgadas pelos grandes monopólios da imprensa brasileira, que, posteriormente, alimentavam e geravam novas notícias²⁸. Amaral (2002: 87-90) explica que a primeira característica do sistema brasileiro de comunicação de massas é a concentração, tanto de meios quanto de empresas. O sistema de televisão aberta é controlado por três redes nacionais. A mesma concentração no plano da televisão se repete em relação às emissoras de rádio e à imprensa gráfica.

O processo nacional de concentração acentuado pelo neoliberalismo reflete essa exploração, bem como a superposição dos sistemas de comunicação nacional e internacional.

²⁸ Cabe lembrar que atualmente não se pode mais dissociar radicalmente os diferentes meios: imprensa escrita, rádio e televisão, pois “eles estão conectados uns aos outros, funcionam em cadeia, uns repetindo os outros, uns imitando os outros” (RAMONET, 2001: 39).

Os países mais pobres, além de receberem indiscriminadamente o fluxo internacional de informação, igualam suas práticas internas ao modelo imperial. Segundo Amaral (2002: 89), no Brasil, o fluxo informacional estrangeiro opera por meio do acesso direto aos seus canais; do fornecimento de imagem aos canais nacionais e da assimilação de seus padrões de produção, formais, estéticos e ideológicos. A esses meios, acrescento a possibilidade de a mídia brasileira produzir suas notícias com base nesse acesso direto, uma vez que a imprensa brasileira é bastante dependente da cobertura e de agências internacionais. Durante a cobertura da invasão ao Iraque, por exemplo, somente a Folha de São Paulo manteve um correspondente em Bagdá (ALDÉ, 2004: 13).

Um questionamento da entrevista realizada com dois dos jornalistas autores de textos que compõem o *corpus* da pesquisa diz respeito às fontes a que eles recorreram para produzir as notícias sobre a invasão. Os exemplos (1) e (2) reproduzem suas respostas:

- (1) O noticiário internacional da grande mídia brasileira provém, na sua enorme maioria, de agências internacionais ou da reprodução de artigos de jornais estrangeiros, na sua grande maioria dos EUA, uma parte da França, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha, e quase nada de outros países. O número de jornalistas brasileiros no exterior é muito reduzido. Aliás, o número de correspondentes internacionais é bem reduzido em todo o mundo: li uma estatística segundo a qual todo o povo americano era informado dos acontecimentos no Exterior por apenas 200 correspondentes internacionais, que também informam grande parte do mundo. Mas não é só essa dependência das agências internacionais que impede a grande mídia de ter uma visão isenta dos fatos (a dependência das agências é mais uma questão de custos). No trabalho de edição, muitas vezes a grande mídia brasileira fica mais realista do que o rei. Isso porque os donos das empresas da grande mídia, que está passando por uma crise, têm negócios financeiros além de jornalísticos e procuram defender os seus interesses por meio da edição do noticiário e o mercado financeiro é em princípio favorável à globalização comandada pelos EUA, embora possa haver atritos [...] (Entrevista 3)²⁹.

²⁹ Os exemplos, compostos por 4 reportagens, 2 pronunciamentos de George W. Bush e 4 entrevistas, são apresentados conforme distribuição realizada nos anexos. O Anexo 1 traz a reportagem da revista *Veja* “Bush já está em guerra”, que será apresentada nos exemplos pelo código *Veja* 1; o Anexo 2 traz a reportagem de *Veja* “O califado do medo”, que será apresentada nos exemplos como *Veja* 2; no Anexo 3, há a reportagem da revista *Caros Amigos* “A complexa guerra do complexado Bush filho”, apresentada como *Caros Amigos* 1 e, finalmente, no Anexo 4, há a reportagem de *Caros Amigos* “Sob ataque”, apresentada nos exemplos como *Caros Amigos* 2. Os Anexos 5 e 6 apresentam dois proferimentos de George W. Bush. O primeiro é identificado nos exemplos como Proferimento 1 e o segundo, por sua vez, é identificado como Proferimento 2. Enfim, nos Anexos 7, 8, 9 e 10 encontram-se quatro entrevistas realizadas com jornalistas, as quais serão apresentadas nos exemplos como Entrevistas 1, 2, 3 e 4, conforme a ordem cronológica em que as mesmas foram concedidas. Todos os realces nos exemplos citados são meus.

- (2) Acompanhei o conflito pela imprensa internacional e por meio de entrevistas telefônicas com especialistas em armas, Oriente Médio, história iraquiana, religião e terrorismo de vários países do mundo (Entrevista 4).

Tais respostas corroboram a hipótese de que a grande parte das notícias brasileiras sobre a invasão ao Iraque foi produzida com base no discurso da “grande mídia”, que monopoliza redes de informação mundiais. Além da dependência desse discurso exterior, o exemplo (1) aponta a questão capitalista, que tem tornado a informação uma mercadoria a ser vendida. O setor midiático é conquistado pela lógica do neoliberalismo e a informação tende a se tornar, direta ou indiretamente, fabricação por encomenda.

Novelli (2002: 186-90) explica que a imprensa, tal como praticada nas democracias ocidentais atuais, surgiu e se desenvolveu a partir da emancipação da sociedade civil em relação ao Estado absolutista, dando origem à teoria libertária da imprensa. Segundo essa teoria, a função da imprensa seria viabilizar o intercâmbio de informações, possibilitar o entretenimento e, também, promover a troca como suporte econômico capaz de assegurar a independência financeira, função dos anúncios. Ao contrário da submissão a uma supervisão do Estado, a teoria libertária da imprensa sugere a criação de mecanismos informais de controle, como a “livre competição” do mercado, que praticamente obriga os meios de comunicação a se venderem às falsas notícias, às notícias sensacionalistas e a outros meios que assegurem a independência financeira por meio da “venda” de anúncios.

Ao avaliar o papel singular que a imprensa desempenha na reprodução da desigualdade racial e étnica, van Dijk (2003: 235) defende que, em função do quase exclusivo papel dos meios de massa no processo de comunicação e produção do discurso público, as elites delegam à mídia a responsabilidade por exercer seu poder, obter sua legitimação e manufaturar o consenso e o consentimento favorável a elas. Uma vez que “toda decisão de comunicar uma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras” (MOTTA,

2002: 127), a *notícia* é o produto de um processo sujeito a pressões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos que se inicia na própria seleção do que vai se tornar um “acontecimento”.

Os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas ou pelas elites, entendidas como grupos que detêm temporariamente o poder hegemônico, dado que nem todos os mal-estares são igualmente “midiáticos”. Aqueles que se tornam mediados, por sua vez, sofrem inevitavelmente um certo número de deformações a partir do momento em que são tratados pela mídia porque, segundo Champagne (1997: 63), o tratamento jornalístico faz os mal-estares experimentarem um verdadeiro trabalho de construção, que depende muito amplamente dos interesses próprios desse setor de atividade.

O acesso privilegiado das instituições de poder à mídia faz com que elas não só reproduzam seu poder, como também sua interpretação dos eventos e sua ideologia. Desse modo, a atividade essencialmente discursiva da imprensa não envolve simples relações sociais entre produtores de notícia, por um lado, e leitores ou espectadores, por outro. Mas, sim, envolve relações sociais complexas entre elites reguladoras, favoráveis à globalização neoliberal, que elegem e produzem o que vai se tornar notícia, por um lado, e potenciais regulados, que confiam no jornalismo e nas informações elaboradas por ele, por outro. Uma vez que os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) através da relação com um mercado, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços que depende do capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo (BOURDIEU, 1992), o reconhecimento institucionalizado do discurso do jornalismo assegura no mercado a conversão do capital econômico das elites em capital simbólico.

A complexa conjuntura em que os textos sobre a invasão ao Iraque foram produzidos envolve lutas hegemônicas entre proprietários de grandes redes de comunicação; a parcela

que lucra com a manutenção da hegemonia estadunidense como acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores, altos funcionários das finanças e outros que se beneficiam da exploração sem fronteiras geográficas (BOURDIEU, 1998: 53); os perdedores da globalização, cuja maior expressão está localizada no movimento de resistência islamista, e outros.

Diante dessa conjuntura, em que o capitalismo; a vigilância; o poder militar e o industrialismo (GIDDENS, 2001) expressam interesses particulares do novo paradigma de poder do Império, os textos da imprensa brasileira devem ser examinados, à luz de Bourdieu (2003: 11), como “instrumentos de dominação ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra por meio da violência simbólica”, embora não seja descartada a possibilidade de resistência ao novo paradigma de poder e à presente ordem social hegemônica.

Sendo assim, por constituírem espaços de luta pelo poder, em que o discurso hegemônico tenta suprimir tanto formas de vida quanto discursos que resistem à imposição da “nova ordem mundial” do Império, e, ao mesmo tempo, resistências localizadas em novas formas de identidades e em linguagens jornalísticas alternativas apontam a possibilidade de transformação social favorável aos perdedores da “nova ordem”, textos jornalísticos constituem rico material a partir do qual é possível pesquisar a relação dialética entre semiose e outros momentos de práticas sociais da modernidade tardia com vistas à superação de relações de dominação.

CAPÍTULO 3

Percursos teórico-metodológicos

No capítulo 1 discuti acerca da dimensão da ADC como teoria. Neste capítulo discuto a dimensão metodológica atual da ADC e sua utilização no âmbito desta pesquisa. Na primeira seção, discorro sobre a abordagem qualitativa da ADC no tratamento de textos. Na segunda seção, apresento os métodos de coleta, assim como os tipos de dado que utilizei. Na terceira, apresento o arcabouço metodológico da ADC e seus respectivos passos no processo investigativo desta pesquisa. Na última seção, discuto os interesses epistemológicos emancipatórios da ADC, que estruturaram, motivaram e conduziram este trabalho.

3.1 A metodologia qualitativa em ADC

A ADC constitui um dos vários métodos qualitativos científicos que objetivam descrever e interpretar questões sociais. Ainda que os métodos qualitativos priorizem a interpretação de dados, não possuem o monopólio da abordagem interpretativa, visto que métodos quantitativos também exigem interpretação de dados. A polêmica entre duas tradições de pesquisa social, aparentemente competitivas, é estéril, porque se trata de duas tradições que se complementam. Ambas, além de envolverem processos interpretativos, buscam a qualificação. Na verdade, não há quantificação sem qualificação (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2002: 22-5). Enquanto o método quantitativo auxilia a macroanálise, o método qualitativo permite aprofundar na microanálise textual.

Chouliaraki e Fairclough (1999: 67-8) explicam que a interpretação de textos, que representam o principal material empírico com que o analista do discurso trabalha, mas não o único, é um processo complexo que engloba duas partes, ou seja, a *compreensão* e a

explicação. Um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras porque essa instância de semiótica não determina de maneira exclusiva um significado (embora haja um limite para o que um texto pode significar), mas, sim, compreensões diferentes de um mesmo texto resultam de diferentes combinações das propriedades do texto e do posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do intérprete. Sendo assim, parte da análise em ADC é análise de compreensões, o que envolve descrições e interpretações.

Entretanto, a ADC não advoga uma compreensão particular do texto, mas uma *explicação particular*, que re-descreve propriedades de um texto (incluindo o conjunto de compreensões), usando um arcabouço teórico particular para localizar o texto na prática social. Os conceitos do arcabouço teórico são relacionados a material empírico, construindo o objeto de pesquisa (as relações relevantes para a análise), seu funcionamento (como essas relações são articuladas), bem como suas potencialidades (não apenas seus efeitos atuais, mas também sua função potencial).

A explicação, portanto, reside na interface entre *conceitos* e *material empírico* e pode ser vista como um processo de tradução, em que a linguagem conceptual é usada para descrever material empírico específico, como textos. Trata-se de uma interpretação do texto nos termos do arcabouço teórico que envolve a lógica dialética, orientada para mostrar como o momento semiótico trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação. Interpretar textos ideologicamente nesse tipo de pesquisa qualitativa não é parte específica da compreensão, mas da explicação, pois envolve a localização de textos na prática social segundo orientações teóricas.

Embora a abordagem explanatória empreste cientificidade às análises de textos, ela não as torna “objetivas”, uma vez que não é possível descrever simplesmente os dados sem a participação da subjetividade do analista. A própria pesquisa deriva necessariamente de motivações particulares, pois escolhemos responder a determinadas questões sobre eventos

sociais e textos, e não a outras questões possíveis. Há sempre motivações particulares na escolha de certas questões sobre textos e não outras.

Essa discussão também se relaciona a três escolhas que realizamos no processo de pesquisa, quais sejam, (i) métodos de coleta de dados; (ii) tratamentos analíticos dos dados e (iii) interesses do conhecimento (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2002: 18-9). As três escolhas serão discutidas, de modo sucinto, nas seções seguintes.

3.2 Geração de dados

A questão particular desta pesquisa a respeito do posicionamento local da mídia impressa brasileira frente às tendências globalizantes da hegemonia imperial conduziu-me à geração de dados por meio de *coleta de documentos* que atualizassem de alguma forma o discurso hegemônico estadunidense sobre a invasão ao Iraque, e por meio de *entrevistas individuais* com produtores desses documentos. Desse modo, recorri a dados sociais formais, que exigem conhecimento especializado, e informais, que possuem poucas regras explícitas. Os formais compreendem quatro reportagens de revistas de informação brasileiras, construídas por especialistas da notícia. Os dados *informais*, por sua vez, compreendem quatro entrevistas realizadas com três jornalistas e um editor, responsáveis pelos documentos formais analisados.

3.2.1 Coleta de dados formais

Os documentos formais da presente pesquisa correspondem a quatro reportagens das revistas *Veja* e *Caros Amigos*, publicadas no ano de 2003 durante os preparativos para a

invasão ao Iraque. Embora o método da ADC, proposto em Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003a), não se limite a análises de textos, eles continuam sendo, ao lado da análise da conjuntura e respectivas práticas sociais, o principal material que subsidia a discussão de problemas sociais. A escolha por esse tipo de texto deveu-se ao fato de serem textos mais interpretativos do que notícias breves e, portanto, mais subjetivos e propensos a intervir em ações sociais, ainda que não tenham largo alcance na sociedade brasileira, como o tem mídia televisiva, por exemplo.

A opção pelas revistas *Veja* e *Caros Amigos* originou-se da intenção de fazer um cotejo entre diferentes maneiras de representar o conflito internacional, a fim de jogar luzes sobre lutas hegemônicas, bem como sobre perspectivas particulares que tentaram suprimir contradições em favor de seus próprios interesses e projetos de dominação. Além de apresentarem interesses particulares antagônicos e, portanto, discursos antagônicos, as revistas também sinalizam grandes diferenças quanto ao tipo de público leitor e à tiragem de exemplares, a qual costuma representar uma média de vendas.

A tiragem média da revista *Caros Amigos* corresponde a 50.000 exemplares mensais³⁰, ao passo que a tiragem média de *Veja* corresponde a 1.219.590 exemplares semanais³¹. Segundo informação encontrada no mesmo endereço, 66% dos leitores de *Veja* têm entre 18 e 49 anos; 48% são homens e 52% mulheres; 27% pertencem à classe econômica A, 41% à classe B e 23% à classe C³². Em relação a *Caros Amigos*, 72% dos leitores são homens com idade entre 20 e 49 anos; 91% têm grau de escolaridade superior completo; 17% pertence à classe econômica A, 49% à B e 30% pertence à classe C. Sendo assim, por se tratar

³⁰Informação relativa ao ano de 2004, encontrada no endereço http://carosamigos.terra.com.br/do_site/quemsomos.asp. Acesso em 30 nov. 2004.

³¹Informação relativa ao ano de 2004, encontrada no endereço <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47#revista>. Acesso em 30 nov. 2004.

³²Essa informação é apresentada de forma imprecisa em ambos os sítios, visto que não se esclarecem explicitamente os níveis de renda ou escolaridade implicados nessa classificação.

de uma leitura alternativa a respeito do conflito internacional, em função da baixa tiragem e do público consumidor bastante escolarizado, *Caros Amigos* contrastaria com o caráter reconhecidamente disciplinador e regulador da revista *Veja*, de sorte que as formas simbólicas ideológicas puderam ser analisadas de maneira comparativa, embora em perspectiva sincrônica num tempo real de curta duração, com um discurso transformador que aponta para possibilidade de alteração nas relações de poder assimétricas entre os grupos políticos iraquiano e estadunidense.

Finalmente, a opção pelas datas que remontam aos preparativos para a invasão anglo-saxônica ao Iraque deu-se em função do momento de crise, quando lutas hegemônicas em nível discursivo tornaram-se mais acentuadas, uma vez que ainda havia a possibilidade de conter a invasão. Dessa forma, ao contrário de reportagens que descreveram ações bélicas durante o curso da invasão, os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa refletem mais explicitamente interesses particulares relativos à invasão e mostram como lutas hegemônicas foram internalizadas pelo momento semiótico da prática social do jornalismo.

Das 45 reportagens inicialmente coletadas, que abrangiam publicações das revistas escolhidas referentes aos meses de janeiro de 2002, fevereiro, março e abril de 2003, quatro foram selecionadas para compor o *corpus* de amostras de semiose: duas da revista *Caros Amigos* e duas da revista *Veja*. Como a invasão ao Iraque teve início em março de 2003, as reportagens selecionadas foram publicadas em fevereiro de 2003 em um especial sobre a guerra no Iraque, no caso da *Caros Amigos*, e em uma edição cuja capa aludia especificamente à invasão ao Iraque, no caso de *Veja*.

O recorte foi definido, portanto, com base na datação e na temática das publicações. Entretanto, esse recorte constitui apenas o *corpus* analisado e não todo o material empírico utilizado na pesquisa. O *corpus*, composto por quatro textos, foi ampliado com dados suplementares que subsidiaram a análise dos textos. Em resposta a questões que surgiram

durante a pesquisa, acrescentei como dados suplementares dois pronunciamentos de George W. Bush, extraídos do sítio da Casa Branca (Ver Anexos 5 e 6), que classifico como dados formais, e quatro entrevistas concedidas por meio eletrônico por três jornalistas e um editor, as quais classifico como dados informais (Ver Anexos 7, 8, 9 e 10).

3.2.2 Coleta de dados informais

A entrevista é uma metodologia de coleta amplamente empregada nas ciências sociais porque o mundo social não é um dado natural, sem problemas, e, sim, ativamente construído por pessoas. Logo, o emprego da entrevista permite mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes, de tal forma que fornece dados básicos para a compreensão detalhada de crenças, atitudes, valores e motivações envolvidos nos comportamentos de pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002: 64-5). Sendo assim, em vez de supor as motivações que levaram jornalistas brasileiros a legitimarem ou contestarem o discurso hegemônico do Império, realizei entrevistas individuais com profissionais envolvidos na produção dos textos do *corpus*, que constituíram o objeto empírico da microanálise.

Por correio eletrônico, estabeleci contato com um jornalista e o editor-chefe de *Veja*, uma vez que um dos textos selecionados não é assinado, e com dois jornalistas e o editor-chefe de *Caros Amigos*. Por motivos que fogem ao meu conhecimento, após vários contatos, o editor de *Veja* não me concedeu a entrevista, razão pela qual três entrevistas de profissionais da *Caros Amigos* e uma da *Veja* compuseram a ampliação do *corpus* com dados informais.

No primeiro contato, esclareci aos jornalistas que estava realizando uma pesquisa em ADC e que um texto de sua autoria compunha o *corpus*. Além de explicar os motivos do

contato, perguntei se o profissional se disporia a responder, de maneira informal, por meio eletrônico ou pessoalmente, a algumas questões tangentes à pesquisa.

Os jornalistas que responderam deram preferência à entrevista por meio eletrônico em função, segundo os mesmos, da pressão que sofrem temporal no exercício da profissão. Sendo assim, enviei alguns tópicos, em forma de perguntas³³, que serviram apenas como orientação para as dúvidas que surgiram no curso da pesquisa. Entre as perguntas formuladas destaco as seguintes: a) os jornalistas teriam considerado legítima a invasão ao Iraque?; b) Na prática jornalística há preocupação com a distinção entre gêneros discursivos?; (c) Que fonte principal teria alimentado a produção das reportagens do *corpus*?

3.3 Análise dos dados segundo a ADC

A ADC dispõe de um arcabouço analítico baseado na crítica explanatória do realismo crítico. A epistemologia do realismo crítico, cujo expoente é reconhecido no filósofo contemporâneo Bhaskar (1989), considera a vida social e natural um sistema aberto, constituído por várias dimensões, cada qual com suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida, social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de forma que as dimensões nunca se excluem ou se reduzem uma a outra.

De acordo com Bhaskar (1989: 12), a realidade é estratificada e a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo. Sendo assim, a análise textual, ou semiótica, isolada não é suficiente para a atividade científica, visto que não abrange outros momentos de práticas sociais, ou seja, estruturas e mecanismos envolvidos na

³³ Nos Anexos 7, 8, 9 e 10 constam as perguntas formuladas e as respectivas respostas.

produção das instâncias discursivas. Logo, conforme se discutiu na seção 1.3, o arcabouço teórico-metodológico da ADC contempla análises textual e socialmente orientadas (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999: 113).

Baseado na proposta da crítica explanatória, esse arcabouço (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003a) propõe que a análise parta da percepção de um *problema*, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social. O problema essencialmente discursivo da atividade jornalística na dialética das tendências locais e globais de dominação é discutido ao longo de toda a dissertação.

Em seguida, a pesquisa deve verificar quais são os *obstáculos para que o problema seja superado*, isto é, as características relativamente permanentes nas redes de práticas que sustentam o problema observado, através de três focos de análise correlacionados: *análise da conjuntura*, *análise da prática particular* e, finalmente, *análise de semiose*. As análises da conjuntura e da prática particular da imprensa foram apresentadas no capítulo 2, quando discuti acerca da conjuntura em que os textos jornalísticos do *corpus* foram produzidos, ou seja, os textos foram vistos como eventos semióticos dialeticamente interconectados com outros momentos de uma rede de práticas sociais que envolvem, sobretudo, a prática da imprensa brasileira, a prática dos políticos e grupos particulares interessados na sustentação do modelo de sociedade imperial e a prática dos que se opõem ao projeto neoliberal do Império. A análise da semiose é apresentada no capítulo 4, em que os textos jornalísticos são vistos como formas de agir, representar e identificar na prática social. Esse último foco inclui a análise das ordens de discurso do jornalismo, que possibilitam e constroem a interação, bem como a análise das maneiras como recursos lingüísticos são realizados nas instâncias semióticas. Em poucas palavras, identifico gêneros, discursos e estilos que compõem textos da(s) ordem(s) de discurso do jornalismo e, concomitantemente, analiso como esses elementos são articulados e realizados lingüisticamente.

A etapa seguinte no quadro analítico é a verificação das *funções do problema na prática*, ou seja, para além da descrição dos problemas em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar a função de tais problemas nas práticas discursiva e social, para, em seguida, especular sobre *possíveis maneiras de superar os obstáculos*. O objetivo, aqui, é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, através da incompletude e das contradições das conjunturas que mantêm os sistemas abertos e os tornam propensos à ação transformadora.

Por fim, toda análise em ADC contém uma *reflexão sobre a análise*, isto é, toda pesquisa crítica volta-se reflexivamente sobre si mesma e se pergunta, por exemplo, até que ponto é eficaz como crítica e se contribui ou não para a emancipação social, o que implica ligar teoria à prática. Essas duas últimas etapas, apresentadas nas considerações finais da dissertação, refletem de maneira mais explícita o interesse emancipatório da ADC, o que será discutido na seção seguinte.

3.4 Interesses do conhecimento em ADC

O interesse científico da ADC envolve objetivos emancipatórios, uma vez que busca prover base científica para um questionamento crítico da vida social. A pesquisa social crítica questiona, por um lado, o que nas sociedades existentes produz pobreza, privação, miséria e insegurança na vida das pessoas e, por outro, quais seriam as possibilidades para uma mudança social que pudesse reduzir esses problemas e melhorar a qualidade de vida dos seres humanos. O objetivo desse tipo de pesquisa implica, portanto, compreender como sociedades produzem efeitos positivos e negativos, e como os efeitos negativos podem ser mitigados se não eliminados (FAIRCLOUGH, 2003a: 203).

Nas palavras de Rios (2003: 114), a ciência social crítica envolve, no nível epistemológico, uma dialética entre estrutura e ação em que a prática da pesquisa pretende não somente explicar relações e estruturas objetivas, mas também intervir nelas através do engajamento prático dos agentes envolvidos. Sendo assim, a ADC procura ultrapassar a compreensão e, através de sua prática-teórica, identificar estruturas condicionadoras de poder que sustentam relações de dominação que se mostram como naturais.

No caso da presente dissertação, buscou-se, por meio da análise socialmente orientada, identificar o que existe na prática social que determina a relativa permanência da hegemonia global estadunidense e, por meio da análise textualmente orientada, identificar quais textos, e de quais maneiras, os mesmos instauram e sustentam a visão naturalizada de que as decisões dos EUA devem ser apoiadas porque seriam as únicas possíveis ou legítimas. Sendo assim, a escolha pelo arcabouço teórico-metodológico da ADC justifica-se pelo escopo emancipatório desta pesquisa e pela crença de que uma melhor compreensão do funcionamento da ideologia, bem como dos seus possíveis efeitos em textos que integram práticas sociais, pode intervir em relações de dominação de tal forma que as mesmas possam ser transformadas.

CAPÍTULO 4

Ação, representação e identificação no discurso jornalístico

Textos jornalísticos da mídia impressa brasileira são analisados neste capítulo como parte do evento social específico da invasão ao Iraque, segundo os três aspectos do significado – ação, representação e identificação – e as maneiras como são realizados em vários traços lingüísticos dos textos. Por meio da verificação dos gêneros, discursos e estilos utilizados e da maneira como são articulados nos textos, é feita a conexão entre o evento social concreto e práticas sociais mais abstratas. O aspecto acional do significado é abordado na primeira seção, em que analiso a composição do gênero reportagem de revista e aspectos da intertextualidade. Na segunda seção, analiso aspectos da interdiscursividade, segundo os vários discursos que se articulam com o discurso jornalístico, e da representação de alguns atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, no evento da invasão ao Iraque, para os quais a mídia em geral voltou sua atenção. A terceira seção encerra o significado identificacional, em que analiso avaliações e metáforas.

Por meio da análise dos diferentes gêneros, discursos e estilos presentes nos textos e da maneira como esses elementos do momento semiótico da prática jornalística são articulados, foi possível avaliar o posicionamento desses textos na luta hegemônica frente à ideologia e práticas sociais da “nova ordem mundial”. Naturalmente, a análise não abrange todos os recursos lingüísticos dos textos nem mesmo esgota a discussão acerca das categorias analíticas em foco. Entretanto, o trabalho analítico realizado foi suficiente para atingir o objetivo de localizar nos textos marcas de outros momentos das práticas sociais envolvidas no conflito internacional e seus possíveis efeitos ideológicos.

4.1 Discursos jornalísticos como ação: o gênero reportagem de revista

A concepção da linguagem como um momento das práticas sociais dialeticamente interconectado com os demais momentos reserva um lugar especial para as ordens de discurso, isto é, o elemento semiótico do social no nível das práticas, que organiza socialmente a linguagem e “controla” a variação lingüística. Cada ordem de discurso encerra gêneros discursivos característicos, que articulam estilos e discursos³⁴ de maneira relativamente estável num determinado contexto sócio-histórico e cultural. A atividade jornalística é essencialmente discursiva e dispõe de uma ampla gama de gêneros discursivos. A esta pesquisa, interessa o gênero *reportagem de revista*.

A despeito de não terem sido encontradas distinções explícitas entre reportagem de jornal e de revista na revisão bibliográfica sobre os gêneros da prática jornalística, com base em Vilas Boas (1996) e Lustosa (1996) é possível levantar algumas peculiaridades do último gênero. Seabra (2002: 37) explica que a chegada do rádio forçou a imprensa escrita a se modernizar, a adotar o uso de imagens e a buscar um novo padrão visual que pudesse agregar ao veículo mais que o *fato*, a *notícia*, a *informação*. Dessa forma, surgiram as primeiras revistas (magazines) que passaram a tratar a informação não apenas como acontecimento, mas como algo que pode ser interpretado e oferecido ao leitor num invólucro atraente.

Segundo Vilas Boas (1996: 101-2), a principal peculiaridade das revistas informativas-gerais³⁵ provém de sua periodicidade: o texto noticioso da revista é mais investigativo e interpretativo, logo, oscila entre a prática de noticiar e a prática de narrar, assumindo características quase literárias. Além de contar com outras modalidades

³⁴ *Discursos* como modos particulares de representação de parte do mundo.

³⁵ Vilas Boas (1996: 71) divide as revistas em três grupos estilísticos: as ilustradas, as especializadas e as de informação-geral, que englobam as revistas *Veja* e *Caros Amigos*, das quais foram extraídos os textos do *corpus* da pesquisa.

semióticas, como as fotos coloridas, tabelas, gráficos, vários estilos de letras, dentre outros, procura desenrolar casos noticiosos no decurso de várias semanas ao sabor do estilo folhetim. Lustosa (1996: 104) esclarece que o texto da revista é recuperativo e descompromissado com os acontecimentos rotineiros. Objetiva muito mais uma interpretação dos fatos e uma análise de suas conseqüências, pois raramente pode ou procura oferecer novidades em relação ao que é assegurado cotidianamente pelas emissoras de televisão, de rádio e pelos jornais. Essa abordagem interpretativa torna a reportagem de revista um gênero essencialmente narrativo.

Segundo Sodré e Ferrari (1986: 11), na reportagem o desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constitui uma narrativa, não mais regida pelo imaginário e, sim, pela realidade factual do dia-a-dia que, discursivamente trabalhada, torna-se *reportagem*. Fairclough (2003a) destaca o obscurecimento da linha divisória entre o real e o ficcional na narrativa jornalística, uma vez que a notícia não é a *realidade*, mas um *discurso* particular sobre parte dela. Nas palavras do autor:

Talvez devamos nos perguntar se a distinção entre narrativas noticiosas e narrativas ficcionais é realmente clara: a estética das histórias noticiosas parece se tornar uma questão cada vez mais saliente, às vezes às custas de sua capacidade de responder a eventos reais e às custas de questões de verdade (FAIRCLOUGH, 2003a: 86).

Essa visão das peculiaridades da reportagem de revistas informativas-gerais foi essencial para a análise dos textos do *corpus* em termos de gênero, sobretudo no que diz respeito à análise da atividade social. Isso porque quando se analisa um texto em termos de gênero, pergunta-se como este texto figura na (inter)ação social, e contribui para ela, em eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003a: 65). Logo, gêneros devem ser analisados segundo a atividade social, as relações sociais e a tecnologia da comunicação – o que as pessoas estão fazendo, quais as relações sociais entre elas e de que tecnologia da comunicação a atividade pode depender. Essas questões já foram discutidas no capítulo 2, quando tratei da prática

social da imprensa na modernidade tardia. Vimos que a *reportagem de revista* pode ser caracterizada como um dos gêneros de regulação (FAIRCLOUGH, 2003a), uma vez que envolve posições reguladoras de sujeito – governo local, que reproduz as ideologias do Império, fornecedores de notícia –, e reguladas – receptor da revista (o leitor); e relações sociais que se estabelecem pela quase-interação mediada.

4.1.1 Estrutura genérica

O conceito de *gêneros* encerra uma dificuldade, porque gêneros podem ser definidos em diferentes níveis de abstração. Numa escala crescente, existem *pré-gêneros*; *gêneros desencaixados* e *gêneros situados* (FAIRCLOUGH, 2003a: 68). Os *pré-gêneros* referem-se a categorias mais abstratas, como narração, argumentação, descrição e diálogo, que são usados na composição de diversos tipos de textos. Os *pré-gêneros* aproximam-se dos *gêneros primários* de Bakhtin (1997), que estabeleceu diferença entre *gêneros primários* (simples) e *secundários* (complexos). No primeiro tipo, enquadram-se aqueles gêneros constituídos espontaneamente na vida cotidiana, em circunstâncias de comunicação menos complexas, como o *diálogo*, ao passo que no segundo tipo enquadram-se os gêneros que aparecem em circunstâncias de comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais “evoluída”, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica que passam por processos de formação em que absorvem e transmutam os gêneros simples (BAKHTIN, 1997: 281).

Os *gêneros desencaixados* são aqueles que transcendem redes particulares de práticas, pois uma vez desencaixados, tornam-se disponíveis em outras redes de práticas, como é o caso da *entrevista*. Já os *gêneros situados* são característicos de uma rede de práticas

particular, como a *reportagem de revista* o é para a prática do jornalismo. Apenas alguns gêneros têm nomes estabelecidos nas práticas sociais em que são usados e, ainda que estabelecidos, devem ser tratados com cuidado, porque são materializações discursivas relativamente estáveis de práticas sociais e sofrem constantes modificações sócio-históricas, que originam novos gêneros (FAIRCLOUGH, 2003a).

Em decorrência de sua mobilidade e dialogicidade características, os gêneros estão sempre submetidos a reformulação nas interações semióticas, o que torna difícil trabalhar com uma proposta tipológica fixa. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999: 144-5), um gênero é em si um mecanismo articulatório que controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos e, portanto, precisa ser compreendido como *a faceta regulatória do discurso* e não simplesmente como a estruturação apresentada por tipos fixos de discurso.

Além da importância de se pensar em diferentes níveis de abstração dos gêneros, é igualmente relevante considerar que gêneros individuais não apresentam necessariamente *um* gênero particular, pois podem constituir-se por outros gêneros hierarquicamente relacionados – um gênero principal e subgêneros – de maneira disciplinar ou criativa.

Fairclough (2003a: 70-1) explica que, ao lado da análise das relações sociais e das tecnologias de comunicação, gêneros individuais podem ser abordados, *sem determinismos*, segundo propósitos da atividade e estrutura genérica. Isso porque a distinção entre o propósito orientado para a compreensão e o propósito orientado para a obtenção de resultados não é muito clara. Eles às vezes ocorrem em combinação, de várias maneiras. O mesmo se dá em relação à estrutura genérica. Em decorrência da mistura de gêneros em textos, nem sempre é possível ou útil identificar com clareza a estrutura genérica em um texto. Essas reservas acerca da sobrevalorização do propósito e da estrutura genérica, feitas em Fairclough (2003a), não significam que tais abordagens sejam irrelevantes para a noção de gênero mas, sim, que a

centralização da visão de gêneros em termos dos propósitos e da estrutura genérica deve ser evitada.

Sendo assim, com base na noção de propósitos das atividades de uma comunidade discursiva (SWALES, 1990), e na distinção entre a linguagem dos sistemas, *orientada para a obtenção de resultados*, e a linguagem do mundo da vida, *orientada para a compreensão* (HABERMAS, 2002) ³⁶, é possível conjecturar, sem determinismos, que o propósito da atividade do gênero *reportagem de revista* pode variar entre o de noticiar, voltado para a compreensão, e o de regular ideologias e ações sociais, voltado para a estratégia e a obtenção de resultados. Com relação à estrutura genérica, em nível estrutural e conjuntural, esse gênero apresenta alguns elementos relativamente fixos, mas aqui a atenção está voltada para o nível do evento, em que os elementos são menos previsíveis e podem ser rearticulados de forma normativa ou transformadora nos textos.

Com base em Fairclough (2001: 163), é possível propor a seguinte organização composicional mais fixa do gênero *reportagem*: manchetes, que dão a idéia principal da matéria; resumo, que dá uma versão ligeiramente mais completa da idéia principal; elaboração; desenvolvimento, que dá mais detalhes da matéria; e resultado, que pode indicar ou ação a ser seguida, ou uma espécie de resolução.

Nas entrevistas realizadas com jornalistas das revistas *Caros Amigos* e *Veja*, foi questionado se os textos escritos por eles eram artigos de opinião ou reportagens, embora essa classificação tenha sido ampliada nas respostas dos entrevistados. A intenção foi levantar elementos dos textos, como a estrutura genérica; propósitos da comunicação da atividade jornalística ou elementos da própria atividade profissional em que os jornalistas se apóiam

³⁶ Em linhas gerais, Habermas (2002: 467-94) distingue *sistemas* – domínio da racionalidade econômica (economia de mercado) e burocrática (Estado) –, cuja função está voltada para a ação orientada à obtenção de resultados, de *mundo da vida* – domínio da reprodução cultural, da integração social e da socialização –, cuja função está voltada para a ação orientada ao entendimento recíproco cotidiano.

para discernir os gêneros envolvidos na prática social do jornalismo e avaliar a relevância da distinção das diferentes maneiras de agir discursivamente na prática jornalística.

A despeito de o texto de um dos entrevistados ter estrutura genérica de reportagem, ele o classifica como “artigo noticioso”, gênero que, segundo o entrevistado, demanda os seguintes aspectos: ampla pesquisa; baixo nível de subjetividade, em oposição ao artigo de opinião, e, por último, *reprodução da realidade dos fatos*, conforme o propósito orientado para a compreensão. Em suas palavras:

- (3) Os meus trabalhos na revista não considero artigos de opinião, com uma ou outra exceção. Essa matéria sobre a guerra, por exemplo, foi um artigo noticioso que pretendeu reproduzir as realidades dos fatos tais como foram exaustivamente por mim pesquisados em fontes confiáveis, além do que esteve envolvida toda a minha bagagem cultural, para o entendimento de fenômenos como o calvinismo. Em geral, faço artigos informativos, embora sempre subsista um grau de subjetividade, pois afinal sou um ser humano. Isso não vale para as resenhas que faço de livros, que dependem da minha avaliação pessoal (Entrevista 3).

Um segundo jornalista também sugeriu que o gênero reportagem demanda ampla pesquisa. Vejamos um excerto da entrevista:

- (4) ‘Califado do medo’ é uma reportagem porque entrevistei por telefone mais de uma dezena de especialistas internacionais e li quatro livros sobre Saddam Hussein e a história iraquiana (Entrevista 4).

Outro jornalista sugere que é tênue a fronteira entre os gêneros situados, o que pode ser visto em sua resposta:

- (5) Não sei se existe um ‘muro de Berlim’ separando essas coisas, já que uma reportagem interpretativa é sempre o resultado de uma opinião prévia. Por exemplo, alguém achou, por alguma razão, que valeria a pena fazer tal reportagem, e que o ângulo adotado deveria ser “x” e não “y”. Mas, no espírito da tua pergunta, a resposta é: *Caros Amigos* só não publica um número muito maior de reportagem por falta de recursos financeiros (Entrevista 1).

Como ilustra o exemplo (5), o entrevistado considera que a reportagem pode assumir outras características não-previsíveis em decorrência do ângulo da abordagem do tema e que fazer reportagens demanda altos custos, corroborando a hipótese de a cobertura da grande mídia alimentar a produção de outros textos jornalísticos, conforme discuti na seção 2.3.

Segundo outro entrevistado, o gênero reportagem caracteriza-se por apresentar um tema revelador e uma apresentação aprofundada e, no caso da revista *Caros Amigos*, mais independente do que a grande mídia costuma fazer. Logo, para ele, o gênero orienta-se para o propósito da compreensão. O exemplo (6) ilustra essa opinião:

- (6) Atualmente a revista *Caros Amigos* tem muito mais artigos de opinião do que reportagens. Agora, de modo geral, quando tem uma reportagem, traz um texto revelador, que mostra um outro ou outros lados da questão, de maneira mais independente e aprofundada do que a grande imprensa (Entrevista 2).

Como se pode constatar nos exemplos de (3) a (6), esses depoimentos de membros da comunidade discursiva jornalística sugerem pouca preocupação com uma divisão rígida entre gêneros da prática jornalística, uma vez que, para definirem o gênero reportagem, os jornalistas apóiam-se mais em questões envolvidas no propósito comunicativo da atividade e nas condições de produção de textos do que na estrutura genérica. Em poucas palavras, para esse grupo de jornalistas, o gênero reportagem de revista caracteriza-se por ampla pesquisa sobre o assunto em pauta; custos altos; baixo nível de subjetividade; reprodução da realidade dos fatos, com a exposição imparcial das partes envolvidas; ângulos específicos de abordagem de um tema revelador e propósito voltado para a compreensão e não para a obtenção de resultados. Tais aspectos levantados se coadunam com as características apresentadas em Vilas Boas (1996: 43):

A reportagem é uma notícia, mas não uma notícia qualquer. É uma notícia avançada, na medida em que sua importância é projetada em múltiplas versões, ângulos e indagações. Ao valorizar a notícia, a reportagem revitaliza o estilo jornalístico, soltando um pouco as amarras da padronização. Uma boa reportagem não deve abrir mão da pesquisa, sob pena de alterar o espírito de investigação, curiosidade, desafio e surpresa, que estão acima de tudo.

Em consonância com as respostas dos entrevistados, o que encontrei nas análises foram textos bastante híbridos, livres das amarras da padronização genérica. Nas subseções 4.1.1.1 e 4.1.1.2 levanto gêneros hierarquicamente articulados – o gênero principal e os subgêneros – na composição das reportagens do *corpus* em análise.

4.1.1.1 Composição genérica em *Veja*

Para subsidiar a análise dos vários níveis de gêneros, organizados hierarquicamente, que compõem o gênero situado *reportagem de revista*, adotei parte da tipologia das estruturas sequenciais de base, proposta por Adam (1992): narração, descrição, argumentação, diálogo³⁷. Embora o tratamento isolado dos enunciados como seqüências lingüísticas seja insuficiente, torna-se profícuo quando é conjugado com questões sócio-históricas, como proponho no contexto deste trabalho.

No texto da revista *Veja* “Bush já está em guerra”, o gênero principal é a argumentação. Do total de oito parágrafos, três são predominantemente narrativos e cinco, predominantemente argumentativos. A parte narrativa é dedicada a relatar o conteúdo do discurso de George W. Bush, em 2003, sobre O Estado da União e os impasses ocorridos com outras autoridades governamentais na busca de aliança. O pré-gênero argumentação é

³⁷ Recuperado em Brandão (2003: 28-36).

articulado com o objetivo de intervir sobre opiniões, atitudes ou comportamentos dos interlocutores tornando aceitável um *argumento*, apoiado sobre um *outro argumento* por meio de *dados* e *razões*, que visam apoiar ou refutar uma *conclusão*. Em nível macroestrutural, o texto “Bush já está em guerra” apresenta o *argumento* de que Saddam será deposto mesmo sem autorização da ONU. Os *dados* e *razões* apresentados dizem respeito ao fato de que, embora os EUA precisassem de apoio externo, para evitar complicações econômicas e de relações exteriores, o país possuía, à época, poderio bélico suficiente para depor Saddam sem ajuda externa, tanto que já contava com tropas no norte do Iraque. A *conclusão* é de que nenhum impasse faria a guerra inevitável para os EUA, de sorte que o Iraque seria invadido, sem a autorização da ONU, e Saddam seria deposto.

A estrutura genérica apresenta manchete; resumo; elaboração; desenvolvimento e resultado, que indica uma espécie de resolução para os problemas tangentes às alianças com outros países. O texto aciona a estratégia da legitimação por racionalização (THOMPSON, 2002a: 82-3), uma vez que se constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender e justificar as decisões políticas de George W. Bush, e, dessa forma, persuadir os leitores de que a invasão ao Iraque seria digna de apoio.

O segundo texto da revista *Veja*, “O califado³⁸ do medo” por sua vez, estrutura-se em dez parágrafos predominantemente narrativos e dois predominantemente argumentativos. Em nível macroestrutural, a *situação inicial* apresenta Saddam no poder. A *complicação* concerne à suposta tirania e crueldade do governo Saddam para com seus “inimigos domésticos”, num típico exemplo do *modus operandi* da ideologia por diferenciação (THOMPSON, 2002a: 86-7), pois se enfatizam distinções, diferenças e divisões no governo iraquiano, enfatizando características que o desunem e o impedem de constituir um participante efetivo no exercício

³⁸ *Califa* significa representante do profeta Maomé após sua morte. A esse representante são delegadas as funções religiosa e política como líder da comunidade muçulmana (DEMANT, 2004).

do poder. A *sucessão de acontecimentos* encerra o relato de práticas de tortura e traição no governo Saddam, culminando na *intriga* entre os próprios familiares do então presidente do Iraque. Essa sucessão de relatos pode ser vista como o uso de um dos mecanismos de propaganda de guerra, discutidos na seção 2.2, por meio do qual o invasor, ou aquele que representa sua voz, tenta convencer a opinião pública, primeiramente, de que o adversário é um ser demoníaco, apresentando-o como um perturbador da paz, um inimigo da humanidade e, em segunda instância, tentando convencer a opinião pública de que a finalidade da guerra seria capturá-lo a fim de salvar a moral e a civilização. A *resolução e situação final* de depor Saddam, portanto, ficam sugeridas como única forma de restituir a liberdade política do Iraque, dado que Saddam é representado, por meio do *modus operandi* da ideologia por expurgo do outro, como um inimigo que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo (THOMPSON, 2002a: 81). É preciso esclarecer que, de modo algum, considero Saddam uma vítima de supostas acusações infundadas a respeito de sua gestão ditatorial. Da mesma forma que W. Bush, Saddam também cometeu atos tirânicos e cruéis na condição de presidente. A intenção desse trabalho não é legitimar as ações de Saddam nem apresentá-lo como uma vítima mas, sim, verificar se a mídia apresentou os dois como tirânicos ou reservou a imagem vinculada à inocência apenas para um deles.

A parte argumentativa dedica-se à indução de que a reação de Saddam à invasão ao Iraque seria nefasta. Essa análise da predominância do pré-gênero *narração* não descarta a possibilidade de ver o texto como uma argumentação que se esmera em intervir na opinião pública. A produção de histórias em notícia é uma questão de se transformar acontecimentos fragmentários e mal definidos em eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares. Enfim, como observa Fairclough (2003a: 85), histórias em notícias são

orientadas para a regulação e o controle de eventos e da maneira como as pessoas reagem a eventos, logo a narração também pode intervir na opinião pública.

Com base na noção de texto como evento social inserido numa determinada conjuntura, é possível defender que, no caso deste último texto, o propósito da narração aproxima-se do propósito da argumentação, cuja orientação está voltada para a obtenção de resultados, uma vez que visa regular a opinião pública e não esclarecer os motivos que alimentam a decisão dos EUA de invadir o Iraque. Tal construção simbólica reguladora pode ser vista nos termos de Thompson (2002a: 83) como o modo de operação da ideologia da legitimação por narrativização, que consiste na narração de histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna. Dessa forma, a narração das atrocidades atribuídas ao presidente do Iraque pode gerar o sentido de que Saddam sempre foi e, portanto, sempre será violento e tirânico, legitimando, assim, a invasão ao Iraque.

Finalmente, a relação semântica macroestrutural do texto aponta para a organização *problema-solução*. O problema *Saddam no poder* deve ser solucionado, como George W. Bush pretendia, com a *invasão ao Iraque*. Sendo assim, esse texto tenta manter relações de dominação, dentre outras formas, pela fragmentação da sociedade e do governo iraquianos, que representam um desafio ao grupo dominante estadunidense, bem como pela legitimação do discurso favorável à guerra.

4.1.1.2 Composição genérica em *Caros Amigos*

No capítulo 3, discuti as razões que motivaram a escolha da revista *Caros Amigos*. Por se tratar de uma leitura alternativa, sugeri que ela apontaria a possibilidade de a semiose

intervir de forma transformadora nas relações de dominação e, concomitantemente, contrastaria com o caráter disciplinador e regulador da revista *Veja*. Em contraste com os dois textos de *Veja*, no texto “A complexa guerra do complexado Bush Filho”, da revista *Caros Amigos*, há uma explanação em torno das causas e efeitos da guerra. Fairclough (2003a: 94) esclarece que o contraste entre a *lógica explanatória* e a *lógica de aparências* é que a primeira inclui uma elaboração das relações causais entre eventos, práticas e estruturas, e a última não o faz, apenas enumera certas aparências relacionadas a eventos sem referência a práticas e estruturas determinantes desses eventos.

Os dois textos da revista *Veja* apresentam uma lógica de aparências superficiais sobre a guerra, orientada para obtenção de consenso acerca da necessidade de depor Saddam, ao passo que nesse texto de *Caros Amigos* encontra-se uma discussão aprofundada sobre as causas envolvidas na decisão de George W. Bush invadir o Iraque, orientada para a compreensão. O gênero principal é a narração e como subgênero figura a argumentação. São doze parágrafos predominantemente narrativos e dez predominantemente argumentativos que compõem uma explanação em torno de causas econômicas e, principalmente, religiosas que motivaram a invasão. A primeira parte narrativa vincula a guerra ao protestantismo americano, que, segundo o jornalista, incorporou a noção calvinista de predestinação, o que faz com que hoje os EUA assumam-se como uma nação predestinada a salvar o mundo para Deus.

Enquanto os textos de *Veja* abordam negativamente a religião dos iraquianos para justificar a guerra, o texto em foco discute a problemática do *fundamentalismo protestante* dos EUA como uma causa do conflito. Esse procedimento pode ser visto como o uso contra-ideológico das formas simbólicas, que mina e subverte o *modus operandi* da dissimulação por deslocamento utilizado pelos governantes dos EUA, e recontextualizado pela grande mídia, para classificar o movimento social islamista (THOMPSON, 2002a: 83-4). Segundo

Thompson (2002 a: 82), as formas simbólicas podem servir para “manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação”, portanto, o estudo da ideologia deve contemplar também as “formas incipientes da crítica da ideologia”, ou seja, as formas simbólicas contestatórias, pois elas podem ajudar a realçar aquelas formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Nesse texto, o uso contra-ideológico do termo “fundamentalismo” realça a estratégia de deslocamento de um termo originário do fundamentalismo protestante estadunidense³⁹ que foi usado pela mídia em geral de maneira ideológica para se referir ao movimento social, de forma tal que as conotações negativas do termo foram transferidas para o movimento radical do islã político.

A segunda parte do texto narra passagens dos 5.000 anos de história escrita da antiga Mesopotâmia até a formação do Iraque e serve de apoio para a defesa da fragilidade e prepotência religiosa dos EUA frente ao Iraque. Em nível macroestrutural, há o *argumento* de que a decisão de invadir o Iraque encerra, dentre outras, causas econômicas e religiosas. Os *dados e razões* são apresentados na parte narrativa a respeito da influência do calvinismo na religião protestante e da riqueza histórica, cultural e econômica iraquiana. A *conclusão* a que se pretende chegar é a de que a invasão seria uma vaidade de George W. Bush, que esperaria superar o feito do pai, quem, em 1991, deixou inacabada a suposta tarefa imperial de salvar o mundo. Ao contrário da narração realizada no texto “O califado do medo”, de *Veja*, a narração nesse texto de *Caros Amigos* não parece legitimar as ações dos EUA, mas sim, fundada na lógica explanatória, desconstruir a eternalização (THOMPSON, 2002a: 88) utilizada por W. Bush, e recontextualizada pela grande mídia, que esvaziou o caráter histórico da invasão, apresentando-a como uma decisão imutável. Sendo assim, nesse texto a invasão é

³⁹ Castells (2001: 37) esclarece que “o fundamentalismo cristão é uma constante na história dos Estados Unidos [...] uma sociedade que busca, de modo desenfreado, a transformação social e a mobilidade individual inclina-se ao questionamento, de tempos em tempos, dos benefícios trazidos pela modernidade e pela secularização, ansiando pela segurança proporcionada pelos valores tradicionais e instituições fundadas na verdade eterna de Deus. De fato, o termo ‘fundamentalismo’, amplamente utilizado em todo o mundo, teve origem nos Estados Unidos, como referência a uma coleção de dez volumes intitulada *The Fundamentals*”.

representada como um fenômeno sócio-histórico perfeitamente mutável e passível de ser contido pelos próprios agentes que a desencadearam por motivações políticas.

O segundo texto selecionado em *Caros Amigos*, “Sob Ataque”, é o mais criativo em termos da fuga à regularidade genérica da reportagem de revista. O gênero principal na hierarquia é o diálogo, visto que apresenta treze parágrafos predominantemente dialógicos; doze predominantemente descritivos; oito predominantemente narrativos e três predominantemente argumentativos. A orientação é para a compreensão do ato inconseqüente que os EUA planejam contra pessoas inocentes. Ao narrar sua viagem até Bagdá, o repórter descreve a riqueza natural do Iraque, o comportamento amigável dos iraquianos, o respeito das pessoas para com o presidente à época Saddam, bem como a beleza e docilidade das iraquianas, em completa oposição com a imagem que a imprensa em geral tentou impingir à identidade dos iraquianos.

Conforme Brandão (2003: 30-1), baseada em Adam (1991), a descrição é um processo de enumeração, não linear, vertical e hierárquica, que obedece aos procedimentos de *ancoragem* e de *aspetualização*, o que pode ser ilustrado pelo exemplo a seguir:

- (7) Quando encontro Samir, ele está com uma passageira que acaba de chegar de Bagdá. Afhah M. Abdal Kader, iraquiana bonita, médica-radiologista de 36 anos, olhos amêndoa, delineados, luzes nos cabelos, visual moderno, nada de roupas pretas cobrindo o corpo e o rosto (*Caros Amigos* 2, p. 30)⁴⁰.

No exemplo em destaque, o procedimento de *ancoragem* refere-se à indicação, por meio de um tema-título, da entrada do assunto. Neste caso, o tema-título é “uma passageira que acaba de chegar de Bagdá”, ou mesmo seu nome “Afhah M. Abdal Kader”. O procedimento de *aspetualização* visa ao recorte em partes do todo apresentado no tema-título,

⁴⁰ Os exemplos extraídos das reportagens são identificados pelo meio do nome da revista, número das reportagens, conforme disposição nos Anexos 1, 2, 3 e 4, e número de página.

segundo a orientação do efeito visado pelo autor ou do julgamento de valores assumido por ele. Sendo assim, é possível conjecturar que os parágrafos descritivos neste texto visam, de maneira contra-ideológica, valorizar positivamente um povo que tem sido representado pela grande mídia de forma estigmatizada.

Os diálogos são articulados na forma do gênero desencaixado *entrevista*. Nas trocas de turno entre repórter e entrevistados, a voz dos iraquianos, praticamente ausente nas notícias da grande imprensa, é representada majoritariamente em discurso direto. A imprensa em geral representou muito a voz de autoridades governamentais dos EUA, mas, em raríssimas vezes, as vítimas puderam se manifestar. Nessa conjuntura em que as identidades que destoam do projeto neoliberal tendem a ser minadas, a voz que não é ouvida transforma-se em revolta, bem como na busca de uma forma, mesmo violenta, de se fazer ouvir. A discussão sobre as vozes presentes e ausentes nessas reportagens, bem como a maneira como são representadas, é reservada para subseção seguinte.

4.1.2 Intertextualidade: equivalência e diferença

A propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante é um conceito central da ADC (FAIRCLOUGH, 2001: 114). A intertextualidade é uma questão de recontextualização, ou seja, um movimento de um contexto a outro, acarretando transformações particulares dependendo de como o material é movimentado, recontextualizado, de como ele figura no novo contexto. Dado que práticas sociais encerram diferentes discursos e interesses particulares, a presença de uma voz

específica, de maneiras específicas, em vez de outras, sinaliza o posicionamento do texto nas lutas de poder. A seleção das vozes nessa recontextualização, bem como as maneiras como elas são representadas, diz muito sobre o posicionamento político desse evento discursivo na rede de práticas sociais.

Cabe registrar que, de acordo com Fairclough (2003a: 41-2), a análise do aspecto intertextual de um texto deve ser orientada pela observação da *abertura* ou *fechamento* da diferença, ou seja, pela observação de variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas, uma vez que “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia de atos de fala” (BAKHTIN, 2002: 98). Logo, “o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda [...], completa, adapta, apronta-se para executar, etc.” (BAKHTIN, 1997: 290). Sendo assim, por meio da observação das escolhas lingüísticas feitas pelo locutor para representar o discurso do outro, é possível analisar seu grau de engajamento com o que enuncia, em sua atitude responsiva ativa, ou seja, se ele concorda, discorda ou polemiza outros atos de fala da rede de práticas sociais.

Embora a pressuposição seja um tipo de intertextualidade, Fairclough (2003a) a distingue da citação direta ou indireta de vozes em função do fechamento da diferença característico da pressuposição. A intertextualidade apresenta abertura para a diferença, ao passo que a pressuposição a reduz. A opção mais dialógica é a atribuição explícita a outras vozes, a inclusão de algumas das muitas vozes existentes por meio da citação, o que acentua a diferença. A opção menos dialógica, por sua vez, que anula diferenças entre a voz do locutor e a voz externa recontextualizada e que, portanto, sugere alto grau de engajamento com o que se enuncia, é a pressuposição. Assim como a intertextualidade, a pressuposição conecta um texto a outros textos, no entanto, ao contrário da primeira, a pressuposição não é atribuída a vozes

ou textos específicos. A intertextualidade pode sinalizar abertura e reconhecimento da diferença ou acentuação conflituosa da mesma, ao passo que a pressuposição aponta para o consenso, normalização e aceitação, suprimindo diferenças de poder (FAIRCLOUGH, 2003a: 47-8).

Pressuposições são proposições que são tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou “dadas” e podem ser engatilhadas por diversos recursos lingüísticos, como os artigos, pronomes demonstrativos e outros (FAIRCLOUGH, 2001: 155). Tanto a intertextualidade quanto a pressuposição concernem à relação entre um texto específico e o que foi enunciado em outro lugar, mas, no caso da última, esse *outro lugar* não é claramente definido e passa a representar a própria voz do autor do texto. A medida do sucesso da universalização de uma representação do mundo diz respeito ao quanto figura como dado em uma variedade de textos, logo a análise das pressuposições pode desvelar posicionamentos ideológicos naturalizados pela sua repetição em discursos. Nesta análise, foram considerados dois tipos de pressuposições, quais sejam, as existenciais – presunções sobre o que existe – e as valorativas – presunções sobre o que é bom ou desejável. Este último tipo será analisado mais adiante, na seção 4.3, em que abordo o significado identificacional dos textos.

Nesta subseção apresento a análise da *intertextualidade* nos textos do *corpus*, com a finalidade de verificar a relação das vozes alheias com a voz dos autores dos textos, segundo a abertura ou fechamento da diferença.

4.1.2.1 Vozes em *Veja*

De modo geral, o gênero reportagem representa muitas vozes das partes envolvidas no evento noticioso. Entretanto, é notável o privilégio da presença de determinadas vozes, a exemplo da voz dos governantes dos EUA, na cobertura do conflito internacional pela grande mídia. Embora as análises nunca consigam esgotar todos os recursos dos textos, sobretudo quando se trata de sua constituição heterogênea, o Quadro 1 – Representação de vozes na reportagem “Bush já está em guerra” – distribui vozes representadas no texto, de acordo com algumas das possibilidades lingüísticas de realização da intertextualidade, quais sejam, o discurso direto; o discurso indireto e a pressuposição.

QUADRO 1 - Representação de vozes na reportagem “Bush já está em guerra”

Realizações lingüísticas	Vozes representadas
Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ George W. Bush ▪ Donald Rumsfeld, secretário de Defesa americano ▪ revista Americana News Week ▪ Jacques Chirac, presidente da França ▪ Stephen Baker, analista do Centro de Informação de Defesa dos EUA
Discurso indireto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ George W. Bush ▪ Norman Schwarzkopf, general das forças americanas
Exemplos de pressuposições existenciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “a queda de Saddam” (p. 63) ▪ “a falta de colaboração do governo de Bagdá” (p. 63) ▪ “algumas das armas proibidas” (p. 64) ▪ “o ditador do Iraque” (p. 64)

Fonte: *Veja* 1, p. 62-5.

Conforme o Quadro 1 ilustra, as vozes de autoridades e da população iraquianas estão ausentes na reportagem. O autor da matéria representa principalmente as vozes do presidente dos EUA e da equipe do Pentágono. A despeito de a citação sugerir abertura para a diferença,

o cenário que se apresenta não sinaliza acentuação conflituosa. As vozes são usadas para sustentar um discurso que se aproxima muito daquele representado. Examinemos o excerto de um pronunciamento de George W. Bush, que ilustra a proximidade entre as vozes:

- (8) Não se deve permitir que um ditador brutal, com uma trajetória de agressão perigosa, com ligação com o terrorismo, com uma grande riqueza potencial, domine uma região vital e ameace os Estados Unidos [...] O secretário de Estado Powell apresentará informações e dados acerca dos programas de armas ilegais do Iraque; suas tentativas de esconder dos inspetores as suspeitas armas e sua ligação com grupos terroristas. Nós os consultaremos, mas que não haja mal-entendido: se Saddam Hussein não se desarmar totalmente, para a segurança de nosso povo e pela paz do mundo, nós lideraremos uma coalizão para desarmá-lo (Pronunciamento 1)

As pressuposições existenciais presentes no texto 1 de *Veja*, “a queda de Saddam”; “a falta de colaboração do governo de Bagdá”; “algumas das armas proibidas” e “o ditador do Iraque”, exemplificadas no Quadro 1, aludem, respectivamente, às seguintes passagens do discurso do presidente dos EUA, quem (i) ameaçou destituir o poder de Saddam: “Não se deve permitir que um ditador brutal [...] domine uma região vital”; (ii) acusou o presidente vigente do Iraque de não colaborar com os inspetores da ONU: “[...] suas tentativas de esconder dos inspetores as suspeitas armas [...]”; como também o (iii) acusou de possuir armas proibidas: “se Saddam Hussein não se desarmar totalmente [...]”. E, finalmente, quem (iv) designou Saddam como o ditador do Iraque: “Não se deve permitir que um ditador brutal [...]”.

Outro dado relevante é o efeito do uso do discurso indireto:

- (9) Disse que o ditador iraquiano estocou armas de destruição em massa com o plano perverso de controlar pela força o petróleo do Golfo Pérsico (*Veja* 1, p. 63).

Nesse texto, o uso do discurso indireto dissolve as fronteiras entre a voz do produtor do texto e aquela que se representa. Em passagens como a do exemplo (9), torna-se difícil discernir casos de discurso representado e de pressuposição existencial. “O ditador iraquiano”

é um termo característico do léxico utilizado por W. Bush para designar Saddam, mas seu uso nesse contexto aproxima-se da pressuposição existencial “Saddam é um ditador brutal”, o que implica autoritarismo e sofrimento do povo iraquiano, em consonância com o discurso hegemônico do Império.

Na reportagem “O califado do medo”, também há preponderância de vozes que apoiaram a invasão ao Iraque, conforme sumarizado no Quadro 2 – Representação de vozes na reportagem “O califado do medo”:

QUADRO 2 - Representação de vozes na reportagem “O califado do medo”

Realizações lingüísticas	Vozes representadas
Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governo iraquiano ▪ Iraquiano Ibrahim al-Marashi, pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais da Califórnia
Discurso indireto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nações Unidas ▪ Revista Forbes ▪ Um dossiê do governo inglês ▪ Kenneth Pollack, diretor de assuntos do Golfo no Conselho de Segurança Nacional do governo Clinton e atual pesquisador do Instituto Brookings ▪ Khidhir Hamza, ex-diretor do programa nuclear iraquiano, refugiado nos EUA ▪ Exilados iraquianos ▪ Jornalista americano Mark Bowden ▪ Daniel Pipes, historiador norte-americano ▪ Relatos recolhidos pelo Comitê contra a Repressão e pelos Direitos Humanos no Iraque ▪ Organização de dissidentes iraquianos com sede em Londres ▪ Analistas do regime iraquiano não nomeados no texto
Exemplos de pressuposições existenciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “<i>um ditador</i>” (p. 66) ▪ “<i>depois de provocar duas guerras</i>” (p. 66) ▪ “<i>numa nação miserável e isolada</i>” (p. 66) ▪ “<i>o arsenal de armas químicas e bacteriológicas do ditador</i>” (p. 68) ▪ “<i>numa sociedade tribal como a iraquiana</i>” (p.70)

Fonte: *Veja 2*, p. 66-73.

Em relação ao uso do discurso direto, nesse texto destaca-se o distanciamento entre a voz do produtor do texto e uma voz que pode ser atribuída ao governo de Saddam. Há quatro ocorrências de termos que são colocados entre aspas, como apresentam os exemplos a seguir:

- (10) Os métodos assustam pela criatividade e incluem choques elétricos, espancamentos, queimaduras e todo tipo de intimidação sexual – esta, conduzida por estupradores profissionais, cujo cargo oficial se chama ‘violador da honra’ (*Veja 2*, p. 68).
- (11) No subsolo do Diretório de Segurança Geral, no centro da capital [Bagdá], a solitária leva o nome de ‘prisão-caixão’ (*Veja 2*, p. 68).
- (12) O atestado de óbito pode indicar queimadura, afogamento ou outro tipo de ‘acidente’ como causa da morte (*Veja 2*, p. 70).
- (13) Na semana seguinte, os ‘traidores’ foram executados (*Veja 2*, p. 72).

Segundo Maingueneau (1997: 76), o uso das aspas no discurso como marca da polifonia⁴¹ só pode ser determinado em referência a como ele funciona e é contextualizado no discurso representador, podendo servir especificamente para distanciar a si próprio da voz externa, usar a autoridade da voz alheia para sustentar sua própria posição, inovar ou introduzir uma palavra nova. No caso dos exemplos de (10) a (13), o uso de aspas serve especificamente para distanciar as vozes, o que sugere acentuação conflituosa da diferença.

Nos dois primeiros exemplos, os supostos termos utilizados pelo governo iraquiano, “violador da honra” e “prisão-caixão”, são recontextualizados e destacados com as aspas. O exemplo (12) ilustra um enunciado irônico, pois o locutor usa a palavra “acidente”, mas não assume o ponto de vista que ela representa. Segundo Maingueneau (1997: 77), um enunciado irônico faz ouvir uma voz diferente da do locutor, a voz de um enunciador que expressa um ponto de vista insustentável. Sendo assim, torna-se claro o distanciamento e a acentuação conflituosa da diferença entre as vozes do locutor e do governo de Saddam.

O fechamento para a diferença e a afinidade se dá com todas as demais vozes, que servem para sustentar o argumento de que Saddam é um tirano que deve ser deposto, como quer W. Bush. Um dado relevante é o fato de que as poucas vozes iraquianas presentes na

⁴¹ Nas palavras de Maingueneau (1997: 76): “Para ele [Ducrot], há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores”. Os locutores corresponderiam à voz principal que fala, a do autor, e os enunciadores corresponderiam às vozes alheias representadas.

reportagem não representam a população, mas autoridades especialistas vinculadas ao governo estadunidense, bem como refugiados, exilados e dissidentes iraquianos. As vozes de autoridades não representam o ponto de vista das vítimas iraquianas e, sim, de pessoas que partilham com os EUA os interesses hegemônicos. Vejamos o exemplo (14):

- (14) De acordo com exilados iraquianos, Udai [filho mais velho de Saddam] costuma torturar pessoalmente os desafetos presos e pede que as sessões sejam gravadas em vídeo para assistir depois (*Veja 2*, p. 71).

A voz de exilados, ilustrada no exemplo (14), representa fragmentação ideológica da unidade do povo iraquiano, que é segmentado no texto por constituir um desafio aos grupos dominantes. Vale lembrar que a intenção desta análise é mapear construções ideológicas e não legitimar ações ditatoriais do governo do Iraque. Sendo assim, não cabe julgar os dados apresentados, mas verificar a ênfase dada no texto a determinados crimes e respectivos autores em vez de outros, o que sugeriu, no caso desse texto, a segmentação do povo iraquiano.

Nesse texto, o discurso do locutor também se aproxima do de W. Bush. Vejamos o seguinte excerto de um pronunciamento do presidente dos EUA:

- (15) No entanto, em todos esses esforços, o propósito da América é mais que seguir um procedimento, é alcançar um resultado: acabar com as terríveis ameaças contra o mundo civilizado [...] Este ditador que monta as armas mais perigosas do mundo já as utilizou contra cidades inteiras, deixando centenas de seus próprios cidadãos mortos, cegos ou desfigurados. Os refugiados iraquianos contam-nos como confissões forçadas foram obtidas: pela tortura de crianças enquanto seus pais observavam. Grupos internacionais de direitos humanos catalogaram outros métodos usados nas câmaras de tortura do Iraque: choque elétrico, queimadura com ferros quentes, derramamento de ácido sobre a pele, mutilação com furadeiras elétricas, corte da língua e estupro. Se isso não é maldade, a maldade não tem significado (Proferimento 2).

As pressuposições, destacadas no Quadro 2, “*um ditador*”; “*depois de provocar duas guerras*” e “*o arsenal de armas químicas e bacteriológicas do ditador*” convergem com a

seguinte passagem do discurso de W. Bush: “Este ditador que monta as armas mais perigosas do mundo já as utilizou contra cidades inteiras”; assim como as pressuposições “*numa* nação miserável e isolada” e “*numa sociedade tribal* como a iraquiana” convergem com a passagem: “acabar com as terríveis ameaças contra o mundo civilizado”, destacada no exemplo (15). O discurso de W. Bush parece fazer parte da mesma cadeia de gêneros da produção do texto jornalístico, que dedica suas páginas a narrar os supostos atentados de Saddam contra seu povo. Os mesmos crimes apontados por W. Bush: “choque elétrico, queimadura com ferros quentes, derramamento de ácido sobre a pele, mutilação com furadeiras elétricas, corte da língua e estupro” são encontrados no texto jornalístico e a data dos dois discursos são próximas: o proferimento foi realizado em 29 de janeiro de 2003 e a reportagem, publicada em 5 de fevereiro do mesmo ano. Sendo assim, há fechamento da diferença e afinidade com o discurso ideológico do presidente dos EUA.

4.1.2.2 *Vozes em Caros Amigos*

Nas duas reportagens da revista *Caros Amigos*, as vozes do povo iraquiano estão presentes e as vozes dos governantes dos EUA, quando representadas, são polemizadas e questionadas, principalmente de forma irônica, por meio da falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional (FAIRCLOUGH, 2001: 158-9). O Quadro 3 – Representação de vozes na reportagem “A complexa guerra do complexado Bush filho” – mapeia as vozes do texto 1 da revista *Caros Amigos*:

QUADRO 3- Representação de vozes na reportagem “A complexa guerra do complexo Bush filho”

Representações lingüísticas	Vozes representadas
Discurso Direto	(Não há)
Discurso indireto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tratadista Clausewitz
Exemplos de pressuposições existenciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Da fome de petróleo até o domínio do mundo” (p. 12) ▪ “... <i>se sabe</i> que os Estados Unidos tem necessidade de garantir cada vez mais reservas de petróleo” (p. 12) ▪ “...a globalização neoliberal comandada pelos EUA” (p. 12) ▪ “da guerra dos EUA contra o mundo” (p. 13)

Fonte: *Caros Amigos* 1, p. 12-3.

A intertextualidade neste texto prima pela ironia. Apenas a voz de um estudioso é apresentada, com a finalidade de sustentar o argumento do autor de que, além dos motivos políticos, a invasão ao Iraque envolve questões religiosas dos EUA. É interessante observar que, enquanto a grande imprensa focaliza a questão religiosa muçulmana, essa leitura alternativa da invasão levanta o problema do fundamentalismo religioso protestante dos EUA. A defesa de W. Bush, baseada nas Resoluções da ONU, discutidas no capítulo 2, de “assegurar a paz mundial”, conforme exemplo comentado (8), é atribuída, nesta reportagem, à raiz calvinista e presbiteriana do protestantismo americano, segundo o qual os EUA são predestinados a salvar o mundo. A consideração da conjuntura em que a reportagem foi escrita e das relações de poder permite notar que as pressuposições e a ironia assinalam uma acentuação conflituosa da diferença, como exemplifica o excerto seguinte:

- (16) A crença firme de Bush, como em geral da liderança e das maiores massas do povo americano, é de que os EUA são uma nação predestinada a salvar o mundo para Deus, salvação que implica a democracia de livre mercado. Isso justifica o uso de quaisquer meios, inclusive armas nucleares ou decapitação de bebês, para atingir fins tão grandiosos (*Caros Amigos* 1, p. 13).

Esse texto exige uma análise intertextual mais atenta, pois é sobretudo a ironia que traça a fronteira entre a voz do locutor e aquelas representadas. Os “fins grandiosos” e a “democracia de livre mercado” remetem o leitor a outros textos que defendem os atos

neoliberais dos EUA. Com base na noção de cadeia de textos, os quais vão-se transformando, dialogando e dando vida a novos textos, é possível considerar a existência de um diálogo entre as próprias notícias, uma vez que é um hábito da imprensa ler o que vem sendo noticiado para construir e selecionar outras notícias. A exemplo dos textos de *Veja* que narram torturas do governo Saddam contra os seus inimigos políticos, os textos de *Caros Amigos* fazem o mesmo, mas contra W. Bush, acusando-o de usar bomba atômica e de decapitar bebês.

Merece destaque o trabalho realizado no texto com expressões próprias do vocabulário do governo dos EUA – *Império do Mal* e *Eixo do Mal*. Comparemos, nos exemplos de (17) a (20), o discurso de W. Bush e alguns trechos do texto em foco:

- (17) Nosso segundo objetivo é evitar que os regimes que apóiam o terror ameacem os Estados Unidos ou nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes permaneceram calados desde o 11 de setembro. Mas conhecemos sua verdadeira natureza. A Coréia do Norte tem um regime que está equipado com mísseis e armas de destruição em massa enquanto mata de fome seus cidadãos. O Irã busca energeticamente essas armas e exporta o terror, enquanto alguns que foram eleitos reprimem a esperança de liberdade do povo iraniano. O Iraque continua ostentando sua hostilidade para com os Estados Unidos e apoiando o terror. O regime iraquiano conspirou para desenvolver o antrax e o gás nervoso e armas nucleares por mais de uma década [...] Estados como esses e seus aliados terroristas constituem um eixo do mal que se arma para ameaçar a paz do mundo. Por buscarem armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Poderiam entregar essas armas aos terroristas, dar-lhes os meios equivalentes a seu ódio. Poderiam atacar nossos aliados ou ameaçar os Estados Unidos. Em qualquer desses casos, o preço da indiferença poderia ser catastrófico (Proferimento 2).
- (18) Assim, os EUA se viram, desde o início de sua história, combatendo o reino do mal [...] (*Caros Amigos* 1, p. 13).
- (19) Com a destruição do Império do Mal, a URSS e sua economia estatizada, os EUA se viram livres para fazer sua cruzada em escala mundial (*Caros Amigos* 1, p. 13).
- (20) Depois se passou a falar de um Eixo do Mal, composto do Iraque, Irã, Coréia do Norte [...] (*Caros Amigos* 1, p. 13).

O exemplo (17) apresenta o discurso em que W. Bush referiu-se pela primeira vez a um “eixo do mal”, supostamente formado por Irã, Iraque e Coréia do Norte. Scowen (2003:

115-8) lembra que, no ápice de sua cruzada anticomunista, Ronald Reagan, referira-se à ex-União Soviética como um “império do mal” e que, depois das manifestações de 11 de setembro de 2001, W. Bush usou a oportunidade para criar uma nova ameaça retórica aos EUA, do jeito que Reagan fizera. Os exemplos (18), (19) e (20) subvertem duas estratégias de construção simbólica dos EUA, a unificação por simbolização da unidade e a fragmentação por expurgo do outro (THOMPSON, 2002a: 81). Por meio da unificação, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção simbólica de uma unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças que possam separá-los. Embora Irã, Iraque e Coréia do Norte não tivessem ligação política, o governo dos EUA criou uma unidade identitária por meio da construção simbólica de um “eixo do mal”, que suprimia diferenças e divisões entre os países.

Essa estratégia pode ter servido para justificar a invasão ao Iraque, uma vez que ocultou o interesse de invadir somente o Iraque e não os outros países. A fragmentação por expurgo do outro consiste na construção de um inimigo que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. Ao criar o “império” e o “eixo do mal”, os governantes dos EUA criaram, por meio da semiose, uma identificação negativa para o movimento social do islã político e para os comunistas, que a grande mídia, por diversos motivos e interesses, projetou durante as guerras contra a URSS, a Nicarágua e o Iraque. Essas construções simbólicas ideológicas são sistematicamente questionadas pela revista *Caros Amigos*, como as análises demonstram.

Somente com base em uma visão de poder em termos de hegemonia numa determinada conjuntura social é possível tratar a intertextualidade como luta hegemônica em práticas discursivas. O uso do vocabulário dos políticos dos EUA, que poderia sugerir convergência em uma leitura naturalizada, constitui-se, na verdade, conflito com uma voz exterior.

Em “Sob Ataque”, conforme discuti na subseção 4.1.1.2, o gênero desencaixado *entrevista* possibilita uma recontextualização que se assemelha à transcrição de vozes dos cidadãos iraquianos, conforme Quadro 4 – Representação de vozes na reportagem “Sob ataque”:

QUADRO 4- Representação de vozes na reportagem “Sob Ataque”

Representações lingüísticas	Vozes representadas
Discurso Direto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maha, libanesa, viajante ▪ Samir Asa’Ad, taxista palestino ▪ Ibarahim Hamid, taxista palestino ▪ Iraquiana afrah M. Abdal Kader, médica ▪ iraquianos, libaneses, palestinos e jordanianos nas ruas ▪ Saddam Hussein ▪ Sulaiman Z. Khalaf, estudante iraquiano ▪ Mohamad Sahrleh, taxista iraquiano ▪ Khalid Fahan, motorista iraquiano ▪ Monayad, cientista político iraquiano ▪ Riadh, professor universitário ▪ Rashid, professor universitário ▪ Aiad, economista ▪ Wissam, estudante ▪ movimento espanhol Brigada Internacional ▪ Shaymaa, Zaimab, Abdul, Ramid e Moiad, estudantes ▪ Sleinam e Hawa, arcebispos do Iraque
Discurso indireto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ general Anthony C. Zinni, chefe do Comando Central dos EUA
Exemplos de pressuposições existenciais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “da hospitalidade amorosa do Oriente Médio” (p. 29) ▪ “da generosidade e amabilidade de seu mundo” (p. 30)

Fonte: *Caros Amigos 2*, p. 29-33.

A reportagem traz a vida cotidiana de pessoas que vêem seu futuro ameaçado. Retomando a discussão de Champagne (1997: 63), para quem os mal-estares sociais são definidos pelo dizer midiático, o mal-estar social digno de se tornar notícia deve ser “fora do comum”, dramático, emocionante e, por conseguinte, comercialmente rentável. Não há nada de fora do comum em estudantes e trabalhadores iraquianos, mas há em iraquianos que

protestam e fazem guerra. A mídia fabrica uma representação do mal-estar social que enfatiza o extraordinário, porque visa ao lucro e não à compreensão. Dessa forma, “os dominados são os menos aptos a poderem controlar sua própria representação. O espetáculo de sua vida cotidiana não pode ser, para os jornalistas, senão ordinário e sem interesse” (CHAMPAGNE, 1997: 68). As vítimas dificilmente são ouvidas, pois as notícias falam muito mais *sobre* elas, criando uma realidade estigmatizadora, mas não as deixam falar. O exemplo (21) ilustra o que acontece quando as vítimas podem falar:

- (21) – O que você pensa sobre o presidente americano George W. Bush? [...]
 E Afrah arremata:
Ele quer controlar o mundo. Não se importa com as pessoas. Não importa quantos serão mortos para que ele consiga seus objetivos [...]
 Você acessa a CNN?
 Não, porque eles usam propaganda, guerra psicológica contra o nosso povo. Muitas notícias são distorcidas, é difícil saber quando é verdade e quando não é (*Caros Amigos 2*, p. 30).

Quando as vítimas falam, ou reproduzem a voz internalizada das elites ou, como no exemplo (21), denunciam uma realidade destoante da que a mídia pretende representar ou da que o poder hegemônico pretende criar. Por isso, provavelmente, a voz das vítimas foi ignorada nos textos da revista *Veja* no momento da seleção de vozes.

As pressuposições destacadas no Quadro 4, “da hospitalidade amorosa do Oriente Médio” e “da generosidade e amabilidade de seu mundo”, sugerem hostilidade para com os EUA e amizade para com o Iraque. Vejamos a manifestação dessas posições nos exemplos seguintes:

- (22) O general Anthony C. Zinni, chefe do Comando Central dos EUA, declarou que a região do Golfo, com suas ricas reservas de petróleo, é de ‘vital interesse’ para os EUA, que ‘precisam ter livre acesso aos recursos da região’ (*Caros Amigos 2*, p. 31).

- (23) Samir se gaba da generosidade e amabilidade de seu mundo, lembrando uma fala de Saddam Hussein. “Ele falou durante um encontro entre líderes de países árabes nos anos 80: ‘Um belo dia, um homem pobre, esfomeado, chegou a um vilarejo. Imediatamente, quase todo o povo dali estendeu as mãos oferecendo comida. Mas um dos moradores também pobre, não teve nada para dar a não ser uma panela vazia’. Moral: nós árabes damos o que temos e o que não temos. O homem pôde usar a panela para cozinhar a comida com a qual foi agraciado” (*Caros Amigos 2*, p. 30).

No exemplo (22), a voz do general Anthony C. Zinni, chefe do Comando Central dos EUA, ilustra a hostilidade. A acentuação da diferença é sinalizada pelas aspas, que sugerem baixa afinidade com o enunciado e distanciamento da voz que se enuncia. No exemplo (23), a voz de Saddam, por sua vez, representada em discurso direto dentro da voz de Samir, representa sentimentos mais elevados, que dizem respeito à moral iraquiana e não à política do livre mercado, relacionada ao general dos EUA.

As diferentes vozes relatadas em um texto pode incluir o fato de que essas vozes representam diferentes discursos. As vozes selecionadas e as maneiras como são representadas permitem o mapeamento das representações particulares do evento, ou seja, por meio delas é possível refletir sobre a articulação dos momentos das práticas envolvidas numa determinada conjuntura. Minha intenção na próxima seção é refletir sobre os discursos e interesses particulares representados em algumas dessas vozes, bem como sobre o quanto elas internalizam a ideologia hegemônica do Império.

4.2 Discursos jornalísticos como representação

Discursos constituem maneiras particulares de representar aspectos do mundo: as relações sociais, o mundo material, as crenças e assim por diante. Diferentes discursos são, portanto, diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo, suas identidades pessoais e sociais, bem como as relações sociais que estabelecem com outras pessoas. Discursos não só representam o mundo, mas também

projetam, imaginam, representam mundos possíveis e diferentes do mundo real, pois se ligam a projetos de mudança do mundo em direções particulares. Como observa Fairclough (2003a: 45), a luta hegemônica entre forças políticas refere-se parcialmente à disputa pela universalização de uma representação particular do mundo.

4.2.1 Modos particulares de representar aspectos do mundo

Diferentes textos sobre o mesmo evento podem diferir nos discursos que articulam em função dos modos particulares de representar aspectos do mundo, vinculados a projetos de mudança do mundo em direções particulares. Produtores de textos podem estabelecer relações polêmicas ou de afinidade entre o seu próprio discurso e discursos alheios. Nesta pesquisa, a análise interdiscursiva de textos volta-se para a identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados.

Discursos podem ser distinguidos pelas maneiras de designar, uma vez que “lexicalizam” o mundo de maneiras particulares. Rajagopalan (2003: 82) assevera que o fenômeno de nomeação é um ato eminentemente político, uma vez que a influência da mídia na opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados começa no ato de designação. A notícia designa o evento, os atores sociais envolvidos no evento, e assim por diante, logo a incipiente opção entre enunciar *ditador Saddam* ou *presidente Saddam* já constitui um ato político, um posicionamento frente o evento dentro das lutas hegemônicas e uma filiação a determinado discurso, que pode tentar universalizar uma representação particular do mundo. Nesta seção, reflito sobre a composição interdiscursiva dos textos, a

partir da identificação das diferentes maneiras de designar aspectos do conflito internacional e de representar os atores sociais envolvidos nas notícias.

4.2.1.1 Modos de representar em *Veja*

As pressuposições existenciais levantadas na seção anterior já apontaram a convergência entre os discursos do locutor e de George W. Bush. É possível observar, na designação dos elementos envolvidos no conflito, como o discurso da reportagem “Bush já está em guerra”, de *Veja*, representa aspectos do mundo segundo a visão neoliberal dos governantes dos EUA. Conforme se verificou na comparação com o discurso de George W. Bush, na subseção 4.1.2.1, termos como “*queda de Saddam*”; “*falta de colaboração do governo de Bagdá*”; “*algumas das armas proibidas*”; “*ditador*”; “*nação miserável e isolada*”; “*arsenal de armas químicas e bacteriológicas do ditador*” oriundas do discurso hegemônico, que as reportagens da revista esmeraram-se em repetir a fim de fabricar um consenso favorável à invasão ao Iraque. Nesse texto, o discurso dos políticos pró-globalização neoliberal e o discurso da Defesa Nacional dos EUA, como são aqui nomeados, sustentam o discurso jornalístico, conforme exemplos de (24) a (28) ilustram:

- Discurso político pró-globalização neoliberal ou discurso do Império:

(24) [...] os argumentos que justificam uma invasão para depor Saddam (*Veja* 1, p. 62).

(25) De qualquer forma, os dias de poder de Saddam estão contados (*Veja* 1, p. 65).

(26) O objetivo é deixar um prazo para que Bush costure as alianças necessárias a tempo de manter os planos de iniciar a ofensiva contra Saddam (*Veja* 1, p. 64).

- Discurso da Defesa Nacional:

- (27) Em 1991, os EUA e seus aliados precisaram de seis semanas de bombardeios e menos de 72 horas de combate por terra para liquidar a fatura. Então, apenas 5% das bombas americanas eram guiadas a laser ou satélites – hoje, esse índice chega a 85% do arsenal (*Veja* 1, p. 65).
- (28) A tendência desta vez é restringir os bombardeios aéreos aos centros de comando, quartéis e tropas de elite, sistemas de defesa e bases de lançamento de mísseis e tentar antecipar ao máximo a invasão por terra – de preferência à noite, para tirar proveito do equipamento usado pelos soldados que permite visão noturna. (*Veja*, p. 65).

Os exemplos de (24) a (26) remetem quase de maneira explícita ao discurso político de George W. Bush, que eufemiza o massacre contra civis, nomeando-o de “ofensiva”, bem como promete “depor Saddam” e “contar os dias de poder de Saddam”. Os exemplos parecem ilustrar uma recontextualização de relatório de atividades da equipe do Pentágono, que apresenta o tempo necessário para os EUA aniquilarem seus inimigos, as armas disponíveis durante o feito e as estratégias de ataque, entre outros. No exemplo (27), a proximidade com o discurso recontextualizado de Stephen Baker, analista do Centro de Informações de Defesa dos EUA, cria uma fusão entre o discurso jornalístico e o da Defesa Nacional dos EUA. A descrição das armas, as estratégias de ataque e o tratamento de seres humanos como “faturas a liquidar” remetem à maneira particular de a equipe de Defesa dos EUA representar o conflito internacional.

Na reportagem “O califado do medo”, por sua vez, há interseção entre o discurso pró-globalização neoliberal dos políticos dos EUA e aquele que será, aqui, chamado de discurso perito-policia. O primeiro discurso já foi ilustrado quando discuti as pressuposições existenciais. Vejamos, portanto, exemplos do tipo de discurso perito-policia:

- Discurso perito-policial

- (29) Saddam buscou inspiração na organização e nos métodos da NKVD, a polícia secreta soviética criada nos anos 30 pelo ditador comunista Josef Stalin – o maior ídolo político do ditador iraquiano (*Veja 2*, p. 70).
- (30) Ao contrário dos ‘desaparecimentos’ ocorridos nas ditaduras militares latino-americanas – que não admitiam esse tipo de crime –, o regime iraquiano age com frieza burocrática ao executar um dissidente (*Veja 2*, p. 68).

Observe-se que esse tipo de discurso confere um caráter disciplinador ao texto e, além de convergir com o posicionamento político do atual presidente dos EUA, mostra, conforme destaques no exemplo (29), afinidade com a ideologia segundo a qual a URSS representara também um Império do Mal. No exemplo (30), a despeito de as aspas parecerem sugerir ceticismo quanto ao termo “desaparecimento”, o que se vê é uma defesa da ditadura liderada pelos EUA, porque aquela, supostamente, agiria com menos “frieza burocrática” com os presos políticos.

A seleção de palavras para a representação de eventos também ajuda a conferir esse caráter policial ao texto. Vejamos os exemplos:

- (31) O que restou da oposição política foi dizimado ou fugiu para o exílio (*Veja 2*, p. 68).
- (32) Qualquer suspeita pode levar a uma convocação para depor num dos órgãos de segurança. Os iraquianos sabem o que vem em seguida. A tortura é um procedimento de rotina, e antecede o interrogatório propriamente dito. O suspeito só é liberado depois de fazer uma revelação [...] Tudo é registrado em relatórios detalhados (*Veja 2*, p. 68).

A recorrência a vozes de relatos e dossiês aproximam o texto de um relato pericial ou mesmo da linguagem da notícia policial. As palavras em destaque nos exemplos (31) e (32) são características do léxico particular do mundo da investigação policial, que envolve suspeitos, depoimentos em órgãos de segurança, torturas, registros, relatórios e interrogatórios.

Os discursos em *Veja* são articulados de forma a sustentar a ideologia hegemônica, pois se aproximam tanto de sua maneira de representar o mundo quanto do propósito de apoiar as decisões políticas de George W. Bush de dominar o mundo às custas de milhares de mortes de civis inocentes.

4.2.1.2 Modos de representar em *Caros Amigos*

Os discursos da Igreja Protestante, da História e dos governantes dos EUA misturam-se na composição do discurso jornalístico na reportagem “A complexa guerra do complexado Bush filho”. Os exemplos de (33) a (35) ilustram tais discursos:

- Discurso da Igreja Protestante

(33) Além disso, como o mundo terreno também é sagrado, porque foi criado por Deus, os sinais da salvação no outro mundo já são visíveis aqui, de modo que quem faz boas obras prospera e é feliz já aqui na Terra, enquanto os pecadores predestinados a fazer más obras tendem à miséria e à infelicidade (*Caros Amigos* 1, p. 13).

- Discurso da História

(34) O Iraque vem a ser a antiga Mesopotâmia e tem as maiores riquezas arqueológicas do planeta. Ali surgiu a primeira civilização humana, a da Suméria, após o controle das águas dos rios Tigre e Eufrates. Ali se estabeleceram o Império Babilônico, no século 18 a. C.; o Império Persa, no século 6 a.C.; o Califado islamita, no século 6 d. C. Da queda desse império islamita, no século 13 d. C., o Iraque, longe dos centros do poder do Império Otomano que nominalmente o governava, ficou praticamente sem autoridade central, na mão de tribos (*Caros Amigos* 1, p. 13).

- Discurso do Império

- (35) Daí a elaborar, ou reelaborar, a noção de guerra preventiva foi um passo. Apesar de o Iraque não estar ameaçando ninguém no momento, ele poderia vir a ameaçar algum país, especialmente Israel, no futuro, e isso principalmente se tivesse armamentos de destruição em massa. Além disso, o Iraque do Eixo do Mal com o Irã e a Coréia do Norte, era o elo mais fraco (*Caros Amigos* 1, p. 13).

Mapear os discursos não é suficiente na análise da interdiscursividade, pois é preciso verificar de que maneiras eles são articulados. Os discursos políticos em *Veja* articulam-se de forma disciplinadora e por meio do consenso, do fechamento da diferença. Em consonância com a análise da intertextualidade, o que encontrei nessa reportagem em tela foi uma relação conflituosa, que polemiza o discurso político e usa o discurso da História e da Igreja Presbiteriana para defender que a cultura do Iraque é milenar e, portanto, superior a dos EUA, e que a guerra do Iraque é consequência também do fundamentalismo protestante norte-americano.

A leitura dos exemplos permite identificar o discurso de políticos neoliberais, que usam o eufemismo “guerra preventiva” contra os “eixos do mal”, que se colocam contra a ideologia imperial, e o acirramento da diferença em relação a esse discurso por meio do uso de modalizadores, como no exemplo (35), que diminuem o grau de comprometimento ou afinidade com o que se enuncia. O modo verbal hipotético sugere ceticismo quanto às acusações dos EUA. Ao contrário da lógica das aparências presente nos textos de *Veja*, esse texto de *Caros Amigos* apresenta a lógica explanatória, que busca uma discussão aprofundada a respeito da História científica do Iraque, como ilustra exemplo (34). O discurso da Igreja não é usado para legitimar a invasão ao Iraque, como W. Bush o usou e a revista *Veja* reproduziu, mas sim é usado para desnaturalizar as causas que impulsionam as ações dissolutas de W. Bush.

No segundo texto de *Caros Amigos*, “Sob ataque”, o principal tipo de discurso que se encontra é o discurso do mundo da vida⁴². Vejamos os exemplos (36) e (37):

- (36) – Você tem três filhos, uma tem diabetes, por que não foge para outro país? Primeiro, muitas famílias decidiram lutar pelos seus lares. Segundo, não é fácil tirar a família daqui do país, é preciso muito dinheiro. Por isso me preocupo muito com minha família, especialmente uma filha que tem diabetes. Ela precisa de insulina duas vezes por dia (*Caros Amigos 2*, p. 32).
- (37) Conheci seus filhos antes de irem à guerra. Ele apresenta todo mundo: Husham, 8 anos (a única menina); Maissah, 9 anos; Hussam, 12 anos; Bassam, 20 anos; Wissam, 22 anos; Aiad, 25 anos; e Walid, 26 anos [...]
Seus filhos menores sabem da guerra?
Não digo porque não quero que tenham medo.
O que você pensa do presidente americano?
Ele quer matar minhas crianças. Ele tem as mãos sujas (*Caros Amigos 2*, p. 32).

Esses exemplos mostram uma interseção entre o discurso jornalístico e o discurso do mundo da vida, aquele que compõe nossas interações cotidianas menos formais. O discurso da vida cotidiana dos iraquianos apresenta-os não como “rebeldes fundamentalistas”, a exemplo da mídia em geral, e sim como cidadãos que estudam, trabalham, sofrem, ficam doentes, têm família constituída e assim por diante. Essa representação forma um discurso jornalístico contrário à política de George W. Bush, ou seja, um discurso contra-neoliberalismo ou contra-globalização, uma vez que enfatiza para os iraquianos uma condição distinta da de “guerrilheiros fanáticos”. Os exemplos (38) e (39) corroboram tal leitura:

- (38) Antes do discurso, apenas 47% dos americanos apoiavam uma intervenção militar no Iraque sem respaldo da ONU. Depois que Bush terminou sua exposição, o índice de aprovação pulou para 67% (*Veja*, p. 63).
- (39) “O massacre do Iraque traz embutido, além dos interesses materiais, um fator igualmente assustador: o delírio místico de Bush” (*Caros Amigos 1*, p. 13).

⁴² Embora já tenha sido discutido na seção 4.1, vale lembrar que Habermas (2002: 467-94) distingue *sistemas*, domínio da racionalidade econômica e burocrática, de *mundo da vida*, domínio da reprodução cultural, da integração social e da socialização cotidianas.

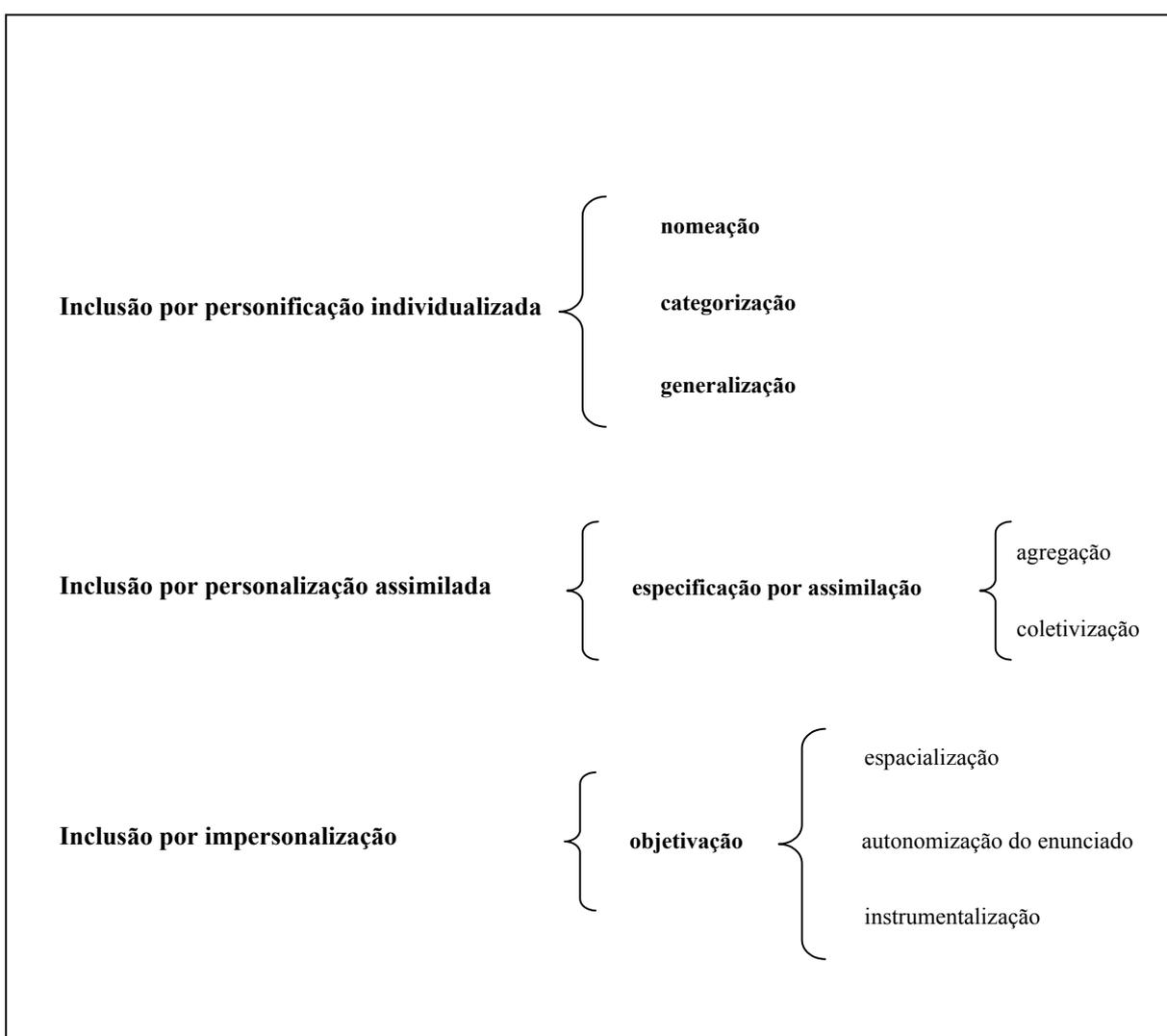
O cotejamento entre o discurso de *Veja* e o de *Caros Amigos* permite verificar que as diferentes maneiras de se designar a invasão ao Iraque: “massacre” em oposição a “intervenção militar” incorpora visões particulares presentes na rede de práticas sociais e as articula numa luta hegemônica no nível do momento semiótico. A visão particular de *Veja* coaduna-se com a visão do governo dos EUA, para quem a invasão tratou-se de uma mera intervenção militar inevitável, ao passo que a visão particular de *Caros Amigos* refuta e polemiza a visão dos EUA, designando a ação como um massacre. Tais visões particulares costumam se materializar na linguagem também por meio das maneiras como os atores sociais são representados nos textos. Quem é escolhido para figurar como ator, quem é excluído, por meio de quais recursos lingüísticos representam-se os atores são alguns dos questionamentos sobre os quais reflito na subseção seguinte.

4.2.2 Representação de atores sociais

As maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Determinados atores, por exemplo, podem ter sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados, ou ainda podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos e interações. Van Leeuwen (1997) apresenta um rico inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados. Cada uma das escolhas representacionais propostas pelo autor está ligada a realizações lingüísticas específicas. Nesta análise, utilizo três das

possíveis realizações linguísticas, a saber: inclusão por personalização individualizada por nomeação e categorização; inclusão por personalização assimilada por generalização e especificação; e inclusão por impersonalização por objetivação, as quais sumário na Figura 1 – Arcabouço analítico das escolhas representacionais de atores sociais – e apresento em seguida.

FIGURA 1 – Arcabouço analítico das escolhas representacionais de atores sociais



Fonte: Baseado em Van Leeuwen (1997).

As representações incluem ou excluem atores sociais para servir a interesses e propósitos particulares. Atores podem ser incluídos, suprimidos ou colocados em segundo

plano na representação. A *inclusão* pode ser realizada de diversas maneiras, como pela *nomeação* e *categorização*. Os atores podem ser representados em termos de sua identidade única, sendo nomeados ou categorizados. A nomeação realiza-se tipicamente através de nomes próprios, ao passo que a categorização ocorre por *funcionalização* e *identificação*. A primeira escolha representacional ocorre quando os atores são referidos em termos de uma atividade, ocupação ou função à qual estão ligados. Costuma se realizar por meio de substantivo formado de verbo mais sufixo (“ditador”); substantivo formado a partir de outro substantivo que denota local ou instrumento diretamente associado a uma atividade (“estrategista”); composição de substantivos denotando locais ou instrumentos de trabalho diretamente associados a uma atividade (“homem-bomba”). No caso da identificação, são representados por aquilo que, mais ou menos permanentemente, ou inevitavelmente, são, como sexo, idade, classe social, etnicidade, religião e outros.

Os atores podem ser incluídos também de forma não individualizada, ou seja, de forma assimilada, por meio de *referência genérica* ou *específica*. A primeira pode se realizar lingüisticamente através do plural sem artigo e do singular com artigo definido ou indefinido. A segunda representa os atores sociais em grupos e pode se realizar por especificação por *agregação*, quantificando grupos de atores como dados estatísticos, ou por *coletivização*, que não representa atores quantitativamente, mas os trata por meio da pluralidade, tal como em “os iraquianos”, nos exemplos a se discutir na subseção seguinte.

Ao contrário das escolhas representacionais comentadas anteriormente, que personalizam os atores sociais, representando-os como seres humanos por meio de nomes próprios, substantivos, cujos significados encerram característica humana, a *objetivação* impersonaliza os atores. A objetivação ocorre quando os atores sociais são representados metonimicamente por meio de uma referência a um local ou coisa diretamente associada quer à sua pessoa quer à atividade a que estão ligados. Nesta análise, foram examinados os casos

de *espacialização*, em que os atores são representados por meio de uma referência ao local ao qual estão diretamente associados, como “os Estados Unidos” em vez de citar nomes de governantes dos EUA; de *autonomização de enunciado*, na qual os atores são representados por meio de uma referência aos seus enunciados, tal como em “o relatório afirmava”; e de *instrumentalização*, em que a representação se dá por meio de uma referência ao instrumento com o qual os atores empreendem uma atividade a que estão ligados. Passemos às análises.

4.2.2.1 Representação de atores sociais em *Veja*

Os atores sociais envolvidos em eventos e práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles podem ser analisadas, em textos e interações, de um ponto de vista representacional, em termos de que atores são incluídos ou excluídos na representação, e a que atores é dada proeminência, por exemplo. Não se trata de comparar a representação com a verdade a respeito do evento concreto, afinal, a “verdade” não se estabelece independentemente de representações particulares. Trata-se de comparar diferentes representações do mesmo evento ou de eventos semelhantes, na perspectiva de como representam, preferencialmente, certos atores sociais.

Para fins analíticos, foram selecionados alguns dos atores sociais envolvidos no conflito internacional, que figuram nas reportagens, de diferentes maneiras, quais sejam, as classes dirigentes em geral dos EUA e do Iraque; as populações estadunidense e iraquiana; o movimento social islamista; Bin Laden; George W. Bush; Saddam Hussein; soldados iraquianos e estadunidenses. As classes dirigentes e a população dos países em conflito podem ser incluídas ou excluídas por significativas motivações ideológicas, como a estratégia

de sustentar os próprios argumentos delegando voz a autoridades ou a civis. A inclusão do movimento islamista pode ser significativa por revelar diferentes classificações e, portanto, diferentes discursos e posicionamentos ideológicos. Uma vez que a invasão ao Iraque foi justificada pela suposta ligação de Saddam com as ações políticas de 11 de setembro, é relevante observar se Bin Laden é incluído ou excluído nos textos. A representação dos soldados dos EUA e do Iraque permite avaliar se o enquadramento da reportagem foi humanista ou militar, ou seja, se soldados foram representados como pessoas ou como “bombas”, por exemplo.

A Tabela 1 – Representação de atores sociais na reportagem “Bush já está em guerra” – mapeia as ocorrências de escolhas representacionais desses atores. Cabe lembrar que a análise contemplou apenas as representações mais explícitas, segundo o quadro analítico delineado, e que a intenção não foi verificar presenças e ausências, e sim, escolhas lingüísticas realizadas pelos atores e suas implicações ideológicas

TABELA 1- Representação dos atores sociais na reportagem “Bush já está em guerra”

Atores sociais	Personalização					Impersonalização		
	Nomeação	Categorização	Generalização	Agregação	Coletivização	Espacialização	Autonomização do enunciado	Instrumentalização
Governo estadunidense (N=24)	4	2			4	12	2	
Governo iraquiano (N=7)		1	1		2	3		
População iraquiana (N=2)					2			
População estadunidense (N=3)				2	1			
Movimento social islamista (N=5)			1		4			
Osama bin Laden (N=0)								
George W. Bush (N=15)	11	3	1					
Saddam (N=17)	15	2						
Soldados iraquianos (N=0)								
Soldados estadunidenses (N=7)			1	1	3			2

Fonte: *Veja* 1, p. 62-5.

Os dados relevantes desse levantamento concernem, primeiramente, à organização em torno do protagonista, representado pelos governantes dos EUA (n=24) e pelo próprio presidente dos EUA, (n=15) e do antagonista, representado por Saddam (n=17), que aparecem nomeados significativas vezes. O governo iraquiano não é representado por meio de nomeação, o que sugere valorização dos governantes dos EUA, tais como Colin Powell, Donald Rumsfeld, Norman Schwarzkopf, Stephen Baker e o ex-presidente George Bush, ou tentativa de legitimação desses discursos. Van Leeuwen (1997: 200) explica que, assim como nas narrativas ficcionais, nas narrativas da imprensa às personagens sem nome cabem apenas papéis passageiros e funcionais, e não se tornam pontos de identificação para o leitor. Além da valorização do seu papel, a classe dirigente dos EUA ainda aparece apoiada por enunciados autonomizados, como ilustra o exemplo (40):

- (40) Estimativa de um comitê do Congresso americano mostra que, em três meses, os gastos com pessoal, operações e transporte de armas deverão consumir até 12,5 bilhões de dólares (*Veja* 1, p. 64).

Como observa Van Leeuwen (1997: 209), a autonomização empresta uma espécie de autoridade impessoal aos enunciados. Nesse sentido, não é possível atribuir facilmente o enunciado a alguém, logo ele ganha o estatuto de “objetividade”, dado que parece não representar uma opinião e, sim, um fato independente de posições subjetivas. Vejamos outro caso de encobrimento de agência nos exemplos seguintes:

- (41) Até lá, os Estados Unidos terão em posição de combate sua força máxima, o que pode chegar a 250 000 soldados (*Veja* 1, p. 64).
- (42) As informações vazadas pela Casa Branca no fim de semana indicavam que se trata de fotos de satélites mostrando o transporte de material suspeito, gravações telefônicas de encontros entre integrantes do regime de Bagdá e terroristas da Al Qaeda (*Veja* 1, p. 64).

Em vez da referência explícita a determinados nomes de atores, o locutor utiliza o recurso representacional da espacialização, que, nesses exemplos, encobre o papel dos atores governantes dos EUA na decisão de enviar ao Iraque 250.000 soldados sem autorização formal da ONU e na denúncia da ligação entre Saddam e movimentos radicais do islã político.

Outro dado relevante toca à coletivização “os americanos”, conforme ilustrado no exemplo a seguir:

- (43) Os americanos só têm a ganhar se conseguirem autorização da ONU para invadir o Iraque e derrubar Saddam Hussein. Para isso, precisarão reverter a resistência à guerra (*Veja* 1, p. 64).

Thompson (2002a: 84-5) enquadra esse dispositivo lingüístico no modo de operação da dissimulação por sinédoque, em que a junção semântica da parte e do todo pode dissimular relações sociais através da confusão ou inversão das relações entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas. Sendo assim, a exemplo do excerto (43), o termo genérico “os americanos” passa a ser usado para se referir ao governo dos EUA. No texto, esse termo oscila entre a representação da população estadunidense e da equipe governamental dos EUA, de tal forma que universaliza, no nível simbólico, o interesse particular dos últimos como sendo de toda a população estadunidense.

A população norte-americana é representada ainda de forma agregada, por dados estatísticos. O exemplo (44) ilustra esse recurso:

- (44) Antes do discurso, apenas 47% dos americanos apoiavam uma intervenção militar no Iraque sem respaldo da ONU. Depois que Bush terminou sua exposição, o índice de aprovação pulou para 67% (*Veja* 1, p. 63).

Como esclarece Van Leeuwen (1997: 195), a agregação é usada muitas vezes para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso, mesmo que se apresente como mero registro de fatos. A agregação da população americana em pesquisas de opinião

sobre a posição contrária ou favorável à guerra serve, portanto, para produzir a opinião de consenso, uma vez que se representa uma suposta maioria a favor da política estadunidense.

O movimento social islamista, por sua vez, é representado sobretudo por meio da coletivização pelas designações *fundamentalistas* ou *terroristas*, conforme mostra o exemplo abaixo:

- (45) Não é difícil imaginar como os fundamentalistas islâmicos poderiam usar a guerra para fomentar o ódio aos EUA na região (*Veja* 1, p. 64).

De acordo com a discussão do capítulo 2 sobre o interesse das elites expresso pela mídia e sobre o deslocamento do termo “terrorismo”, que também pode designar as ações do Império, esse tipo de representação anula todo o caráter político do movimento e o transforma em um grupo de pessoas que gera o medo por motivações estritamente religiosas. A ação e motivação políticas particulares do movimento são descaracterizadas por designações coletivizadas, que ofuscam a resistência à globalização por sugerirem que todos os muçulmanos são igualmente antiocidentais por natureza e não por motivos políticos e históricos.

Quanto aos atores sociais que, por diversos motivos, colocariam suas vidas em risco durante a invasão, cumpre comentar que os soldados americanos são impersonalizados por instrumentalização. Os exemplos (46) e (47) apresentam essa escolha representacional:

- (46) A tendência desta vez é restringir os bombardeios aéreos aos centros de comando (*Veja* 1, p. 65).
- (47) Na prática, a contagem regressiva para a queda de Saddam teve início três meses antes, quando a Casa Branca começou a despachar sua máquina de guerra para o Golfo (*Veja* 1, p. 63).

Em análise da cobertura jornalística da grande mídia, no Brasil e no mundo, à invasão do Iraque pelos EUA em 2003, Aldé (2004) identifica quatro enquadramentos

principais que moldaram, em geral, a cobertura desse conflito: o militar, o econômico, o humanista e o político. Segundo Aldé (2004: 12), a revista *Veja* foi exemplo da adoção da perspectiva militarista da guerra, que se centrou nas táticas e estratégias de guerra, nos arsenais e equipamentos; enfatizou as informações sobre armamentos, trajetórias, mapas, manobras, movimentos, comparação de forças etc. Esse enquadramento reforçou o lado militarmente mais poderoso, chamando atenção para a disparidade de forças e para o cronograma e organização a partir da versão dos invasores.

A pesquisadora mencionada destaca que, em se tratando de notícia sobre uma guerra, constitui um enquadramento evidente, em função do tema, e previsível, dada a carga dramática e imagética preconizada pelos meios de comunicação em massa, entretanto a ênfase ou a exclusividade dessa perspectiva fortalece o argumento da força, destacando o caráter supostamente “inócuo” das gestões contra a guerra e as previsões otimistas do lado mais forte (ALDÉ, 2004: 9). A representação dos soldados americanos e aliados em termos de “os bombardeios aéreos”, no exemplo (46), e “máquina de guerra”, no exemplo (47), em vez de *pessoas* corrobora a afirmação de que a revista *Veja* preconizou a perspectiva belicista, que estancou o debate político e humanitário a respeito das vítimas da guerra e favoreceu a versão dos invasores.

No segundo texto em análise da revista *Veja*, as representações em foco estão, de forma geral, distribuídas como sumariza a Tabela 2 – Representação de atores sociais na reportagem “O califado do medo”:

TABELA 2- Representação de atores sociais na reportagem “O Califado do medo”

Atores sociais	Personalização					Impersonalização		
	Nomeação	Categorização	Generalização	Agregação	Coletivização	Espacialização	Autonomização do enunciado	Instrumentalização
Governo estadunidense (N=10)	1				1	6	2	
Governo iraquiano (N=25)		17	1	2	4		1	
População iraquiana (N=49)	8	11	3	7	20			
População estadunidense (N=1)	1							
Movimento social islamista (N=0)								
Osama bin Laden (N=0)								
George W. Bush (N=0)								
Saddam (N=59)	35	23	1					
Soldados iraquianos (N=6)				3	3			
Soldados estadunidenses (N=1)					1			

Fonte: *Veja* 2, p. 66-73.

Nesse texto, o tema central gira em torno de Saddam, que é representado, sobretudo, por meio de nomeação e categorização. Esta última permite avaliar as designações eleitas para representar Saddam e sua equipe governamental, de tal forma que é possível examinar a posição do locutor em relação a esse ator ou a suas atividades. Vejamos os exemplos a seguir:

- (48) O ditador tirou proveito dos doze anos de sanções econômicas internacionais para contrabandear petróleo e ampliar ainda mais sua fortuna (*Veja 2*, p. 68).
- (49) Para manter essa máquina de horror azeitada, o regime conta com o aparato repressivo mais sofisticado do planeta (*Veja 2*, p. 70).

A funcionalização dos dois atores é representada pelos substantivos “ditador” e “regime”, que conotam autoritarismo e tirania. Se os significados desses termos forem comparados com os significados de outras duas designações possíveis, quais sejam, “presidente” e “gestão”, que, de maneira geral, foram usadas pela mídia para designar W. Bush e sua equipe, é possível notar que as primeiras designações legitimam a posição política de George W. Bush, para quem Saddam era um presidente cruel, autoritário e que, portanto, deve ser destituído.

Nessa reportagem, a população iraquiana é significativamente representada por categorização (n=11) e coletivização (n=20). Tal representação sugere a existência de testemunhas anônimas das atrocidades atribuídas a Saddam, embora familiares do presidente do Iraque à época também componham essa representação da população iraquiana por meio de nomeação. Vejamos o seguinte exemplo:

- (50) De acordo com exilados iraquianos, Udai [filho mais velho de Saddam] costuma torturar pessoalmente os desafetos presos e pede que as sessões sejam gravadas em vídeo para assistir depois. Udai já baleou um tio numa festa de família e espancou até a morte o mordomo do pai (*Veja 2*, p. 71).

A parcela da população que não possui vínculo familiar com o presidente à época do Iraque parece se usada no texto como testemunha de supostos crimes, ao passo que o exemplo (50) apresenta um caso em que um iraquiano, familiar de Saddam, não testemunha supostos crimes e, sim, também os executa, haja vista os verbos “torturar”, “baleou” e “espancou”. Oito ocorrências de nomeação representam familiares de Saddam que também teriam sofrido repressões políticas ou, como Udai, possuiriam as mesmas características “monstruosas” do pai.

Da mesma forma como a seleção de discursos e o trabalho articulatório com eles reflete a luta hegemônica, a escolha por representar determinados atores sociais envolvidos no conflito de maneiras particulares também atribui sentidos à representação sobre parte do mundo. O evento é o mesmo somente em essência, porque à medida que se torna um objeto semiótico, algo sobre o qual se fala, o evento reflete a articulação das ideologias e interesses particulares em luta hegemônica.

4.2.2.2 Representação de atores sociais em *Caros Amigos*

Em contraste com o enquadramento belicista de *Veja*, a revista *Caros Amigos* preconizou a cobertura política, a qual aponta para os significados públicos da guerra, para o processo de tomada de decisões e para exercício do poder, bem como a cobertura humanista, a qual se concentra nos efeitos da guerra sobre as populações submetidas, nas perdas humanas e na destruição civil (ALDÉ, 2004: 9). A Tabela 3 – Representação de atores sociais na reportagem “A complexa guerra do complexo Bush filho” – sumariza os tipos de representação dos atores sociais em foco:

TABELA 3- Representação de atores sociais na reportagem “A complexa guerra do complexo Bush filho”

Atores sociais	Personalização					Impersonalização		
	Nomeação	Categorização	Generalização	Agregação	Coletivização	Espacialização	Autonomização do enunciado	Instrumentalização
Governo estadunidense (N= 26)		4				22		
Governo iraquiano (N= 15)		8			1	6		
População iraquiana (N=9)		9						
População estadunidense (N=1)		1						
Movimento social islamista (N=1)			1					
Osama bin Laden (N= 2)	2							
George W. Bush (N=5)	5							
Saddam (N=7)	7							
Soldados iraquianos (N=2)					2			
Soldados estadunidenses (N=2)					2			

Fonte: *Caros Amigos* 1, p. 12-3.

Nesses dados, destaca-se, primeiramente, a inclusão de Osama bin Laden por nomeação, conforme o exemplo (51) ilustra:

- (51) Primeiro, foram apontados como culpados Bin Laden e seus colaboradores do Taleban, o que justificou a ocupação do Afeganistão, apesar de tanto Bin Laden como o Taleban serem em grande parte criações dos próprios EUA, que os usaram na sua luta contra os soviéticos (*Caros Amigos* 1, p. 13).

O texto em análise propõe uma explanação acerca das guerras anteriores lideradas pelos EUA, bem como das motivações políticas que impulsionaram a invasão ao Iraque. A inclusão de bin Laden por meio da nomeação polemiza a acusação inicial de W. Bush a respeito da ligação entre Saddam e “grupos terroristas”, uma vez que tal acusação perdeu espaço, posteriormente, na cobertura da mídia em geral, quando a atenção voltou-se somente para Saddam, como se o mesmo tivesse liderado as manifestações de 11 de setembro⁴³. Além dessa representação polêmica, o texto lembra que bin Laden foi treinado e financiado pelos EUA quando precisaram dele para combater os russos no Afeganistão (SCOWEN, 2003: 65).

Também cumpre comentar a representação do governo iraquiano segundo a lógica explanatória, que busca uma reflexão acerca da história política independente e auto-suficiente do Iraque, que remonta ao século 18 a.C. até a posse de Saddam em 1975. A população iraquiana também é representada nessa incursão histórica, por meio de nove ocorrências de categorização (n=9), em contraste com apenas uma categorização (n=1) da população estadunidense. O governo dos Estados Unidos é representado, sobretudo pela espacialização (n=22), como uma nação jovem e inexperiente que se considera responsável por uma fanática missão religiosa de salvar o mundo. A cobertura humanista, que se concentra nos efeitos da guerra sobre as populações submetidas, nas perdas humanas e na destruição civil, pode ser exemplificada pela segunda reportagem da *Caros Amigos*. Como sumariza a Tabela 4 – Representação de atores sociais em “Sob ataque” – a população iraquiana constitui a maioria dos atores representados:

⁴³ Ver na subseção 4.3.1.1 o exemplo 8, que traz um excerto do pronunciamento em que Bush faz essa acusação.

TABELA 4- Representação de atores sociais na reportagem “Sob ataque”

Atores sociais	Personalização					Impersonalização		
	Nomeação	Categorização	Generalização	Agregação	Coletivização	Espacialização	Autonomização do enunciado	Instrumentalização
Governo estadunidense (N=8)		2			3	3		
Governo iraquiano (N=2)		2						
População iraquiana (N=55)	20	18	2		15			
População estadunidense (N=0)								
Movimento social islamista (N=0)								
Osama bin Laden (N=0)								
George W. Bush (N=5)	4	1						
Saddam (N=6)	5	1						
Soldados iraquianos (N=0)								
Soldados estadunidenses (N=6)		2		1	2			1

Fonte: *Caros Amigos* 2, p. 29-33.

A reportagem prima pela cobertura dos efeitos da guerra no cotidiano de pessoas comuns, de civis que sofreriam com a futura invasão ao Iraque, visto que esses atores são significativamente representados por nomeação (n=20). Ao contrário da cobertura militar de *Veja*, em que sobretudo as autoridades dos EUA são nomeadas, as coberturas humanista e política prezam pela compreensão das causas políticas e pela possibilidade de intervir na decisão de invadir o Iraque, dado que as reportagens foram publicadas às vésperas da invasão. Embora escape à proposta analítica deste trabalho, convém destacar a diferença entre os atores sociais representados por meio da modalidade semiótica fotografia nas reportagens, conforme Anexos 1, 2, 3 e 4.

Em *Veja*, representam-se os presidentes vigentes dos EUA e do Iraque. O primeiro realizando um proferimento com ar de determinação contra um fundo que expõe um avião Caça F-18, segundo informação constante no box (p. 63). O segundo, é representado por uma foto de 1980, na qual segura um lança-foguetes em posição ameaçadora. A motivação ideológica de criar um inimigo parece apoiar a decisão de usar uma foto de 1980 em uma reportagem publicada em 2003. Em *Caros Amigos*, há o desenho de uma águia furiosa, que representa o governo dos EUA, bem como há uma foto de atores que instigam reflexão sobre as crueldades da guerra praticadas contra crianças inocentes, o que sugere o enquadramento humanista.

Essa pluralidade de enfoques sinaliza a existência de várias ordens de discurso jornalísticas em luta hegemônica. Logo, as maneiras de identificar (-se) discursivamente, bem como de agir e representar, diferem nos veículos de informação. A seção seguinte busca analisar as reportagens segundo o significado identificacional da semiose, em termos dos diferentes estilos manifestos por meio de avaliações e metáforas.

4.3 Discursos jornalísticos como identificação

De acordo com Fairclough (2003a), os significados da semiose – ação, representação e identificação – podem ser encontrados simultaneamente em textos. Embora os três significados sejam distinguidos para propósitos analíticos, eles são dialeticamente relacionados, ou seja, cada um internaliza os outros. Sendo assim, as representações (discursos) particulares identificadas na seção anterior podem ser dialeticamente internalizados em maneiras particulares de ação (gênero reportagem de revista) e em maneiras particulares de identificação (estilos), o que significa que é possível verificar como determinados discursos são inculcados em identidades e como as constituem. Por exemplo, as pressuposições, que fecham a diferença, podem sinalizar a internalização de um determinado discurso nas identidades dos jornalistas.

Entretanto, é preciso considerar a dialética entre estrutura e agência ao abordar a questão da identificação. Primeiro, porque a estrutura social constrange o processo de identificação dos indivíduos, bem como é constrangida por ele. Agentes sociais não são “livres”, mas socialmente constrangidos, embora suas ações não sejam totalmente determinadas (FAIRCLOUGH, 2003a: 22). Segundo, porque a identidade não pode ser reduzida à identidade social construída discursivamente, pois a identificação não é um processo puramente textual, não é apenas uma questão de linguagem. As pessoas não são só pré-posicionadas no modo como participam em eventos sociais e textos, mas são também agentes sociais que atuam no mundo. Segundo Castells (2001: 22-3), *identidade* é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Tal processo pode sofrer interferência de instituições dominantes, mas isso só ocorre quando e se os atores as internalizam, construindo o significado de sua identidade com base nessa internalização.

Sendo assim, é necessário pensar acerca dos constrangimentos sociais que constituem as identificações, bem como da possibilidade de o próprio sujeito constituir sua identificação. A identificação do movimento islamista, por exemplo, não pode ser atribuída integralmente à maneira como as reportagens os identificaram ou representaram, assim como a identificação dos jornalistas não pode ser vista de maneira desvinculada das práticas e estruturas sociais mas, sim, constrangida pelas pressões da relação dialética entre os momentos das práticas sociais da conjuntura em que os textos foram produzidos. Nesta seção, busco analisar como os locutores e os atores sociais envolvidos no conflito internacional identificam (-se) parcialmente em determinados estilos relativamente estáveis. Para tanto, foram analisadas avaliações e metáforas.

4.3.1 Avaliações

A avaliação diz respeito à maneira como autores comprometem-se com o que é considerado desejável ou não, bom ou não. A maneira como as pessoas comprometem-se em textos é uma parte significativa da maneira como se identificam, da texturização de identidades. A categoria avaliação foi analisada nos textos segundo três tipos possíveis de realização: afirmações avaliativas, afirmações com verbos de processo mental afetivo e presunções valorativas.

As afirmações avaliativas são afirmações sobre o que é considerado desejável ou indesejável, bom ou ruim. O elemento avaliativo de uma afirmação pode ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação (FAIRCLOUGH, 2003a: 172). Esse tipo de afirmação tende a se manifestar por processos verbais relacionais, aqueles que apresentam

estados de identidade e de posse (HALLIDAY, 1985: 112), como em “Saddam é cruel”, em que o elemento avaliativo é um atributo. Há também as “avaliações afetivas” que ocorrem com processos verbais mentais, aqueles que envolvem eventos psicológicos, como reflexões, sentimentos e percepções (HALLIDAY, 1985: 106), como em “*gostei* muito daquele povo”. Em oposição às realizações lingüísticas anteriores, os valores presumidos, como em “a autorização da ONU *ajudaria* os EUA”, não apresentam marcadores de avaliação explícitos.

Naturalmente, as avaliações são sempre parciais e denotam filiação a determinadas representações do mundo material, mental, social e não a outras. Logo, freqüentemente têm implicações ideológicas.

4.3.1.1 Avaliações em *Veja*

Na reportagem “Bush já está em guerra”, é possível identificar um estilo afinado com o discurso pró-globalização neoliberal, como outrora verificado nas análises das pressuposições existenciais. Vejamos os exemplos de (52) a (55):

- (52) Disse que o ditador iraquiano estocou armas de destruição em massa com o plano perverso de controlar pela força o petróleo do Golfo Pérsico (*Veja* 1, p. 63).
- (53) E que é um tirano para seu próprio povo (*Veja* 1, p. 63).
- (54) Os americanos só têm a ganhar se conseguirem a autorização da ONU para invadir o Iraque e derrubar Saddam Hussein (*Veja* 1, p. 64).
- (55) Não é difícil imaginar como os fundamentalistas islâmicos poderiam usar a guerra para fomentar o ódio aos EUA na região (*Veja* 1, p. 64).

O exemplo (52) traz uma afirmação avaliativa, embora esteja inserida na frase em vez de ser afirmada. É possível dizer que “com o plano perverso” [“do ditador iraquiano”]

pressupõe a afirmação avaliativa “Saddam é perverso”. Os exemplos (53) e (55) apresentam casos de afirmação avaliativa com processo relacional e o exemplo (54) encerra casos de presunção valorativa expressa pelos significados altamente negativos dos verbos *invadir* e *derrubar*. Fairclough (2003a: 172-3) explica que as avaliações estão sujeitas a uma “escala de intensidade”. Adjetivos e advérbios avaliativos, assim como verbos de processo mental afetivo e outros tipos de verbo, como os do exemplo (54), agrupam-se em conjuntos semânticos de termos que variam de baixa a alta intensidade, como em: Saddam é perigoso/mau/*perverso*; ocupar/ *invadir* e tirar/destituir/*derrubar* Saddam.

O estilo da segunda reportagem, “O califado do medo”, também corrobora a hipótese de que o autor, constrangido pela rede de práticas sociais e pela própria lógica mercadológica da imprensa contemporânea, identifica-se como um sujeito que divide afinidades com a visão de mundo do Império, bem como identifica o mundo muçulmano como um inimigo a ser vencido para o sucesso da empreitada neoliberal, conforme exemplos seguintes:

- (56) Apesar das sanções econômicas, Saddam torrou mais de 25 bilhões de dólares desde 1991 erguendo palácios para seu uso pessoal (*Veja* 2, p. 68).
- (57) Para completar, é (Udai, filho de Saddam) beberrão e mulherengo (*Veja* 2, p. 69).
- (58) Saddam governa pelo terror, mas vive dominado pelo medo de ser derrubado (*Veja* 2, p. 72).

Os exemplos (56) e (58) apresentam afirmações avaliativas localizadas num nível alto de intensidade, que sugerem as escalas usou/gastou/*torrou*; autoridade/força/*terror* e tirar/destituir/*derrubar*, outrora comentado. O exemplo (57) apresenta afirmação valorativa com processo relacional que conota valores negativos condenáveis para as culturas cristãs ocidentais, como o adultério e o vício.

4.3.1.2 Avaliações em *Caros Amigos*

O estilo de *Caros Amigos* identifica os autores das reportagens como contrários à política dos EUA; o grupo político médio-oriental como alvos de uma política globalizada devastadora e os iraquianos como pessoas doces e amigas que gostam de Saddam e têm medo de W. Bush, conforme ilustram os exemplos seguintes, da reportagem “A complexa guerra do complexado Bush filho”:

- (59) [...] sem maiores reações contra seu território, além de atos isolados de terrorismo [...] (*Caros Amigos* 1, p. 12).
- (60) O massacre do Iraque traz embutido, além dos interesses materiais, um fator igualmente assustador: o delírio místico de Bush (*Caros Amigos* 1, p. 12).
- (61) O Iraque era um alvo bastante fácil nessa cruzada, em seguida ao Afeganistão responsabilizado pelos atentados de 11 de setembro (*Caros Amigos* 1, p. 13).

Os exemplos apresentam quatro afirmações avaliativas inseridas nas frases, quais sejam: no exemplo (60), a guerra contra o Iraque é avaliada como um massacre motivado por interesses assustadores; no exemplo (59), o ato político de 11 de setembro é avaliado como um ato isolado, ao contrário das guerras lideradas pelos EUA que são apresentadas no texto como recorrentes; no exemplo (61), o interesse material dos EUA é apresentado como assustador e W. Bush é avaliado como quem não possui equilíbrio mental, apresentando-se, portanto, como o verdadeiro insano em oposição ao senso comum de que Saddam seria louco; o exemplo (61) apresenta afirmação avaliativa por meio de processo relacional, que avalia a guerra como uma decisão estritamente capitalista, pois sugere que o Iraque foi invadido simplesmente por se tratar de um alvo petrolífero fácil.

Em “Sob ataque”, as avaliações referentes aos iraquianos são altamente positivas, e aquelas referentes aos EUA são altamente negativas. O autor identifica-se como um

admirador da cultura árabe, identifica os iraquianos como pessoas dotadas de princípios morais valiosos e o governo estadunidense como quem quer roubar a terra dos iraquianos. Assim, denuncia a estratégia de deslocamento da grande mídia, que atribuiu principalmente a Saddam a culpa pelas mortes de civis iraquianos e não à invasão capitalista e cultural dos EUA que vem sendo promovida há várias décadas. Ver exemplos:

(62) Samir teve um carro destruído por um avião americano, na primeira Guerra do Golfo [...] (*Caros Amigos 2*, p. 29).

(63) Quanta vida! (*Caros Amigos 2*, p. 31).

(64) Todos gostam dele [Mohammad, taxista iraquiano]. Simpático, sorridente, sempre me convida para puxar um narguilé, tomar um arak, chá ou, quem sabe, conhecer alguma bela mulher, o que não falta nesta cidade (*Caros Amigos 2*, p. 31).

(65) Adoram falar, são muito alegres, calorosos, tratam bem quem não quer roubar a terra deles (*Caros Amigos 2*, p. 31).

(66) Deus abençoe esse povo carinhoso (*Caros Amigos 2*, p. 33).

O exemplo (62) apresenta o adjetivo *destruído*, que foi usado pela grande mídia para representar os atos do grupo político médio-oriental, mas que nessa reportagem remete à ação dos EUA. No exemplo (64), há uma avaliação positiva manifesta por verbo de processo mental afetivo referente aos iraquianos. Os exemplos (63), (64), (65) e (66) trazem afirmações avaliativas inseridas em frases que identificam os iraquianos como pessoas unidas e as iraquianas, por sua vez, como belas mulheres que não se sentem oprimidas pelas burcas que tantas vezes alimentaram o espetáculo das imagens mediadas.

Além das avaliações, as metáforas também manifestam um determinado estilo nos textos, conforme mostro na subseção seguinte.

4.3.2 Metáforas

Lakoff & Johnson (2002: 45) defendem que as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. Sendo assim, nosso sistema conceitual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural.

A essência da metáfora, segundo Lakoff & Johnson (2002:49-50), “é compreender uma coisa em termos de outra”, o que implica compreender aspectos de um conceito em termos de outro, no caso das *metáforas conceptuais*; organizar conceitos em relação a uma orientação espacial, no caso da *metáforas orientacionais* e, finalmente, compreender nossas experiências em termos de entidades, objetos e substâncias, no caso das *metáforas ontológicas*. Todos os tipos de metáfora necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos do que se representa. Fairclough (2001: 241) registra que quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-lo.

4.3.2.1 Metáforas em *Veja*

Em artigo intitulado “Metáforas do terror”, Lakoff (2004) defende que as imagens sobre os atos políticos de 11 de setembro mudaram os cérebros dos norte-americanos. Edifícios teriam sido apresentados como pessoas com olhos, narizes e bocas representados por janelas. Os aviões que atravessaram as torres, compreendidos como balas que passam por uma cabeça. A queda da torre seria um corpo caindo. A imagem posterior seria o inferno: cinza, fumaça, o esqueleto de edifício, escuridão e sofrimento. A queda das torres teria representado o abalo da estrutura da sociedade estadunidense, uma vez que experienciamos a organização social em termos de edifícios, quando, por exemplo, dizemos que algo é “o alicerce” ou “a base” da sociedade.

Assim como essas metáforas suscitadas pelas imagens foram capazes de alterar a maneira como muitos viam Nova Iorque e o evento político de 11 de setembro, as metáforas usadas pela imprensa brasileira também ajudaram a constituir uma determinada visão acerca da invasão ao Iraque e dos atores sociais direta ou indiretamente envolvidos, conforme exemplos discutidos a seguir. Das duas reportagens em análise da revista *Veja*, destaco as seguintes metáforas:

- (67) Na prática, a contagem regressiva para a queda de Saddam teve início há três meses [...] (*Veja* 1, p. 63).
- (68) Os estrategistas americanos apostam no poderio bélico despachado para o Golfo para decidir a guerra e derrubar Saddam [...] (*Veja* 1, p. 64).
- (69) Bush, na metade do mandato, está entrando num período de campo minado em relação à política econômica de seu governo (*Veja* 1, p. 64).
- (70) Em 1991, os EUA e seus aliados precisaram de seis semanas de bombardeios e menos de 72 horas para liquidar a fatura (*Veja* 1, p. 65).

- (71) A dúvida é como o ditador iraquiano reagirá a uma invasão que tem o objetivo específico de derrubá-lo (*Veja 2*, p. 73).
- (72) Saddam governa pelo terror, mas vive dominado pelo medo de ser derrubado (*Veja 2*, p. 72).
- (73) É por isso que Saddam tentou abocanhar novos territórios pelo caminho da força (*Veja 2*, p. 73).

As metáforas em destaque nos exemplos (67), (68), (71) e (72) organizam conceitos em relação a uma orientação espacial. As palavras “queda” e “derrubar” e cognatas organizam o conceito de poder segundo a metáfora orientacional apresentada por Lakoff & Johnson (2002: 61-2), qual seja, ter controle ou força é para cima; estar sujeito a controle ou força é para baixo. Na cultura ocidental, espacialização para baixo é experienciada em termos do que é mau e para cima, do que é bom. Sendo assim, as palavras “queda” e “derrubar” representam Saddam em termos da sujeição à força dos invasores estadunidenses, bem como em termos do que é mau.

Os exemplos (69), (70) e (73), por sua vez, apresentam metáforas conceptuais. A política econômica do governo W. Bush é experienciada em termos de guerra no exemplo (69), o que sugere um estilo próprio do enquadramento bélico das notícias que favoreceu o discurso do invasor. A morte de vítimas de guerras é experienciada em termos de transação comercial no exemplo (70): *liquidar a fatura* representa vencer a guerra e denota afinidade com o discurso favorável à invasão e com o discurso capitalista que ajuda a sustentar a hegemonia dos EUA. No exemplo (73), a palavra “abocanhar” identifica Saddam em termos de ações não-humanas, animais. Na cultura ocidental, as pessoas se vêem como tendo controle sobre os animais e é a capacidade especificamente humana de atividade racional que coloca os seres humanos acima dos outros animais e lhes propicia esse controle (LAKOFF & JOHNSON, 2002: 65). Sendo assim, Saddam é representado em termos de sujeição, de irracionalidade, enfim, do que é mau. Dessa forma, a metáfora dissimula relações entre os grupos políticos envolvidos no conflito e, por meio da acentuação de determinadas

características que sugerem maldade, insanidade e fragilidade de Saddam, impõe sentidos negativos ao grupo político médio-oriental.

4.3.2.2 Metáforas em *Caros Amigos*

Nas reportagens da revista *Caros Amigos*, encontrei as principais metáforas:

- (74) Com a destruição do Império do Mal, a URSS e sua economia estatizada, os EUA se viram livres para fazer sua cruzada em escala mundial (*Caros Amigos* 1, p. 13).
- (75) [...] o país passou a sofrer os efeitos da expansão do capitalismo ocidental [...] (*Caros Amigos* 1, p. 13).
- (76) A bandeira do Iraque vermelha, preta e branca com três estrelas brancas, trêmula (*Caros Amigos* 1, p. 30).
- (77) Samir mostra cicatrices na estrada que havia sido destruída na outra guerra e restos de carros, ferragens às margens (*Caros Amigos* 1, p. 30).
- (78) O embargo matou até mais do que os ataques nas zonas de exclusão aérea e minou a resistência do país, deixando-o à mercê do inimigo (*Caros Amigos* 1, p. 30).

A palavra “destruição” e cognata “destruída”, dos exemplos (74) e (77) representam as ações dos EUA de forma negativa, denotando concepção espacial para baixo, visto que “destruir” opõe-se à conotação da palavra “levantar”, cuja orientação é para cima. Em *Veja*, as palavras que conotam *destruição* e *maldade* são associadas ideologicamente ao grupo político médio-oriental, ao passo que em *Caros Amigos*, o inimigo é o invasor, a exemplo do excerto (78), que identifica o embargo econômico imposto ao Iraque após a Primeira Guerra do Golfo, em 1990 (ver subseção 2.1.2), em termos de guerra por meio da metáfora conceptual “minar”. O exemplo (74) atualiza, num contexto irônico, a metáfora conceptual empregada por representantes governamentais dos EUA para representar a União Soviética e,

posteriormente, para representar Irã, Iraque e Coréia do norte. Essa metáfora usada por W. Bush experiencia os três últimos países em termos do que é mau e perigoso, acentuando características negativas em favor da relação assimétrica de poder.

Os exemplos (75), (76) e (77) apresentam metáforas ontológicas, em que objetos físicos são concebidos como pessoas. A personalização permite dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, que se baseiam na maneira particular como vemos determinadas entidades e relações. A “bandeira do Iraque trêmula”, “as cicatrizes na estrada” e “o país passou a sofrer” caracterizam o enfoque humanista da reportagem, que discute os efeitos da guerra sobre as populações e a destruição civil, além de sugerirem que o verdadeiro medo é imposto pelos EUA e não pelo Iraque; que o inimigo é W. Bush e não Saddam, e que as consecutivas invasões estadunidenses são relacionadas medo, sofrimento e doença, que resultam cicatrizes.

As visões particulares do mundo, internalizadas em gêneros, discursos e estilos, não só descrevem a realidade, mas contribuem para criar a realidade que se noticia. Uma vez que o poder simbólico de constituir o dado pela enunciação, de confirmar ou de transformar a visão do mundo só se exerce se for *ignorado* como arbitrário (BOURDIEU, 2003: 14), a repetição da visão de mundo hegemônica nos discursos midiáticos torna a grande mídia uma instituição potencialmente capaz de garantir a ignorância, bem como a sustentação da criação da realidade à imagem do discurso hegemônico. A naturalização do propósito regulador do gênero reportagem de revista; da representação que privilegia determinados discursos, vozes e atores e das avaliações e metáforas que inculcam sentidos negativos ao grupo político médio-oriental possibilita a ação da ideologia por meio da violência simbólica, “do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 2003: 12).

Entender que a mídia constrói a realidade segundo uma visão particular de mundo, submetida, por exemplo, às pressões do mercado e da ideologia dominante, e que há leituras diferentes de um mesmo evento pode ser um princípio para uma leitura crítica que considere tanto a existência de diferentes interesses de grupos sociais particulares em luta hegemônica quanto o texto da notícia como um processo social que internaliza essa luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurei refletir, com base na prática explanatória da ADC, sobre as maneiras como o momento semiótico da prática da imprensa articula-se com a ação e interação sociais, com as relações sociais, com as pessoas (e suas crenças, valores, atitudes, histórias etc.) e, finalmente, com o mundo material. A prática transdisciplinar da ADC forneceu meios para pesquisar textos jornalísticos como eventos sociais que tanto formam a vida social quanto são formados por ela. Sendo assim, os textos em análise não foram vistos como mero material lingüístico, mas como um processo e um produto social.

Por meio da análise dos textos da mídia impressa como processos e produtos sociais foi possível verificar que a experiência mediada, característica da modernidade tardia, não pode ser considerada somente um ganho para a *ação* humana, dado que, em determinadas práticas, textos desencaxados da realidade local contribuem para instaurar ou sustentar relações de dominação. Na conjuntura de relações globais do Império, o desencaxe de tempo e espaço pode ser usado em favor da disciplina e da dominação em vez de agir em favor do aumento da reflexividade crítica e da resistência às imposições do Império.

Pesquisar sobre o potencial ideológico de significados de textos desencaxados nas práticas modernas tardias, bem como sobre as maneiras como efeitos sociais ideológicos podem ser desencadeados pelos mesmos significados, representa uma contribuição para disseminar a idéia de que textos tanto internalizam lutas hegemônicas quanto são acionados como recurso na luta pela obtenção do consenso, ou seja, na luta pela tentativa de universalizar um discurso particular que encerra interesses particulares que favorecem apenas um determinado grupo de pessoas.

Um dos resultados desta pesquisa diz respeito à constatação de que a própria condição economicamente desfavorável do Brasil em relação aos EUA, resultado do sistema

competitivo do novo capitalismo, torna o discurso da mídia brasileira significativamente dependente do Império. Apesar de o Brasil não ter apoiado a invasão contra o Iraque, a grande mídia brasileira mostra-se dependente do discurso hegemônico, quer seja por partilhar dos interesses do mercado neoliberal competitivo, quer seja por ter como fonte principal o discurso do invasor na produção de notícias. Nesse contexto, cumpre lembrar que o poder hegemônico busca sustentação também por meio da divulgação, em escala global, de textos tanto explícita quanto implicitamente favoráveis aos EUA. Neste último caso, em função de constrangimentos, a exemplo do econômico, gerados por esse poder único global que tenta sucumbir culturas, visões, opiniões e discursos alternativos.

A articulação global do discurso hegemônico com o discurso local da imprensa brasileira foi vista neste trabalho sob duas configurações, uma disciplinadora e outra transformadora.

A análise da maneira como as publicações *agem* discursivamente mostrou que, quanto ao gênero, a revista mais vendida, *Veja*, apresenta características genéricas mais disciplinadoras, haja vista o propósito da narração e da argumentação nas reportagens segundo a lógica das aparências, que apenas lista determinadas aparências relacionadas a eventos sem referência às práticas e às estruturas de poder determinantes desses eventos.

A revista menos vendida, *Caros Amigos*, apresenta características genéricas transformadoras, haja vista que o propósito da argumentação é mais orientado para a compreensão do conflito internacional do que para a obtenção de resultados disciplinadores ou econômicos, dada a lógica explanatória das reportagens, que busca interpretar o conflito internacional com referência a práticas e estruturas de poder determinantes da invasão. Outra característica transformadora diz respeito ao uso predominante do gênero desencaixado entrevista, que dá abertura para a voz das vítimas. Ainda em relação ao significado acional da semiótica, a intertextualidade em *Veja* primou pela representação de vozes de governantes dos

EUA, de especialistas políticos ou militares, bem como de grupos do Iraque que representavam ideologicamente uma espécie de fragmentação dessa nação. Em *Caros Amigos*, também há presença da voz de especialistas, mas, ao contrário de *Veja*, as vozes de tais estudiosos são representadas e articuladas com o intuito de esclarecer, com base na história dos EUA, os motivos políticos e econômicos que levaram W. Bush a invadir o Iraque. Somente em *Caros Amigos*, ouviram-se as vozes de estudantes, médicos, professores, taxistas iraquianos, ou seja, somente a leitura alternativa representou vozes das vítimas da invasão, as quais não foram apresentadas como fundamentalistas, a exemplo da grande mídia, mas como cidadãos que tiveram suas rotinas familiares e laborais afetadas pela invasão.

Sendo assim, *Veja* age discursivamente na prática social em favor da manutenção da hegemonia dos EUA, ao passo que *Caros Amigos* tenta subverter tal relação de dominação em nível global apontando as verdadeiras vítimas e as verdadeiras motivações neoliberais que impulsionam as ações bélicas dos EUA.

Em segundo lugar, a análise da maneira como as publicações *representam* o evento e os atores nele envolvidos mostrou que, quanto à interdiscursividade, ou seja, quanto aos discursos articulados no discurso jornalístico, a revista *Veja* designa elementos envolvidos no conflito com base na visão neoliberal dos governantes dos EUA, por meio da internalização, proposital ou não, do discurso de W. Bush. Dessa forma, os discursos de políticos pró-globalização neoliberal, da Defesa Nacional dos EUA, bem como de policiais peritos, ao sabor de narrativas policiais, são articulados com o discurso jornalístico a fim de fabricar um consenso favorável à invasão ao Iraque.

Na revista *Caros Amigos*, por sua vez, a interdiscursividade articula de forma transformadora discursos da Igreja presbiteriana, da História, do Império e do mundo da vida, a fim de questionar o preconceito contra a religião muçulmana, a soberania dos EUA, bem como a identidade estigmatizadora que a mídia tentou construir para os iraquianos.

O cotejo entre o discurso de *Veja* e de *Caros Amigos* mostrou, por exemplo, que as diferentes maneiras de se designar a invasão ao Iraque, como “massacre” em oposição a “intervenção militar” incorpora visões particulares presentes na rede de práticas sociais e as articula na luta hegemônica no nível do momento semiótico. A visão particular de *Veja* coaduna-se com a visão do governo dos EUA, ao passo que a visão particular de *Caros Amigos* refuta e polemiza a visão dos EUA.

Quanto à representação de atores sociais, *Veja* organizou textos em torno do protagonista, representado por W. Bush, e do antagonista, representado por Saddam, o que já empresta papel exclusivo de bandido ao último. Os atores governantes dos EUA foram representados em *Veja* por nomes próprios, por enunciados autonomizados e pela espacialização, que desencadeiam efeitos de sentido de valorização dos invasores em detrimento das vítimas, bem como desagencializa os governantes dos EUA na decisão tirânica de invadir o Iraque. A população norte-americana, por sua vez, foi representada de forma agregada, de forma tal que desencadeia um sentido disciplinador, usado para regulamentar a prática e produzir opinião de consenso favorável à guerra. O movimento social islamista foi representado em *Veja* sobretudo por meio da coletivização pelas designações *fundamentalistas* ou *terroristas*, de tal forma que o caráter político do movimento é anulado e convertido em fanatismo religioso. A representação dos soldados americanos também apresenta alto cunho ideológico, visto que os mesmos foram representados pela instrumentalização, que os desumaniza, a fim de dissimular um caráter supostamente inócuo da guerra. Saddam é representado como o bandido, por lexicalizações que conotam autoritarismo e tirania, como *ditador*, em oposição à lexicalização *presidente*, associada a W. Bush.

Ainda quanto à representação de atores sociais, a revista *Caros Amigos*, em oposição ao enquadramento belicista de *Veja*, apresentou enquadramento político e humanista. Incluiu

Osama bin Laden por meio da nomeação e polemizou a acusação inicial de W. Bush a respeito da ligação entre Saddam e grupos terroristas. Ao contrário da cobertura militar de *Veja*, que favoreceu o discurso do invasor, a cobertura humanista e política de *Caros Amigos* primou pela compreensão das causas políticas e pela possibilidade de intervir na decisão de invadir o Iraque, visto que as reportagens foram publicadas às vésperas da invasão. É certo que discursos jornalísticos representam aspectos do mundo de maneiras particulares, ligadas a interesses particulares, e não, ao contrário da visão naturalizada, representam uma suposta realidade objetiva em notícias supostamente “imparciais”.

Finalmente, a análise da maneira como os jornalistas *identificam*, por meio de avaliações, a si mesmos e aos atores sociais envolvidos no conflito apontou em *Veja* um estilo jornalístico que, constrangido pela rede de práticas sociais e pela própria lógica mercadológica da imprensa contemporânea, divide afinidades com a visão de mundo do Império, bem como identifica o mundo muçulmano como um inimigo a ser vencido para o sucesso da empreitada neoliberal. O estilo de *Caros Amigos*, por sua vez, identificou os autores das reportagens como contrários à política dos EUA; o grupo político médio-oriental como alvo de uma política globalizada devastadora e os iraquianos como pessoas doces e amigas.

Em relação à maneira de identificar (-se) por meio de metáforas, *Veja* representou Saddam em termos da sujeição à força dos invasores estadunidenses, bem como em termos do que é mau, de sorte que as metáforas dissimulam relações entre os grupos políticos envolvidos no conflito e, por meio da acentuação de determinadas características que sugerem maldade, insanidade e fragilidade de Saddam, impõem sentidos negativos ao grupo político médio-oriental. Em *Caros Amigos*, ao contrário de *Veja*, as ações dos EUA e de W. Bush, e não de Saddam, são identificadas de forma negativa. Os iraquianos são experienciados como vítimas sujeitas ao controle externo prejudicial dos EUA. Em *Veja*, as palavras que conotam

destruição e maldade são associadas ideologicamente ao grupo político médio-oriental, ao passo que em *Caros Amigos*, o inimigo é o invasor. As metáforas ontológicas, em que objetos físicos são concebidos como pessoas, caracterizam o enfoque humanista das reportagens de *Caros Amigos*, além de sugerirem que o verdadeiro medo é imposto pelos EUA e não pelo Iraque e que o inimigo global é W. Bush e não Saddam.

Sendo assim, a análise dos textos como processos e produtos sociais mostrou que o evento noticiado é o mesmo somente em essência, porque à medida que se torna um objeto semiótico, algo sobre o qual se fala, o evento reflete a articulação das ideologias e interesses particulares em luta hegemônica. Essa articulação de interesses particulares sinaliza a existência de várias ordens de discurso jornalísticas em luta hegemônica, decorrentes dos vários enfoques e diferentes visões envolvidos na prática de noticiar. Dado que significados de textos acarretam mudanças em crenças, atitudes, valores, conhecimentos, ações, relações sociais e no mundo material, o problema nesta pesquisa diz respeito à prática de noticiar vinculada aos interesses de dominação particulares do Império, a exemplo da revista *Veja*. Os resultados desta análise apontam para o fato de que a grande mídia brasileira reproduziu o discurso ideológico proveniente dos EUA, o que pode ter influenciado tanto a construção parcial de uma identidade social negativa para iraquianos e muçulmanos quanto a opinião pública a respeito da legitimidade de se liderar o massacre no Iraque.

A posição transformadora de *Caros Amigos*, bem como dos movimentos sociais, como o islã político, que lutam contra esse tipo de poder global, apontam para duas possíveis maneiras de superar o problema da disciplina em escala global favorável ao Império e parcialmente assegurada pelo consenso obtido por meio da atividade essencialmente semiótica do jornalismo. A primeira maneira de superar o problema emana da demonstração da possibilidade de se noticiar a serviço da libertação e do esclarecimento de questões envolvidas em lutas pelo poder. A segunda, a despeito de sua natureza violenta, e, portanto,

igualmente condenável, por elucidar a possibilidade da intervenção da agência social em estruturas cristalizadas de dominação, visto que o mundo não é um conjunto de coisas acabadas, mas um complexo de processos em articulação e modificação ininterrupta.

Na ordem hegemônica sustentada pelo Império é difícil localizar o inimigo contra o qual devemos nos rebelar, porque, primeiro, parece não mais existir patrão nem emprego estáveis, de forma tal que o regime salarial é substituído por um sistema monetário flexível e global sem dono. Segundo, porque a polícia parece ter adquirido uma dimensão global inalcançável. Terceiro, porque o exercício da dominação saiu das escolas, hospitais e prisões e hoje é assegurado por redes de comunicação (HARDT & NEGRI, 2004). Sendo assim, a exploração e a dominação constituem um não-lugar geral no terreno imperial e, nessa conjuntura, a “nova ordem” temporariamente sustentada é apresentada como um fenômeno inerte da natureza, desprovido de motivações políticas e históricas.

Acredito que pesquisas como esta, no momento em que se tornam públicas e capazes de atingir as pessoas que lêem notícias ou as interpretam em sala de aula, podem contribuir de alguma forma para o reconhecimento do poder da linguagem na instauração, manutenção e subversão de relações de dominação, bem como para o aumento da possibilidade de as pessoas tornarem-se capazes de agir coletivamente na busca de uma mudança social favorável aos atuais perdedores da globalização imperial, e, por fim, podem contribuir para o reconhecimento do discurso da soberania imperial como o inimigo hodierno contra o qual devemos lutar.

Se uma melhor compreensão do funcionamento e dos possíveis efeitos da ideologia em textos pode intervir em relações de dominação de tal forma que as mesmas possam ser transformadas, este trabalho pode representar um recurso político importante tanto na crítica ao exercício da dominação dos EUA, parcialmente assegurada por textos, quanto na

elucidação de que mazelas sociais não são fenômenos, sim, resultados de lutas pelo poder parcialmente travadas por meio da semiose.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1991.

ALDÉ, A. *Enquadramentos do Iraque*. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacao politica/alessandra2004.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2004.

AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 75-101.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997[1953].

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002[1929].

BARELLA, J. E. O califado do medo. *Veja*, São Paulo, ed. 1788, ano 36, n.5, 5 fev. 2002, p. 66-73.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. & ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

BELLIGNI, S. Hegemonia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de Política*. v. 1. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 579-581.

BHASKAR, R. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead : Harvester Wheatsheaf, 1989.

BOBBIO, N. Democracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de Política*. v. 1. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 319-329.

BOBBIO, N. Paz. In: SANTILLÁN, J. F. (org.). *Norberto Bobbio: o filósofo e a política: antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. p. 317-49.

BOURDIEU, P. & Wacquant, L. *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, H. N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: BRANDÃO, H. N. (coord.) *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 17-45.

Bush já está em guerra. *Veja*, São Paulo, ed. 1788, ano 36, n. 5, 5 fev. 2002, p. 62-5.

BUSH, G. W. *President Delivers "State of the Union"*. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em 10 out. 2004.

BUSH, G. W. *President Delivers "State of the Union"*. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030128-19.html>>. Acesso em 10 out. 2004.

CARDOSO, A. M. *Terrorismo e segurança em um estado social democrático e de direito*. *Revista CEJ*, Brasília, n.18, jul./set. 2002, p.47-53. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/numero18/artigo10.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2004.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-79.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University Press, 1999.

COMBS, C. C. *Terrorism in the twenty-first century*. New Jersey: Prentice-Hall, 1997.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.) *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003b. p. 179-203.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York: Longman, 1989.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003[1971].

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: Unesp, 2001.

GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1987, p. 281-392.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIDDENS, A.; BECK, U. & LASH, S. (org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GRAMSCI, A. *A Gramsci reader: selected writings 1916-1935*. David Forgacs (org.). London: Lawrence and Wishart, 1988.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995[1955].

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madri: Akal, 2004.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of a difference*. London: Blackwell, 1996.

JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

KALILI, S. Sob ataque. *Caros Amigos*. São Paulo, ano VII, n. 73, abr. 2003, p. 29-33.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LAKOFF, G. *Metaphors of terror*. Disponível em: <<http://www.press.uchicago.edu/News/911lakoff.html>>. Acesso em 8 nov. 2004.

LAMAZIÈRE, G. *Ordem, hegemonia e transgressão: a Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas e o regime internacional de não proliferação de armas de destruição em massa*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: GIDDENS, A.; BECK, U. & LASH, S. (org.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 135-206.

LUSTOSA, E. O texto da notícia. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002[1846].

MORELLI, A. *Principios elementales de la propaganda de guerra* (utilizables en caso de guerra fría, caliente o tibia). Argitaletxe HIRU, Hondarribia (Guipúzcoa), 2001.

MOTTA, L. G. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 125-148.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NOVELLI, A. L. O Projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 181-197.

ONU, 2004. Resolución 687 (1991). Disponível em <<http://www.cinu.org.mx/temas/iraq/doctos/687.pdf>>. Acesso em 4 ago. 2004.

POMPEU, R. A complexa guerra do complexado Bush filho. *Caros Amigos*, São Paulo, ano VII, n. 73, abr. 2003, p. 12-3.

RAJAGOPALAN, K. Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In: RAJAGOPALAN, K. (ed.). *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003. p. 81-8.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RESENDE, V. & RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre as práticas: implicações teórico-metodológicas. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. Vol. 5, n. 2, Tubarão, no prelo.

RIOS, G. *Literacy discourses in two socio-economically differentiated neighbourhoods in Brazil*. Unpublished PhD thesis. Lancaster, UK: Dept. of Linguistics and Modern English Language, Lancaster University, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística geral*. São Paulo. Cultrix, 1981 [1916].

SCOWEN, P. *O livro negro dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEABRA, R. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.31-46.

SODRÉ, M. & FERRARI, M. H. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

STIGLITZ, J. E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SWALES, J. *Genre analysis: english in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002b.

van DIJK, T. A. *Élite, discurso y racismo*. Barcelona: Gedisa, 2003.

van LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R.(org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p.169-222.

VILAS BOAS, S. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.) *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.

ANEXOS

Anexo 1 – Reportagem “Bush já está em guerra” (*Veja* 1)

Anexo 2 – Reportagem “O califado do medo” (*Veja* 2)

Anexo 3 – Reportagem “A complexa guerra do complexado Bush Filho” (*Caros Amigos*

1)

Anexo 4 – Reportagem “Sob ataque” (*Caros Amigos 2*)

**Anexo 5 – Proferimento de George W. Bush sobre “O Estado da União”, em 29 jan.
2002 (Proferimento 1)**

President Delivers State of the Union Address

The President's State of the Union Address
The United States Capitol
Washington, D.C.

For Immediate Release
Office of the Press Secretary
January 29, 2002

9:15 P.M. EST

THE PRESIDENT: Thank you very much. Mr. Speaker, Vice President Cheney, members of Congress, distinguished guests, fellow citizens: As we gather tonight, our nation is at war, our economy is in recession, and the civilized world faces unprecedented dangers. Yet the state of our Union has never been stronger. (Applause.)



White House photo by Eric Draper

We last met in an hour of shock and suffering. In four short months, our nation has comforted the victims, begun to rebuild New York and the Pentagon, rallied a great coalition, captured, arrested, and rid the world of thousands of terrorists, destroyed Afghanistan's terrorist training camps, saved a people from starvation, and freed a country from brutal oppression. (Applause.)

The American flag flies again over our embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay. (Applause.) And terrorist leaders who urged followers to sacrifice their lives are running for their own. (Applause.)

America and Afghanistan are now allies against terror. We'll be partners in rebuilding that country. And this evening we welcome the distinguished interim leader of a liberated Afghanistan: Chairman Hamid Karzai. (Applause.)

The last time we met in this chamber, the mothers and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today women are free, and are part of Afghanistan's new government. And we welcome the new Minister of Women's Affairs, Doctor Sima Samar. (Applause.)

Our progress is a tribute to the spirit of the Afghan people, to the resolve of our coalition, and to the might of the United States military. (Applause.) When I called our troops into action, I did so with complete confidence in their courage and skill. And tonight, thanks to them, we are winning the war on terror. (Applause.) The man and women of our Armed Forces have delivered a message now clear to every enemy of the United States: Even 7,000 miles away, across oceans and continents, on mountaintops and in caves -- you will not escape the justice of this nation. (Applause.)

For many Americans, these four months have brought sorrow, and pain that will never completely go away. Every day a retired firefighter returns to Ground Zero, to feel closer to his two sons who died there. At a memorial in New York, a little boy left his football with a note for his lost father: Dear Daddy, please take this to heaven. I don't want to play football until I can play with you again some day.

Last month, at the grave of her husband, Michael, a CIA officer and Marine who died in Mazur-e-Sharif, Shannon Spann said these words of farewell: "Semper Fi, my love." Shannon is with us tonight. (Applause.)

Shannon, I assure you and all who have lost a loved one that our cause is just, and our country will never forget the debt we owe Michael and all who gave their lives for freedom.

Our cause is just, and it continues. Our discoveries in Afghanistan confirmed our worst fears, and showed us the true scope of the task ahead. We have seen the depth of our enemies' hatred in videos, where they laugh about the loss of innocent life. And the depth of their hatred is equaled by the madness of the destruction they design. We have found diagrams of American nuclear power plants and public water facilities, detailed instructions for making chemical weapons, surveillance maps of American cities, and thorough descriptions of landmarks in America and throughout the world.

What we have found in Afghanistan confirms that, far from ending there, our war against terror is only beginning. Most of the 19 men who hijacked planes on September the 11th were trained in Afghanistan's camps, and so were tens of thousands of others. Thousands of dangerous killers, schooled in the methods of murder, often supported by outlaw regimes, are now spread throughout the world like ticking time bombs, set to go off without warning.

Thanks to the work of our law enforcement officials and coalition partners, hundreds of terrorists have been arrested. Yet, tens of thousands of trained terrorists are still at large. These enemies view the entire world as a battlefield, and we must pursue them wherever they are. (Applause.) So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk. And America and our allies must not, and will not, allow it. (Applause.)

Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world. (Applause.)

Our military has put the terror training camps of Afghanistan out of business, yet camps still exist in at least a dozen countries. A terrorist underworld -- including groups like Hamas, Hezbollah, Islamic Jihad, Jaish-i-Mohammed -- operates in remote jungles and deserts, and hides in the centers of large cities.

While the most visible military action is in Afghanistan, America is acting elsewhere. We now have troops in the Philippines, helping to train that country's armed forces to go after terrorist cells that have executed an American, and still hold hostages. Our soldiers, working with the Bosnian government, seized terrorists who were plotting to bomb our embassy. Our Navy is patrolling the coast of Africa to block the shipment of weapons and the establishment of terrorist camps in Somalia.

My hope is that all nations will heed our call, and eliminate the terrorist parasites who threaten their countries and our own. Many nations are acting forcefully. Pakistan is now cracking down on terror, and I admire the strong leadership of President Musharraf. (Applause.)

But some governments will be timid in the face of terror. And make no mistake about it: If they do not act, America will. (Applause.)

Our second goal is to prevent regimes that sponsor terror from threatening America or our friends and allies with weapons of mass destruction. Some of these regimes have been pretty quiet since September the 11th. But we know their true nature. North Korea is a regime arming with missiles and weapons of mass destruction, while starving its citizens.

Iran aggressively pursues these weapons and exports terror, while an unelected few repress the Iranian people's hope for freedom.

Iraq continues to flaunt its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. This is a regime that has already used poison gas to murder thousands of its own citizens -- leaving the bodies of mothers huddled over their dead children. This is a regime that agreed to international inspections -- then kicked out the inspectors. This is a regime that has something to hide from the civilized world.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.

We will work closely with our coalition to deny terrorists and their state sponsors the materials, technology, and expertise to make and deliver weapons of mass destruction. We will develop and deploy effective missile defenses to protect America and our allies from sudden attack. (Applause.) And all nations should know: America will do what is necessary to ensure our nation's security.

We'll be deliberate, yet time is not on our side. I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer. The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons. (Applause.)

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch -- yet it must be and it will be waged on our watch.

We can't stop short. If we stop now -- leaving terror camps intact and terror states unchecked -- our sense of security would be false and temporary. History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight. (Applause.)

Our first priority must always be the security of our nation, and that will be reflected in the budget I send to Congress. My budget supports three great goals for America: We will win this war; we'll protect our homeland; and we will revive our economy.

September the 11th brought out the best in America, and the best in this Congress. And I join the American people in applauding your unity and resolve. (Applause.) Now Americans deserve to have this same spirit directed toward addressing problems here at home. I'm a proud member of my party - - yet as we act to win the war, protect our people, and create jobs in America, we must act, first and foremost, not as Republicans, not as Democrats, but as Americans. (Applause.)

It costs a lot to fight this war. We have spent more than a billion dollars a month -- over \$30 million a day -- and we must be prepared for future operations. Afghanistan proved that expensive precision weapons defeat the enemy and spare innocent lives, and we need more of them. We need to replace aging aircraft and make our military more agile, to put our troops anywhere in the world quickly and safely. Our men and women in uniform deserve the best weapons, the best equipment, the best training -- and they also deserve another pay raise. (Applause.)

My budget includes the largest increase in defense spending in two decades -- because while the price of freedom and security is high, it is never too high. Whatever it costs to defend our country, we will pay. (Applause.)

The next priority of my budget is to do everything possible to protect our citizens and strengthen our nation against the ongoing threat of another attack. Time and distance from the events of September the 11th will not make us safer unless we act on its lessons. America is no longer protected by vast oceans. We are protected from attack only by vigorous action abroad, and increased vigilance at home.

My budget nearly doubles funding for a sustained strategy of homeland security, focused on four key areas: bioterrorism, emergency response, airport and border security, and improved intelligence. We will develop vaccines to fight anthrax and other deadly diseases. We'll increase funding to help states and communities train and equip our heroic police and firefighters. (Applause.) We will improve intelligence collection and sharing, expand patrols at our borders, strengthen the security of air travel, and use technology to track the arrivals and departures of visitors to the United States. (Applause.)

Homeland security will make America not only stronger, but, in many ways, better. Knowledge gained from bioterrorism research will improve public health. Stronger police and fire departments will mean

safer neighborhoods. Stricter border enforcement will help combat illegal drugs. (Applause.) And as government works to better secure our homeland, America will continue to depend on the eyes and ears of alert citizens.

A few days before Christmas, an airline flight attendant spotted a passenger lighting a match. The crew and passengers quickly subdued the man, who had been trained by al Qaeda and was armed with explosives. The people on that plane were alert and, as a result, likely saved nearly 200 lives. And tonight we welcome and thank flight attendants Hermis Moutardier and Christina Jones. (Applause.)

Once we have funded our national security and our homeland security, the final great priority of my budget is economic security for the American people. (Applause.) To achieve these great national objectives -- to win the war, protect the homeland, and revitalize our economy -- our budget will run a deficit that will be small and short-term, so long as Congress restrains spending and acts in a fiscally responsible manner. (Applause.) We have clear priorities and we must act at home with the same purpose and resolve we have shown overseas: We'll prevail in the war, and we will defeat this recession. (Applause.)

Americans who have lost their jobs need our help and I support extending unemployment benefits and direct assistance for health care coverage. (Applause.) Yet, American workers want more than unemployment checks -- they want a steady paycheck. (Applause.) When America works, America prospers, so my economic security plan can be summed up in one word: jobs. (Applause.)

Good jobs begin with good schools, and here we've made a fine start. (Applause.) Republicans and Democrats worked together to achieve historic education reform so that no child is left behind. I was proud to work with members of both parties: Chairman John Boehner and Congressman George Miller. (Applause.) Senator Judd Gregg. (Applause.) And I was so proud of our work, I even had nice things to say about my friend, Ted Kennedy. (Laughter and applause.) I know the folks at the Crawford coffee shop couldn't believe I'd say such a thing -- (laughter) -- but our work on this bill shows what is possible if we set aside posturing and focus on results. (Applause.)

There is more to do. We need to prepare our children to read and succeed in school with improved Head Start and early childhood development programs. (Applause.) We must upgrade our teacher colleges and teacher training and launch a major recruiting drive with a great goal for America: a quality teacher in every classroom. (Applause.)

Good jobs also depend on reliable and affordable energy. This Congress must act to encourage conservation, promote technology, build infrastructure, and it must act to increase energy production at home so America is less dependent on foreign oil. (Applause.)

Good jobs depend on expanded trade. Selling into new markets creates new jobs, so I ask Congress to finally approve trade promotion authority. (Applause.) On these two key issues, trade and energy, the House of Representatives has acted to create jobs, and I urge the Senate to pass this legislation. (Applause.)

Good jobs depend on sound tax policy. (Applause.) Last year, some in this hall thought my tax relief plan was too small; some thought it was too big. (Applause.) But when the checks arrived in the mail, most Americans thought tax relief was just about right. (Applause.) Congress listened to the people and responded by reducing tax rates, doubling the child credit, and ending the death tax. For the sake of long-term growth and to help Americans plan for the future, let's make these tax cuts permanent. (Applause.)

The way out of this recession, the way to create jobs, is to grow the economy by encouraging investment in factories and equipment, and by speeding up tax relief so people have more money to spend. For the sake of American workers, let's pass a stimulus package. (Applause.)

Good jobs must be the aim of welfare reform. As we reauthorize these important reforms, we must always remember the goal is to reduce dependency on government and offer every American the dignity of a job. (Applause.)

Americans know economic security can vanish in an instant without health security. I ask Congress to join me this year to enact a patients' bill of rights -- (applause) -- to give uninsured workers credits to help buy health coverage -- (applause) -- to approve an historic increase in the spending for veterans' health -- (applause) -- and to give seniors a sound and modern Medicare system that includes coverage for prescription drugs. (Applause.)

A good job should lead to security in retirement. I ask Congress to enact new safeguards for 401K and pension plans. (Applause.) Employees who have worked hard and saved all their lives should not have to risk losing everything if their company fails. (Applause.) Through stricter accounting standards and tougher disclosure requirements, corporate America must be made more accountable to employees and shareholders and held to the highest standards of conduct. (Applause.)

Retirement security also depends upon keeping the commitments of Social Security, and we will. We must make Social Security financially stable and allow personal retirement accounts for younger workers who choose them. (Applause.)

Members, you and I will work together in the months ahead on other issues: productive farm policy -- (applause) -- a cleaner environment -- (applause) -- broader home ownership, especially among minorities -- (applause) -- and ways to encourage the good work of charities and faith-based groups. (Applause.) I ask you to join me on these important domestic issues in the same spirit of cooperation we've applied to our war against terrorism. (Applause.)

During these last few months, I've been humbled and privileged to see the true character of this country in a time of testing. Our enemies believed America was weak and materialistic, that we would splinter in fear and selfishness. They were as wrong as they are evil. (Applause.)

The American people have responded magnificently, with courage and compassion, strength and resolve. As I have met the heroes, hugged the families, and looked into the tired faces of rescuers, I have stood in awe of the American people.

And I hope you will join me -- I hope you will join me in expressing thanks to one American for the strength and calm and comfort she brings to our nation in crisis, our First Lady, Laura Bush. (Applause.)

None of us would ever wish the evil that was done on September the 11th. Yet after America was attacked, it was as if our entire country looked into a mirror and saw our better selves. We were reminded that we are citizens, with obligations to each other, to our country, and to history. We began to think less of the goods we can accumulate, and more about the good we can do.

For too long our culture has said, "If it feels good, do it." Now America is embracing a new ethic and a new creed: "Let's roll." (Applause.) In the sacrifice of soldiers, the fierce brotherhood of firefighters, and the bravery and generosity of ordinary citizens, we have glimpsed what a new culture of responsibility could look like. We want to be a nation that serves goals larger than self. We've been offered a unique opportunity, and we must not let this moment pass. (Applause.)

My call tonight is for every American to commit at least two years -- 4,000 hours over the rest of your lifetime -- to the service of your neighbors and your nation. (Applause.) Many are already serving, and I thank you. If you aren't sure how to help, I've got a good place to start. To sustain and extend the best that has emerged in America, I invite you to join the new USA Freedom Corps. The Freedom Corps will focus on three areas of need: responding in case of crisis at home; rebuilding our communities; and extending American compassion throughout the world.

One purpose of the USA Freedom Corps will be homeland security. America needs retired doctors and nurses who can be mobilized in major emergencies; volunteers to help police and fire departments; transportation and utility workers well-trained in spotting danger.

Our country also needs citizens working to rebuild our communities. We need mentors to love children, especially children whose parents are in prison. And we need more talented teachers in troubled schools. USA Freedom Corps will expand and improve the good efforts of AmeriCorps and Senior Corps to recruit more than 200,000 new volunteers.

And America needs citizens to extend the compassion of our country to every part of the world. So we will renew the promise of the Peace Corps, double its volunteers over the next five years -- (applause) -- and ask it to join a new effort to encourage development and education and opportunity in the Islamic world. (Applause.)

This time of adversity offers a unique moment of opportunity -- a moment we must seize to change our culture. Through the gathering momentum of millions of acts of service and decency and kindness, I know we can overcome evil with greater good. (Applause.) And we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace.

All fathers and mothers, in all societies, want their children to be educated, and live free from poverty and violence. No people on Earth yearn to be oppressed, or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police.

If anyone doubts this, let them look to Afghanistan, where the Islamic "street" greeted the fall of tyranny with song and celebration. Let the skeptics look to Islam's own rich history, with its centuries of learning, and tolerance and progress. America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. (Applause.)

No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the non-negotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance. (Applause.)

America will take the side of brave men and women who advocate these values around the world, including the Islamic world, because we have a greater objective than eliminating threats and containing resentment. We seek a just and peaceful world beyond the war on terror.

In this moment of opportunity, a common danger is erasing old rivalries. America is working with Russia and China and India, in ways we have never before, to achieve peace and prosperity. In every region, free markets and free trade and free societies are proving their power to lift lives. Together with friends and allies from Europe to Asia, and Africa to Latin America, we will demonstrate that the forces of terror cannot stop the momentum of freedom. (Applause.)

The last time I spoke here, I expressed the hope that life would return to normal. In some ways, it has. In others, it never will. Those of us who have lived through these challenging times have been changed by them. We've come to know truths that we will never question: evil is real, and it must be opposed. (Applause.) Beyond all differences of race or creed, we are one country, mourning together and facing danger together. Deep in the American character, there is honor, and it is stronger than cynicism. And many have discovered again that even in tragedy -- especially in tragedy -- God is near. (Applause.)

In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events. Rarely has the world faced a choice more clear or consequential.

Our enemies send other people's children on missions of suicide and murder. They embrace tyranny and death as a cause and a creed. We stand for a different choice, made long ago, on the day of our founding. We affirm it again today. We choose freedom and the dignity of every life. (Applause.)

Steadfast in our purpose, we now press on. We have known freedom's price. We have shown freedom's power. And in this great conflict, my fellow Americans, we will see freedom's victory.

Thank you all. May God bless. (Applause.) END 10:03 P.M. EST

**Anexo 6 – Proferimento de George W. Bush sobre “O Estado da União”, em 28 jan.
2003 (Proferimento 2)**

President Delivers "State of the Union"

The U.S. Capitol

For Immediate Release
Office of the Press Secretary
January 28, 2003

9:01 P.M. EST

THE PRESIDENT: Mr. Speaker, Vice President Cheney, members of Congress, distinguished citizens and fellow citizens: Every year, by law and by custom, we meet here to consider the state of the union. This year, we gather in this chamber deeply aware of decisive days that lie ahead.

You and I serve our country in a time of great consequence. During this session of Congress, we have the duty to reform domestic programs vital to our country; we have the opportunity to save millions of lives abroad from a terrible disease. We will work for a prosperity that is broadly shared, and we will answer every danger and every enemy that threatens the American people. (Applause.)



In all these days of promise and days of reckoning, we can be confident. In a whirlwind of change and hope and peril, our faith is sure, our resolve is firm, and our union is strong. (Applause.)

This country has many challenges. We will not deny, we will not ignore, we will not pass along our problems to other Congresses, to other presidents, and other generations. (Applause.) We will confront them with focus and clarity and courage.

During the last two years, we have seen what can be accomplished when we work together. To lift the standards of our public schools, we achieved historic education reform -- which must now be carried out in every school and in every classroom, so that every child in America can read and learn and succeed in life. (Applause.) To protect our country, we reorganized our government and created the Department of Homeland Security, which is mobilizing against the threats of a new era. To bring our economy out of recession, we delivered the largest tax relief in a generation. (Applause.) To insist on integrity in American business we passed tough reforms, and we are holding corporate criminals to account. (Applause.)

Some might call this a good record; I call it a good start. Tonight I ask the House and Senate to join me in the next bold steps to serve our fellow citizens.

Our first goal is clear: We must have an economy that grows fast enough to employ every man and woman who seeks a job. (Applause.) After recession, terrorist attacks, corporate scandals and stock market declines, our economy is recovering -- yet it's not growing fast enough, or strongly enough. With unemployment rising, our nation needs more small businesses to open, more companies to invest and expand, more employers to put up the sign that says, "Help Wanted." (Applause.)

Jobs are created when the economy grows; the economy grows when Americans have more money to spend and invest; and the best and fairest way to make sure Americans have that money is not to tax it away in the first place. (Applause.)

I am proposing that all the income tax reductions set for 2004 and 2006 be made permanent and effective this year. (Applause.) And under my plan, as soon as I sign the bill, this extra money will start showing up in workers' paychecks. Instead of gradually reducing the marriage penalty, we should do it

now. (Applause.) Instead of slowly raising the child credit to \$1,000, we should send the checks to American families now. (Applause.)

The tax relief is for everyone who pays income taxes -- and it will help our economy immediately: 92 million Americans will keep, this year, an average of almost \$1,000 more of their own money. A family of four with an income of \$40,000 would see their federal income taxes fall from \$1,178 to \$45 per year. (Applause.) Our plan will improve the bottom line for more than 23 million small businesses.

You, the Congress, have already passed all these reductions, and promised them for future years. If this tax relief is good for Americans three, or five, or seven years from now, it is even better for Americans today. (Applause.)

We should also strengthen the economy by treating investors equally in our tax laws. It's fair to tax a company's profits. It is not fair to again tax the shareholder on the same profits. (Applause.) To boost investor confidence, and to help the nearly 10 million senior who receive dividend income, I ask you to end the unfair double taxation of dividends. (Applause.)

Lower taxes and greater investment will help this economy expand. More jobs mean more taxpayers, and higher revenues to our government. The best way to address the deficit and move toward a balanced budget is to encourage economic growth, and to show some spending discipline in Washington, D.C. (Applause.)

We must work together to fund only our most important priorities. I will send you a budget that increases discretionary spending by 4 percent next year -- about as much as the average family's income is expected to grow. And that is a good benchmark for us. Federal spending should not rise any faster than the paychecks of American families. (Applause.)

A growing economy and a focus on essential priorities will also be crucial to the future of Social Security. As we continue to work together to keep Social Security sound and reliable, we must offer younger workers a chance to invest in retirement accounts that they will control and they will own. (Applause.)

Our second goal is high quality, affordable health care for all Americans. (Applause.) The American system of medicine is a model of skill and innovation, with a pace of discovery that is adding good years to our lives. Yet for many people, medical care costs too much -- and many have no coverage at all. These problems will not be solved with a nationalized health care system that dictates coverage and rations care. (Applause.)

Instead, we must work toward a system in which all Americans have a good insurance policy, choose their own doctors, and seniors and low-income Americans receive the help they need. (Applause.) Instead of bureaucrats and trial lawyers and HMOs, we must put doctors and nurses and patients back in charge of American medicine. (Applause.)

Health care reform must begin with Medicare; Medicare is the binding commitment of a caring society. (Applause.) We must renew that commitment by giving seniors access to preventive medicine and new drugs that are transforming health care in America.



Seniors happy with the current Medicare system should be able to keep their coverage just the way it is. (Applause.) And just like you -- the members of Congress, and your staffs, and other federal employees -- all seniors should have the choice of a health care plan that provides prescription drugs. (Applause.)

My budget will commit an additional \$400 billion over the next decade to reform and strengthen Medicare. Leaders of both political parties have talked for years about strengthening Medicare. I urge the members of this new Congress to act this year. (Applause.)

To improve our health care system, we must address one of the prime causes of higher cost, the constant threat that physicians and hospitals will be unfairly sued. (Applause.) Because of excessive litigation, everybody pays more for health care, and many parts of America are losing fine doctors. No one has ever been healed by a frivolous lawsuit. I urge the Congress to pass medical liability reform. (Applause.)

Our third goal is to promote energy independence for our country, while dramatically improving the environment. (Applause.) I have sent you a comprehensive energy plan to promote energy efficiency and conservation, to develop cleaner technology, and to produce more energy at home. (Applause.) I have sent you Clear Skies legislation that mandates a 70-percent cut in air pollution from power plants over the next 15 years. (Applause.) I have sent you a Healthy Forests Initiative, to help prevent the catastrophic fires that devastate communities, kill wildlife, and burn away millions of acres of treasured forest. (Applause.)

I urge you to pass these measures, for the good of both our environment and our economy. (Applause.) Even more, I ask you to take a crucial step and protect our environment in ways that generations before us could not have imagined.



In this century, the greatest environmental progress will come about not through endless lawsuits or command-and-control regulations, but through technology and innovation. Tonight I'm proposing \$1.2 billion in research funding so that America can lead the world in developing clean, hydrogen-powered automobiles. (Applause.)

A single chemical reaction between hydrogen and oxygen generates energy, which can be used to power a car -- producing only water, not exhaust fumes. With a new national commitment, our scientists and engineers will overcome obstacles to taking these cars from laboratory to showroom, so that the first car driven by a child born today could be powered by hydrogen, and pollution-free. (Applause.)

Join me in this important innovation to make our air significantly cleaner, and our country much less dependent on foreign sources of energy. (Applause.)

Our fourth goal is to apply the compassion of America to the deepest problems of America. For so many in our country -- the homeless and the fatherless, the addicted -- the need is great. Yet there's power, wonder-working power, in the goodness and idealism and faith of the American people.

Americans are doing the work of compassion every day -- visiting prisoners, providing shelter for battered women, bringing companionship to lonely seniors. These good works deserve our praise; they deserve our personal support; and when appropriate, they deserve the assistance of the federal government. (Applause.)

I urge you to pass both my faith-based initiative and the Citizen Service Act, to encourage acts of compassion that can transform America, one heart and one soul at a time. (Applause.)

Last year, I called on my fellow citizens to participate in the USA Freedom Corps, which is enlisting tens of thousands of new volunteers across America. Tonight I ask Congress and the American people to focus the spirit of service and the resources of government on the needs of some of our most vulnerable citizens -- boys and girls trying to grow up without guidance and attention, and children who have to go through a prison gate to be hugged by their mom or dad.

I propose a \$450-million initiative to bring mentors to more than a million disadvantaged junior high students and children of prisoners. Government will support the training and recruiting of mentors; yet it is the men and women of America who will fill the need. One mentor, one person can change a life forever. And I urge you to be that one person. (Applause.)

Another cause of hopelessness is addiction to drugs. Addiction crowds out friendship, ambition, moral conviction, and reduces all the richness of life to a single destructive desire. As a government, we are fighting illegal drugs by cutting off supplies and reducing demand through anti-drug education programs. Yet for those already addicted, the fight against drugs is a fight for their own lives. Too many Americans in search of treatment cannot get it. So tonight I propose a new \$600-million program to help an additional 300,000 Americans receive treatment over the next three years. (Applause.)



Our nation is blessed with recovery programs that do amazing work. One of them is found at the Healing Place Church in Baton Rouge, Louisiana. A man in the program said, "God does miracles in people's lives, and you never think it could be you." Tonight, let us bring to all Americans who struggle with drug addiction this message of hope: The miracle of recovery is possible, and it could be you. (Applause.)

By caring for children who need mentors, and for addicted men and women who need treatment, we are building a more welcoming society -- a culture that values every life. And in this work we must not overlook the weakest among us. I ask you to protect infants at the very hour of their birth and end the practice of partial-birth abortion. (Applause.) And because no human life should be started or ended as the object of an experiment, I ask you to set a high standard for humanity, and pass a law against all human cloning. (Applause.)

The qualities of courage and compassion that we strive for in America also determine our conduct abroad. The American flag stands for more than our power and our interests. Our founders dedicated this country to the cause of human dignity, the rights of every person, and the possibilities of every life. This conviction leads us into the world to help the afflicted, and defend the peace, and confound the designs of evil men.

In Afghanistan, we helped liberate an oppressed people. And we will continue helping them secure their country, rebuild their society, and educate all their children -- boys and girls. (Applause.) In the Middle East, we will continue to seek peace between a secure Israel and a democratic Palestine. (Applause.) Across the Earth, America is feeding the hungry -- more than 60 percent of international food aid comes as a gift from the people of the United States. As our nation moves troops and builds alliances to make our world safer, we must also remember our calling as a blessed country is to make this world better.

Today, on the continent of Africa, nearly 30 million people have the AIDS virus -- including 3 million children under the age 15. There are whole countries in Africa where more than one-third of the adult population carries the infection. More than 4 million require immediate drug treatment. Yet across that continent, only 50,000 AIDS victims -- only 50,000 -- are receiving the medicine they need.

Because the AIDS diagnosis is considered a death sentence, many do not seek treatment. Almost all who do are turned away. A doctor in rural South Africa describes his frustration. He says, "We have no medicines. Many hospitals tell people, you've got AIDS, we can't help you. Go home and die." In an age of miraculous medicines, no person should have to hear those words. (Applause.)

AIDS can be prevented. Anti-retroviral drugs can extend life for many years. And the cost of those drugs has dropped from \$12,000 a year to under \$300 a year -- which places a tremendous possibility within our grasp. Ladies and gentlemen, seldom has history offered a greater opportunity to do so much for so many.

We have confronted, and will continue to confront, HIV/AIDS in our own country. And to meet a severe and urgent crisis abroad, tonight I propose the Emergency Plan for AIDS Relief -- a work of mercy beyond all current international efforts to help the people of Africa. This comprehensive plan will prevent 7 million new AIDS infections, treat at least 2 million people with life-extending drugs, and provide humane care for millions of people suffering from AIDS, and for children orphaned by AIDS. (Applause.)

I ask the Congress to commit \$15 billion over the next five years, including nearly \$10 billion in new money, to turn the tide against AIDS in the most afflicted nations of Africa and the Caribbean. (Applause.)

This nation can lead the world in sparing innocent people from a plague of nature. And this nation is leading the world in confronting and defeating the man-made evil of international terrorism. (Applause.)

There are days when our fellow citizens do not hear news about the war on terror. There's never a day when I do not learn of another threat, or receive reports of operations in progress, or give an order in this global war against a scattered network of killers. The war goes on, and we are winning. (Applause.)

To date, we've arrested or otherwise dealt with many key commanders of al Qaeda. They include a man who directed logistics and funding for the September the 11th attacks; the chief of al Qaeda operations in the Persian Gulf, who planned the bombings of our embassies in East Africa and the USS Cole; an al Qaeda operations chief from Southeast Asia; a former director of al Qaeda's training camps in Afghanistan; a key al Qaeda operative in Europe; a major al Qaeda leader in Yemen. All told, more than 3,000 suspected terrorists have been arrested in many countries. Many others have met a different fate. Let's put it this way -- they are no longer a problem to the United States and our friends and allies. (Applause.)

We are working closely with other nations to prevent further attacks. America and coalition countries have uncovered and stopped terrorist conspiracies targeting the American embassy in Yemen, the American embassy in Singapore, a Saudi military base, ships in the Straits of Hormuz and the Straits the Gibraltar. We've broken al Qaeda cells in Hamburg, Milan, Madrid, London, Paris, as well as, Buffalo, New York.

We have the terrorists on the run. We're keeping them on the run. One by one, the terrorists are learning the meaning of American justice. (Applause.)

As we fight this war, we will remember where it began -- here, in our own country. This government is taking unprecedented measures to protect our people and defend our homeland. We've intensified security at the borders and ports of entry, posted more than 50,000 newly-trained federal screeners in airports, begun inoculating troops and first responders against smallpox, and are deploying the nation's first early warning network of sensors to detect biological attack. And this year, for the first time, we are beginning to field a defense to protect this nation against ballistic missiles. (Applause.)

I thank the Congress for supporting these measures. I ask you tonight to add to our future security with a major research and production effort to guard our people against bioterrorism, called Project Bioshield. The budget I send you will propose almost \$6 billion to quickly make available effective vaccines and treatments against agents like anthrax, botulinum toxin, Ebola, and plague. We must assume that our enemies would use these diseases as weapons, and we must act before the dangers are upon us. (Applause.)

Since September the 11th, our intelligence and law enforcement agencies have worked more closely than ever to track and disrupt the terrorists. The FBI is improving its ability to analyze intelligence, and is transforming itself to meet new threats. Tonight, I am instructing the leaders of the FBI, the CIA, the Homeland Security, and the Department of Defense to develop a Terrorist Threat Integration Center, to merge and analyze all threat information in a single location. Our government must have the very

best information possible, and we will use it to make sure the right people are in the right places to protect all our citizens. (Applause.)

Our war against terror is a contest of will in which perseverance is power. In the ruins of two towers, at the western wall of the Pentagon, on a field in Pennsylvania, this nation made a pledge, and we renew that pledge tonight: Whatever the duration of this struggle, and whatever the difficulties, we will not permit the triumph of violence in the affairs of men -- free people will set the course of history. (Applause.)

Today, the gravest danger in the war on terror, the gravest danger facing America and the world, is outlaw regimes that seek and possess nuclear, chemical, and biological weapons. These regimes could use such weapons for blackmail, terror, and mass murder. They could also give or sell those weapons to terrorist allies, who would use them without the least hesitation.

This threat is new; America's duty is familiar. Throughout the 20th century, small groups of men seized control of great nations, built armies and arsenals, and set out to dominate the weak and intimidate the world. In each case, their ambitions of cruelty and murder had no limit. In each case, the ambitions of Hitlerism, militarism, and communism were defeated by the will of free peoples, by the strength of great alliances, and by the might of the United States of America. (Applause.)

Now, in this century, the ideology of power and domination has appeared again, and seeks to gain the ultimate weapons of terror. Once again, this nation and all our friends are all that stand between a world at peace, and a world of chaos and constant alarm. Once again, we are called to defend the safety of our people, and the hopes of all mankind. And we accept this responsibility. (Applause.)

America is making a broad and determined effort to confront these dangers. We have called on the United Nations to fulfill its charter and stand by its demand that Iraq disarm. We're strongly supporting the International Atomic Energy Agency in its mission to track and control nuclear materials around the world. We're working with other governments to secure nuclear materials in the former Soviet Union, and to strengthen global treaties banning the production and shipment of missile technologies and weapons of mass destruction.

In all these efforts, however, America's purpose is more than to follow a process -- it is to achieve a result: the end of terrible threats to the civilized world. All free nations have a stake in preventing sudden and catastrophic attacks. And we're asking them to join us, and many are doing so. Yet the course of this nation does not depend on the decisions of others. (Applause.) Whatever action is required, whenever action is necessary, I will defend the freedom and security of the American people. (Applause.)

Different threats require different strategies. In Iran, we continue to see a government that represses its people, pursues weapons of mass destruction, and supports terror. We also see Iranian citizens risking intimidation and death as they speak out for liberty and human rights and democracy. Iranians, like all people, have a right to choose their own government and determine their own destiny -- and the United States supports their aspirations to live in freedom. (Applause.)

On the Korean Peninsula, an oppressive regime rules a people living in fear and starvation. Throughout the 1990s, the United States relied on a negotiated framework to keep North Korea from gaining nuclear weapons. We now know that that regime was deceiving the world, and developing those weapons all along. And today the North Korean regime is using its nuclear program to incite fear and seek concessions. America and the world will not be blackmailed. (Applause.)

America is working with the countries of the region -- South Korea, Japan, China, and Russia -- to find a peaceful solution, and to show the North Korean government that nuclear weapons will bring only isolation, economic stagnation, and continued hardship. (Applause.) The North Korean regime will find respect in the world and revival for its people only when it turns away from its nuclear ambitions. (Applause.)

Our nation and the world must learn the lessons of the Korean Peninsula and not allow an even greater threat to rise up in Iraq. A brutal dictator, with a history of reckless aggression, with ties to terrorism, with great potential wealth, will not be permitted to dominate a vital region and threaten the United States. (Applause.)

Twelve years ago, Saddam Hussein faced the prospect of being the last casualty in a war he had started and lost. To spare himself, he agreed to disarm of all weapons of mass destruction. For the next 12 years, he systematically violated that agreement. He pursued chemical, biological, and nuclear weapons, even while inspectors were in his country. Nothing to date has restrained him from his pursuit of these weapons -- not economic sanctions, not isolation from the civilized world, not even cruise missile strikes on his military facilities.

Almost three months ago, the United Nations Security Council gave Saddam Hussein his final chance to disarm. He has shown instead utter contempt for the United Nations, and for the opinion of the world. The 108 U.N. inspectors were sent to conduct -- were not sent to conduct a scavenger hunt for hidden materials across a country the size of California. The job of the inspectors is to verify that Iraq's regime is disarming. It is up to Iraq to show exactly where it is hiding its banned weapons, lay those weapons out for the world to see, and destroy them as directed. Nothing like this has happened.

The United Nations concluded in 1999 that Saddam Hussein had biological weapons sufficient to produce over 25,000 liters of anthrax -- enough doses to kill several million people. He hasn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it.

The United Nations concluded that Saddam Hussein had materials sufficient to produce more than 38,000 liters of botulinum toxin -- enough to subject millions of people to death by respiratory failure. He hadn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it.

Our intelligence officials estimate that Saddam Hussein had the materials to produce as much as 500 tons of sarin, mustard and VX nerve agent. In such quantities, these chemical agents could also kill untold thousands. He's not accounted for these materials. He has given no evidence that he has destroyed them.

U.S. intelligence indicates that Saddam Hussein had upwards of 30,000 munitions capable of delivering chemical agents. Inspectors recently turned up 16 of them -- despite Iraq's recent declaration denying their existence. Saddam Hussein has not accounted for the remaining 29,984 of these prohibited munitions. He's given no evidence that he has destroyed them.

From three Iraqi defectors we know that Iraq, in the late 1990s, had several mobile biological weapons labs. These are designed to produce germ warfare agents, and can be moved from place to a place to evade inspectors. Saddam Hussein has not disclosed these facilities. He's given no evidence that he has destroyed them.

The International Atomic Energy Agency confirmed in the 1990s that Saddam Hussein had an advanced nuclear weapons development program, had a design for a nuclear weapon and was working on five different methods of enriching uranium for a bomb. The British government has learned that Saddam Hussein recently sought significant quantities of uranium from Africa. Our intelligence sources tell us that he has attempted to purchase high-strength aluminum tubes suitable for nuclear weapons production. Saddam Hussein has not credibly explained these activities. He clearly has much to hide.

The dictator of Iraq is not disarming. To the contrary; he is deceiving. From intelligence sources we know, for instance, that thousands of Iraqi security personnel are at work hiding documents and materials from the U.N. inspectors, sanitizing inspection sites and monitoring the inspectors themselves. Iraqi officials accompany the inspectors in order to intimidate witnesses.

Iraq is blocking U-2 surveillance flights requested by the United Nations. Iraqi intelligence officers are posing as the scientists inspectors are supposed to interview. Real scientists have been coached by

Iraqi officials on what to say. Intelligence sources indicate that Saddam Hussein has ordered that scientists who cooperate with U.N. inspectors in disarming Iraq will be killed, along with their families.

Year after year, Saddam Hussein has gone to elaborate lengths, spent enormous sums, taken great risks to build and keep weapons of mass destruction. But why? The only possible explanation, the only possible use he could have for those weapons, is to dominate, intimidate, or attack.

With nuclear arms or a full arsenal of chemical and biological weapons, Saddam Hussein could resume his ambitions of conquest in the Middle East and create deadly havoc in that region. And this Congress and the America people must recognize another threat. Evidence from intelligence sources, secret communications, and statements by people now in custody reveal that Saddam Hussein aids and protects terrorists, including members of al Qaeda. Secretly, and without fingerprints, he could provide one of his hidden weapons to terrorists, or help them develop their own.

Before September the 11th, many in the world believed that Saddam Hussein could be contained. But chemical agents, lethal viruses and shadowy terrorist networks are not easily contained. Imagine those 19 hijackers with other weapons and other plans -- this time armed by Saddam Hussein. It would take one vial, one canister, one crate slipped into this country to bring a day of horror like none we have ever known. We will do everything in our power to make sure that that day never comes. (Applause.)

Some have said we must not act until the threat is imminent. Since when have terrorists and tyrants announced their intentions, politely putting us on notice before they strike? If this threat is permitted to fully and suddenly emerge, all actions, all words, and all recriminations would come too late. Trusting in the sanity and restraint of Saddam Hussein is not a strategy, and it is not an option. (Applause.)

The dictator who is assembling the world's most dangerous weapons has already used them on whole villages -- leaving thousands of his own citizens dead, blind, or disfigured. Iraqi refugees tell us how forced confessions are obtained -- by torturing children while their parents are made to watch. International human rights groups have catalogued other methods used in the torture chambers of Iraq: electric shock, burning with hot irons, dripping acid on the skin, mutilation with electric drills, cutting out tongues, and rape. If this is not evil, then evil has no meaning. (Applause.)

And tonight I have a message for the brave and oppressed people of Iraq: Your enemy is not surrounding your country -- your enemy is ruling your country. (Applause.) And the day he and his regime are removed from power will be the day of your liberation. (Applause.)

The world has waited 12 years for Iraq to disarm. America will not accept a serious and mounting threat to our country, and our friends and our allies. The United States will ask the U.N. Security Council to convene on February the 5th to consider the facts of Iraq's ongoing defiance of the world. Secretary of State Powell will present information and intelligence about Iraq's legal -- Iraq's illegal weapons programs, its attempt to hide those weapons from inspectors, and its links to terrorist groups.

We will consult. But let there be no misunderstanding: If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him. (Applause.)

Tonight I have a message for the men and women who will keep the peace, members of the American Armed Forces: Many of you are assembling in or near the Middle East, and some crucial hours may lay ahead. In those hours, the success of our cause will depend on you. Your training has prepared you. Your honor will guide you. You believe in America, and America believes in you. (Applause.)

Sending Americans into battle is the most profound decision a President can make. The technologies of war have changed; the risks and suffering of war have not. For the brave Americans who bear the risk, no victory is free from sorrow. This nation fights reluctantly, because we know the cost and we dread the days of mourning that always come.

We seek peace. We strive for peace. And sometimes peace must be defended. A future lived at the mercy of terrible threats is no peace at all. If war is forced upon us, we will fight in a just cause and by

just means -- sparing, in every way we can, the innocent. And if war is forced upon us, we will fight with the full force and might of the United States military -- and we will prevail. (Applause.)

And as we and our coalition partners are doing in Afghanistan, we will bring to the Iraqi people food and medicines and supplies -- and freedom. (Applause.)

Many challenges, abroad and at home, have arrived in a single season. In two years, America has gone from a sense of invulnerability to an awareness of peril; from bitter division in small matters to calm unity in great causes. And we go forward with confidence, because this call of history has come to the right country.

Americans are a resolute people who have risen to every test of our time. Adversity has revealed the character of our country, to the world and to ourselves. America is a strong nation, and honorable in the use of our strength. We exercise power without conquest, and we sacrifice for the liberty of strangers.

Americans are a free people, who know that freedom is the right of every person and the future of every nation. The liberty we prize is not America's gift to the world, it is God's gift to humanity. (Applause.)

We Americans have faith in ourselves, but not in ourselves alone. We do not know -- we do not claim to know all the ways of Providence, yet we can trust in them, placing our confidence in the loving God behind all of life, and all of history.

May He guide us now. And may God continue to bless the United States of America. (Applause.)

END 10:08 P.M. EST

Anexo 7 – Entrevista com o editor-chefe da revista *Caros Amigos*, José Arbex Jr., em 17 mar. 2004 (Entrevista 1)

1) O senhor acredita que a imprensa brasileira tenha fomentado a construção da identidade negativa do grupo político médio-oriental na cobertura da guerra dos EUA contra o Iraque?

Em geral, sim, embora os diversos veículos não se comportem de maneira idêntica. A revista *Veja*, por exemplo, é muito mais virulenta, preconceituosa, racista, caricatura, infame e idiota do que a maioria dos veículos. Entre os "grandes", a Folha e a revista Istoé talvez sejam as de menor teor pernicioso, mas ainda assim caem na vala comum do preconceito. Analiso as coberturas feitas pelos vários veículos em meu último livro, "Jornalismo Canalha" (ed.CasaAmarela).

2) A mídia pode ser vista como um instrumento estratégico a que também recorrem os fundamentalistas muçulmanos?

De certa forma, se com isso vc quer dizer que eles adotam medidas extremas por saberem que a mídia servirá como caixa de ressonância dos atentados e declarações.

3) Como o senhor avalia os interesses da imprensa brasileira em mentir, falsificar e mistificar a guerra em favor dos EUA?

Isso revela uma mentalidade subserviente, colonizada, provinciana. O Observatório da Imprensa acaba de publicar uma entrevista minha em que explora exatamente esse tema. Vc pode encontrá-la no endereço: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=268AZL001>

**4) O senhor define a revista *Caros Amigos* como especializada em artigos de opinião?
Essa matéria supracitada, por exemplo, seria um artigo de opinião ou uma reportagem?**

Não sei se existe um "muro de Berlim" separando essas coisas, já que uma reportagem interpretativa é sempre o resultado de uma opinião prévia. Por exemplo, alguém achou, por alguma razão, que valeria a pena fazer tal reportagem, e que o ângulo adotado deveria ser "x" e não "y". Mas, no espírito da tua pergunta, a resposta é: *Caros Amigos* só não publica um número muito maior de reportagem por falta de recursos financeiros.

Anexo 8 – Entrevista com o jornalista Sérgio Kalili, em 20 mar. 2004, responsável pela reportagem “Sob ataque”, publicada na revista *Caros Amigos* (Entrevista 2)

1) Para o senhor, quais seriam os interesses da imprensa brasileira em fomentar a construção da identidade negativa do grupo político médio-oriental na cobertura da guerra dos EUA contra o Iraque?

Existe o preconceito de quem não conhece o lado de lá. De quem enxerga tudo através de estereótipos. A imprensa brasileira só segue o padrão definido pelas agências de notícias internacionais, americanas e européias. Nós só copiamos as nomenclaturas, valores e conteúdos desenvolvidos pelos outros. Um possível interesse para a manutenção do preconceito e a difusão deste pelo mundo seria o de justificar assim a invasão, a matança, a ocupação em nome do bem, para salvar um povo bárbaro que se mata por fanatismo, que não consegue se autogerir. Seria essa a justificativa: “levar liberdade, democracia e direitos humanos para o povo iraquiano.” Foi assim que o presidente americano justificou a matança de milhares de pessoas.

2) Como o senhor avalia a postura da imprensa hegemônica brasileira ao apresentar a resistência do fundamentalista muçulmano como um espetáculo desprovido de sentido em vez de discutir os motivos políticos que subjazem aos atos de resistência deste movimento?

Acho que a maioria da imprensa brasileira nem conhece os motivos da resistência iraquiana. Nem estão interessadas em divulgá-los. O bombardeio da mídia internacional é tão forte e freqüente que um homem que luta pela independência de seu país passa a ser chamado de insurgente e terrorista.

Outra coisa. Existe um respeito muito maior da imprensa internacional pela informação vinda e advinda da autoridade provisória americana e do exército americano do

que pela informação conseguida através do povo. Muitos correspondentes relutavam em divulgar histórias dos abusos de tropas americanas durante a ocupação. Abusos que incluem tortura, execuções etc...

3) O senhor define a revista *Caros Amigos* como especializada em artigos de opinião ou acredita que a maioria das matérias dessa revista mescla os gêneros reportagem interpretativa e artigo de opinião?

Atualmente a revista caros amigos tem muito mais artigos de opinião do que reportagens. Agora, de modo geral, quando tem uma reportagem, traz um texto revelador, que mostra um outro ou outros lados da questão, de maneira mais independente e aprofundada do que a grande imprensa.

Anexo 9 – Entrevista com o jornalista Renato Pompeu, em 13 ago. 2004, responsável pela reportagem “A complexa guerra do complexo Bush filho”, publicada na revista *Caros Amigos* (Entrevista 3)

O senhor escreveu na reportagem "**A Complexa Guerra do Complexado Bush Filho**", publicada em abril de 2003, edição número 73, p. 12-13 :

"Toda essa trama complexa, cujo ponto mais agudo agora é a guerra do Iraque, tem por objetivo estender a globalização neoliberal comandada pelos EUA..."

1) Para o senhor, a imprensa brasileira hegemônica fomentou a construção do suposto "inimigo" criado por George W. Bush? Se sim, que interesses ou jogos de poder poderiam estar por trás desse ato?

Não posso responder adequadamente a essa pergunta, porque, com 44 anos de profissão, a maior parte na grande mídia, desisti há muitos anos de considerá-la como fonte confiável de informação e só ouço rádio (CBN) e acompanho a Internet. Não leio os grandes jornais, nem acompanho os noticiários de televisão (a não ser quando me chamam atenção para algo, como os atentados de 2001). No entanto, pelo pouco que vi, me parece que, quanto ao Iraque, a grande mídia brasileira, com a possível exceção da *Veja*, não repetiu o seu péssimo desempenho quanto à crise do Kosovo, quando praticamente só deu a versão americana dos fatos. Como a França e a Alemanha, e o próprio Brasil, foram contra a ação anti-Iraque sem respaldo da ONU, o noticiário, pelo pouco que vi, refletiu em algum grau as visões das agências européias, a par das americanas, e desta vez as agências européias tiveram mais correção na cobertura, no que se refere à inexistência de armas de destruição em massa no Iraque e de ligações entre Saddam Hussein e a Al Qaeda ou entre Saddam e os atentados de 11 de setembro de 2001.

2) O senhor acredita que a produção de notícias no Brasil depende do trabalho de agências internacionais? Essa dependência poderia explicar o posicionamento da "grande" imprensa brasileira na cobertura do conflito internacional? Ou o senhor acredita que os profissionais da notícia sofrem algum tipo de coação para "estender a globalização neoliberal comandada pelos EUA"?

O noticiário internacional da grande mídia brasileira provém, na sua enorme maioria, de agências internacionais ou da reprodução de artigos de jornais estrangeiros, na sua grande maioria dos EUA, uma parte da França, Grã-Bretanha, Alemanha e Espanha, e quase nada de outros países. O número de jornalistas brasileiros no Exterior é muito reduzido. Aliás, o número de correspondentes internacionais é bem reduzido em todo o mundo: li uma estatística segundo a qual todo o povo americano era informado dos acontecimentos no Exterior por apenas 200 correspondentes internacionais, que também informam grande parte do mundo. Mas não é só essa dependência das agências internacionais que impede a grande mídia de ter uma visão isenta dos fatos (a dependência das agências é mais uma questão de custos). No trabalho de edição, muitas vezes a grande mídia brasileira fica mais realista do que o rei. Isso porque os donos das empresas da grande mídia, que está passando por uma crise, têm negócios financeiros além de jornalísticos e procuram defender os seus interesses por meio da edição do noticiário e o mercado financeiro é em princípio favorável à globalização comandada pelos EUA, embora possa haver atritos. Agora, não se pode falar propriamente em "coação" dos jornalistas. Seria mais adequado falar em "cooptação", em particular dos chefes e editores. Convém notar que figuras da grande mídia, como Arnaldo Jabor, têm criticado a atuação de W. Bush, por terem percebido (como eu) que a qualquer momento a noção de "guerra preventiva para defender direitos humanos" pode se estender, por exemplo, para a Amazônia.

3) O senhor define a revista *Caros Amigos* como especializada em artigos de opinião?

Essa matéria supracitada, por exemplo, seria um artigo de opinião ou uma reportagem?

Grande parte das páginas da revista é ocupada por artigos de opinião, em especial dos colaboradores fixos que não são jornalistas. Mas a revista faz também reportagens e artigos noticiosos, em particular por sua própria equipe. Por exemplo, a Marina Amaral e a Natalia Viana fazem sempre reportagens. Os meus trabalhos na revista não considero artigos de opinião, com uma ou outra exceção. Essa matéria sobre a guerra, por exemplo, foi um artigo noticioso que pretendeu reproduzir as realidades dos fatos tais como foram exaustivamente por mim pesquisados em fontes confiáveis, além do que esteve envolvida toda a minha bagagem cultural, para o entendimento de fenômenos como o calvinismo. Em geral, faço artigos informativos, embora sempre subsista um grau de subjetividade, pois afinal sou um ser humano. Isso não vale para as resenhas que faço de livros, que dependem da minha avaliação pessoal.

Anexo 10 – Entrevista com o jornalista José Eduardo Barella, em 30 ago. 2004, responsável pela reportagem “O califado do medo”, publicada na revista *Veja* (Entrevista 4)

O senhor escreveu na reportagem O CALIFADO DO MEDO, publicada na revista *VEJA* em 5 de fevereiro de 2003:

"O fato preocupante é que Saddam preferiu encarar as sanções econômicas internacionais, que custaram 180 bilhões de dólares a seu país desde 1991, a se desarmar sob a supervisão das Nações Unidas." p. 73

1) A que o senhor atribui essa atitude de Saddam de se recusar à supervisão da ONU também em 2003, uma vez que um ano depois da guerra ainda não foram encontradas as armas?

A recusa de Saddam em não autorizar a inspeção tem várias leituras deferentes. Primeiro, deu a entender que o Iraque tinha algo a esconder -- e acabou reforçando o argumento dos Estados Unidos para invadir o país. Segundo, fechou a única janela para uma solução diplomática para a crise. Saddam sabia que sua recusa em aceitar uma inspeção da ONU era, na prática, uma declaração de guerra aos Estados Unidos. Mesmo que de, do ponto de vista da diplomacia internacional, a invasão do Iraque tenha sido uma aberração -- ela ocorreu sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU e sem a exibição de provas materiais (o suposto arsenal de destruição de massa) --, Saddam não se interessou em evitá-la. Por enquanto, é possível apenas especular porque Saddam agiu desta maneira. Afinal, se nada tinha a esconder, não faria sentido se opor à inspeção: a) Pode ser que ele não confiasse na neutralidade dos inspetores da ONU; b) Pode ser que ele tivesse o arsenal na época da inspeção e tenha se livrado dele no período entre as negociações para que a inspeção evitasse o conflito e a invasão do país; c) Pode ser que ele já tivesse se desfeito do arsenal nos últimos

anos, mas não tenha divulgado isso para usar esse arsenal como trunfo político para passar aos iraquianos ou aos EUA uma posição de força.

A hipótese A não se sustenta porque a ONU, o tempo todo, lutou para evitar a invasão e advertiu que não havia provas cabais deste arsenal. A hipótese B é pouco verossímil. Qualquer processo de destruição de um arsenal complexo como o do Iraque exigiria tempo e demandaria um esforço técnico-científico que não poderia ser feito às escondidas, como se fosse o desmanche de um carro. O arsenal estava guardado em várias instalações. Se o arsenal tivesse sido levado para o exterior (Irã ou Síria, por exemplo), o transporte teria sido detectado pelos satélites espões. A hipótese (c) é a que mais faz sentido entre os especialistas. As sanções econômicas destruíram o país e, principalmente, o poderio militar de Saddam. A crença de que ele tinha um arsenal era sua única arma de dissuasão política para manter-se no poder e desestimular os EUA a tentarem derrubá-lo. "Se me atacarem, respondo com armas de destruição de massa", era a sua mensagem. Ou seja, foi um blefe. Saddam já fez isso antes, em 1991, ao invadir o Kuwait. Os EUA mandaram ele recuar, caso contrário criariam uma força multinacional para desalojá-lo. Saddam achou que George H. Bush (pai do atual presidente dos EUA) não iria colocar em risco a vida de milhares de soldados americanos para lutar uma guerra no deserto do Golfo Pérsico. Saddam permaneceu no Kuwait e os EUA tiveram de cumprir a promessa. Ele pode ter raciocinado da mesma maneira agora -- o argumento do arsenal era vago demais para Bush convencer a comunidade internacional que era preciso invadir o país. De certa maneira, Saddam estava certo -- Bush realmente forçou a barra, só que acabou invadindo o país para derrubá-lo. Mas atenção: o fato de, até agora, não terem sido encontradas as armas de destruição de massa, não significa que elas não existam.

2) O senhor foi ao Iraque durante a guerra? Caso tenha ido, exponha algumas de suas impressões sobre aquele povo. Se não foi, exponha sua opinião, como jornalista, sobre a situação atual iraquiana.

Não viajei para o Iraque.

3) Quais foram as fontes principais de notícia a que a redação da revista *Veja* recorreu para fazer as reportagens sobre a guerra? Ela mantinha correspondentes no Iraque durante o conflito?

Acompanhei o conflito pela imprensa internacional e por meio de entrevistas telefônicas com especialistas em armas, Oriente Médio, história iraquiana, religião e terrorismo de vários países do mundo.

4) O senhor diria que a revista *Veja* é especializada em reportagens? Essa matéria O CALIFADO DO MEDO, por exemplo, é uma reportagem? Por quê?

"Califado do medo" é uma reportagem porque entrevistei por telefone mais de uma dezena de especialistas internacionais e li quatro livros sobre Saddam Hussein e a história iraquiana.